

QUAL a origem do povo japonês? Como surgiram os fabulosos samurais, que o cinema transformou em personagens mundialmente conhecidas? Como explicar a continuidade da dinastia nipônica, que sobreviveu a todas as convulsões internas, ao longo dos séculos, e até mesmo à catástrofe da derrota militar de 1945?

Até há alguns anos, costumava-se iniciar a história nipônica com a mitologia, criando-se, assim, o mito do povo divino, da terra dos deuses, e até mesmo da invencibilidade do país das cerejeiras...

Com a derrocada do regime autoritário e do estado policial, também se modificou radicalmente a atitude dos poderes constituídos em relação ao ensino da história. Procuram-se fatos e não fábulas, que eram destinadas a criar uma determinada mentalidade desejada pela classe dominante. Separou-se, assim, a história da mitologia; a realidade da lenda. Agora os historiadores nipônicos podem opinar livremente, sem o perigo de serem apanhados nas malhas da lei de segurança pública e outras congêneres, que sufocaram o pensamento livre.

PEQUENA HISTÓRIA
DO
JAPÃO

(2.^a EDIÇÃO)

JOSÉ YAMASHIRO

PEQUENA
HISTÓRIA
DO
JAPÃO

EDITORA HERDER

SÃO PAULO

1964

DO MESMO AUTOR:

Jânio — Livraria Lima, Porto Alegre, 1961.

COM NELSON COELHO:

Árvores Irmãs — Clube do Livro, São Paulo, 1958.

COM KIKUO FURUNO:

Lendas Antigas do Japão — Tókyo.

© Editora Herder - São Paulo, 1964

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

A meus Pais

ÍNDICE

À guisa de prefácio	11
Prefácio da 2. ^a edição	14
Origem do Povo Japonês — Zempati Ando	15

CAPÍTULO I

O ALVORECER DO JAPÃO

1. Começo da História	19
2. A corte de Yamato	23
3. Introdução da cultura do continente	30

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO

1. Príncipe Shotoku	33
2. Reforma de Taikwa	35
3. Nara, capital	40
4. Relações com o exterior	45

CAPÍTULO III

PERÍODO DE HEIAN

1. Heian, capital	48
2. A influência da família Fujiwara	54
3. A cultura	51
4. A situação do interior	56
5. Como apareceram os "samurais"	59

CAPÍTULO IV
GOVERNOS MILITARES

1. "Rakufu" de Kamakura	64
2. A sociedade e a cultura	68
3. Feudalismo	73

CAPÍTULO V
DE KAMAKURA A MUROMACHI

1. Restauração de Kammu	76
2. Muromachi Bakufu	80
3. Situação econômica e cultural	83
4. Palpitação de uma nova era	88

CAPÍTULO VI
AZUCHI E MOMOYAMA

1. Unificação do país	92
2. Política exterior e cultura	97
3. . . Proibição do Cristianismo	100

CAPÍTULO VII
YEDO BAKUFU

1. O castelo de Yedo	105
2. "Shu-in sen"	110
3. Fechamento do país	112
4. Relações entre o trono e o "bakufu"	116

CAPÍTULO VIII
YEDO E OSAKA

1. As cidades e os campos	118
2. Período de Guenroku	121
3. Os estudos	126

CAPITULO IX
QUEDA DO BAKUFU

1. Tendências do mundo.	131
2. A força dos "chonin".	134
3. Abertura dos portos.	138

CAPÍTULO X
RESTAURAÇÃO DE MEIJI

1. Implantação do novo regime.	146
2. A nova organização social.	149
3. Tendências da cultura.	152
4. Governo constitucional.	154

CAPÍTULO XI
O JAPÃO E O MUNDO

1. A política exterior de Meiji.	157
2. Complicações no Oriente Asiático.	160
3. Desenvolvimento das indústrias.	163
4. A cultura de Meiji.	165
5. Sinopse econômico-social.	170

CAPÍTULO XII
DE TAISHO A SHOWA

1. A guerra européia e o Japão.	177
2. Guerra do Pacífico.	179
3. O novo Japão.	185
Glossário.	188
Bibliografia.	196

com lendas nem mistificações, como era comum nos textos escolares nipônicos de outrora. Tem uma atitude completamente diferente. Procura ser objetivo, sincero e democrático na medida do possível.

Essa nova orientação, coerente, aliás, com o estado democrático criado pela Constituição de 1946, animou-me a tentar uma compilação da história do império insular. Não sendo historiador, nem dispondo de conhecimentos suficientes para uma obra original, nada mais podia fazer do que coligir dados e redigir, em linguagem chã, um resumo da longa sucessão de fatos históricos da terra de meus pais. Simples jornalista interessado em divulgar coisas do Japão, desejo, antes de mais nada, ser objetivo e breve nesta minha primeira tentativa sobre matéria tão difícil e complexa, como é a história do Nippon. Para a concretização deste desejo, foi-me de grande valia o citado "Kuni-no-Ayumi", que, segundo a abalizada opinião do professor Zempati Ando, foi escrito com muito critério e objetividade. Segui, em grande parte, a divisão cronológica didática, adotada no mencionado livro.

Saída da pena apressada de um profissional de imprensa que precisa prover à sua subsistência pelo trabalho cotidiano, a presente tentativa conterà, com certeza, muitos senões e falhas. Peço, pois, a todos os prezados leitores, em especial às pessoas entendidas no assunto, mos apontem e dêem sugestões úteis para eu poder saná-los. Meu objetivo consiste em traçar um resumo geral, tanto quanto possível fiel, da história do Japão, para que nós brasileiros possamos melhor compreender e apreciar o povo nipônico, possuidor, como outros, de boas e más qualidades, e que, entretanto, à primeira vista, se apresenta enigmático e misterioso, quando não perigoso e hostil... Agora que a imigração nipônica no Brasil completou o seu 41.º aniversário, não seria de todo inútil procurar situar, com a maior exatidão possível, no tempo e no espaço, a gente do Yamato...

Deixo consignados aqui os meus sinceros agradecimentos ao professor Zempati Ando — incansável batalhador do intercâmbio cultural nipo-brasileiro — que, com seus profundos conhecimentos sobre a história de sua pátria, me auxiliou com sugestões e teve a bondade de supervisionar o modesto volume que será agora publicado.

J.Y.

Dezembro de 1949

NOTAS. — Antes de entrar na história propriamente dita, apresentaremos, data vênua, como introdução, um trabalho do Sr. Zempati Ando sobre a "Origem do Povo Japonês", que foi originariamente publicado na revista "Transição" (n.º 4, julho de 1940).

Solicitamos especial atenção dos leitores para o esclarecedor ensaio — revisto agora pelo seu autor — que servirá de ponto de partida para todo o desenrolar da longa história do Japão.

* * *

Desejo manifestar meus agradecimentos aos nobres amigos Drs. Jorge Fonseca Júnior e Hideo Onaga que, mui gentilmente, cooperaram na elaboração deste modesto trabalho, com valiosas sugestões na parte redacional. Grato me confesso também ao Sr. Kikuo Furuno, pela sua colaboração na correção dos termos japoneses.

Prefácio da 2.^a edição

Amigos me aconselharam a tirar uma segunda edição da "Pequena História do Japão", publicada em 1950, em edição particular. Sai ela, portanto, quase 15 anos após a primeira, com diversas correções e alterações, tornadas necessárias diante das novas luzes lançadas sobre a história japonesa, como resultado da liberdade de pesquisas alcançada depois da derrocada militar de 1945.

A todos aqueles que, com seu apoio amigo, me estimularam a publicar esta nova edição do livro, o meu reconhecimento.

J. Y.

Abril de 1964

ORIGEM DO POVO JAPONÊS

O povo japonês não é de raça pura, nem aborígine.

Entraram na sua composição os Tunguses (japoneses propriamente ditos ou protojaponêses), os Ainos, Indochineses, Indonésios, Negritos e os Hans (chineses propriamente ditos ou protochineses).

Segundo Ryuzo Torii, o Arquipélago Japonês era de todo desabitado há quatro mil anos, mais ou menos. (1)

Por essa época, aproximadamente, os Ainos, raça branca pertencente à família "Homo Caucasicus" — provavelmente frutos da mistura de brancos com mongóis —, começaram a emigrar da Sibéria, terra de sua origem, para o Oriente, e, avançando sempre para leste, atingiram o extremo norte desse arquipélago, chegando mesmo a atravessar o estreito de Mamiya. Era o primeiro contato humano com as terras do Japão.

Ocuparam os Ainos esse solo e aí se desenvolveram, dirigindo-se, depois, para o Sul. Passaram por Hokkaido, principal ilha do Arquipélago, sendo que muitos se estabeleceram na grande e fértil planície de Kwantô, que circunda Tokyo. Chegaram até as ilhas Ryukyu, que se estendem desde a de Kyushu até Formosa.

Estes movimentos migratórios ficaram bem claros pela descoberta de sambaquis e objetos de pedra e barro, característicos dos Ainos, que têm sido encontrados em quase todo o território do Japão, e pelos nomes em

(1) Pesquisas recentes, porém, demonstraram que o Japão já era habitado há cerca de dez mil anos.

idioma Aino que receberam muitos lugares por onde eles passaram. A toponímia indica ainda hoje a existência de nomes em língua Aino, principalmente nas regiões de Kwantô e Ou.

Depois de radicados os Ainos no Arquipélago Japonês, cessadas as migrações, outra raça, a dos Tunguses, atravessou a montanha Altai e entrou na Mongólia. Dali, os mais arrojados, continuando, como os Ainos, na direção nordeste, atingiram o extremo oriental do continente, sendo que alguns, atravessando o estreito de Mamiya, entraram na ilha de Karafuto (Sacalina), e outros, navegando o mar do Japão para o Sul, desembarcaram em vários pontos da costa ocidental das ilhas Hokkaido e Honshu.

Esses movimentos começaram, talvez, no ano de 1800 A. C. e continuaram durante cerca de mil anos.

O ilustrado professor Shinji Nishimura dividiu em três épocas a emigração dos Tunguses para o Japão. E, segundo êle, a primeira emigração é a que acima referimos.

Desde mil anos antes de Cristo que os Tunguses, já então fixados na Mandchúria, navegando pelas costas orientais da Coréia, começaram a desembarcar em diversos pontos da ilha Honshu, no mar do Japão, onde fundaram o poderoso reino de Izumo, que é hoje a província de Shimane. Constitui esta a segunda emigração dos Tunguses.

A terceira realizou-se pelo ano 600 A. C.

Da Mandchúria, ainda, seguindo para o Sul em busca da Canaã sonhada, atravessaram a península da Coréia e o estreito de Tsushima, e desembarcaram na ilha de Kyushu.

Nesse tempo, os Tunguses empregavam o ferro na confecção dos seus utensílios, tendo abandonado já os objetos de pedra.

Encontraram eles, nesta terceira emigração, quando chegaram àquela ilha, dois povos que a ocupavam, vindos do Sul: os Indochineses estabelecidos no Norte e os Indonésios que habitavam o Sul.

Alguns Tunguses ficaram no Sul de Kyushu, tendo outros rumado para o Sul, onde ocuparam o arquipélago de Ryukyu, então povoado pelos Ainos, que foram os primeiros habitantes dessa região.

Constituíram os Tunguses os mais poderosos elementos que concorreram para a formação da nacionalidade japonesa. Os que compunham a terceira corrente emigratória, em número bastante elevado, eram consideravelmente civilizados, e vieram a formar o protótipo do povo japonês. Por isso são chamados proto-japoneses.

Foram os Indochineses que deram origem à formação dos atuais povos Anamita e Tais que habitam a Indochina e a Tailândia. Dedicavam-se à agricultura, ensinando aos Tunguses e outros a plantação do arroz, a fabricação da seda natural, conhecimentos que trouxeram da terra de origem.

Os Indonésios, originários da Oceania, chegaram à ilha Kyushu pouco antes dos Tunguses, e ocuparam a parte sul. Talvez alguns deles tenham desembarcado na costa sul da ilha Shikoku e na península de Kyushu, da ilha de Honshu. Não eram tão civilizados como os Tunguses. Tinham o caráter bravio e indomável, vivendo isolados até o ano 500 A. C., quando outros povoadores, já mesclados, se haviam assimilado completamente a todas as regiões do Arquipélago.

Entretanto, não foi pequena a influência dos Indonésios na constituição do povo japonês. Assim, o primeiro documento escrito sobre o Japão dos tempos pré-históricos, denominado "Kojiki" (Crônica de Coisas Antigas), publicado no ano 712 da era cristã, cita muitos fatos sobre a vida dos Indonésios, que eram denominados "Hayato". Além disso, muitas lendas do Japão de hoje, bem como inúmeras palavras, são de origem indonésia.

Os Hans que, como dissemos, também contribuíram para a constituição do povo japonês, começaram a emigrar para o Japão no ano 600 A. C, mais ou menos.

Estabeleceram-se no Norte da ilha Kyushu e no Sul da ilha Honshu. Já eram muito adiantados, tendo corrido grandemente para elevar a cultura e a civilização do Japão antigo. Muito depois, já na era de Yamato e Nara, foram os Hans convidados pelo governo japonês para, como emigrantes técnicos, ensinar a arte da tecelagem e arquitetura aos japoneses. Atendendo àquele convite, desembarcaram em grandes grupos, e de tal forma se assimilaram que vieram a naturalizar-se japoneses.

Quanto à emigração dos Negritos, há dúvidas em relação à época e aos lugares em que teriam desembarcado, havendo quem negue a sua chegada ao Arquipélago Japonês, como o grande antropólogo Ryuzo Torii. Este, no entanto, afirma que há japoneses que trazem no sangue pequena parcela dessa raça negra, pois os emigrantes indonésios se misturavam com elementos dela, através da sua longa viagem pelo sul. O professor Shinji Nishimura é de opinião que os Negritos tenham desembarcado na parte sul do Japão. Diz êle que alguns japoneses têm o tipo físico dos Negritos.

O que é certo, porém, é que a contribuição dos Negritos na formação do povo japonês foi mínima, quase nula, em relação a outras correntes migratórias.

Vivem eles atualmente nas ilhas Andaman, situadas na baía de Bengala, na Índia, no interior da península de Málaca e no interior das ilhas Filipinas.

Concluindo, podemos afirmar que, de todos os primitivos habitantes, foram os Tunguses os que mais concorreram para a constituição da nacionalidade nipônica. Pela pressão que exerceram, obrigaram os elementos não assimilados das demais raças a desaparecer gradativamente, com exceção dos Amos, que ainda hoje vivem no extremo norte do Japão, na ilha Hokkaido, em número de 16 mil aproximadamente.

Eis, em linhas gerais, a origem do povo japonês.

ZEMPATI ANDO

CAPÍTULO I

O ALVORECER DO JAPÃO

1. Começo da história.

Geograficamente, o Japão é formado pelas numerosas ilhas que, a leste do continente asiático, se estendem de norte a sul. (2) Honshu, Kyushu, Shikoku e Hokkaido são as maiores e mais importantes unidades do Arquipélago, cujo clima varia desde o frio quase glacial ao calor quase tropical. Chove, ali, com abundância e o país apresenta uma vegetação rica, quase luxuriante. As quatro estações são bem distintas: primavera, de março a maio; verão, de junho a agosto; outono, de setembro a novembro e inverno, de dezembro a fevereiro. Cada estação apresenta seus aspectos característicos, resultando disso uma variação constante da natureza no decorrer do ano.

Incontáveis ilhas e ilhotas de rochedo à flor da água, cobertas de arvoredos verdes e encantadores; o lendário Monte Fuji e as várias cadeias de montanhas. inclusive os Alpes nipônicos, constituem a espinha dorsal do Arquipélago, que apresenta aqui e acolá vulcões com fumarolas, erguendo-se para o céu azul e límpido; poucas planícies, muitas ondulações do solo; montes e vales sucedendo-se de mistura com colinas de formas caprichosas; rios rumorejantes, todos de curso limitado,

(2) Segundo alguns geólogos, o Arquipélago Japonês já esteve ligado ao continente asiático.

Esses vasos de argila são denominados, pelos arqueólogos, tipo ou estilo *Jomon* (marcas de esteira). Esse nome se deve à frequência com que foram encontradas marcas de esteiras nos potes e vasos da época. Os objetos de louça de argila destinados à ornamentação eram muito variados e elaborados. Chegavam às vezes a ser grotescos, tal o exagero dos desenhos.

Escavações feitas por arqueólogos revelaram que as casas dos japoneses primitivos, com cobertas grosseiras de palha e sem soalho, estavam erigidas em cavidades rasas feitas na terra. Apresentavam forma quadrada ou retangular, com os cantos arredondados.

Ao que parece, nessa época ainda não se fazia distinção entre ricos e pobres, prevalecendo um estilo de vida coletivo. Os homens acreditavam em certas formas de magia, segundo se infere pelas imagens de deusas e grandes macetes de pedra, que, provavelmente, eram usadas em feitiçarias. Os mortos eram enterrados sem caixão, com os braços e as pernas dobrados, às vezes com uma enorme pedra sobre o peito. Não havia ainda o túmulo propriamente dito.

Evolução — Este modo de viver sofreu, dentro em pouco, profunda transformação. Isso porque, no II século da nossa era, do outro lado do mar, foram transmitidos aos japoneses métodos de cultivar arroz e a arte de fabricar instrumentos metálicos. Desde a época em que os primitivos nipônicos usavam instrumentos de pedra, a China já misturava cobre com estanho para fazer o bronze e, logo a seguir, descobria o emprego do ferro. Tais conhecimentos foram transmitidos aos japoneses por intermédio de coreanos e dos próprios chineses. Começaram os nipônicos a usar instrumentos metálicos. Espadas e escudos de bronze, bem como utensílios de ferro, foram então confeccionados. Novos aparelhos de barro foram empregados.

Começo da lavoura. — Com o início da lavoura, acentuou-se o progresso da vida. Divulgado o processo de cultivar arroz em terreno irrigado, tornou-se

necessária a fixação do homem ao solo para continuar a lavoura da terra. Foi-se reunindo gente, formaram-se aldeias e os homens das povoações cooperavam entre si nos trabalhos do plantio e da colheita. Cavavam tanques e valetas para puxar água aos arrozais e, desse modo, transformavam campinas em plantações do precioso cereal.

A introdução da lavoura modificou o sistema de vida das tribos. O arroz se tornou o principal gênero alimentício, suplementado por produtos de caça e pesca. Vasos de argila dessa época são chamados de tipo *Yayoi*, nome do bairro de Tokyo onde foram encontrados os primeiros exemplares, no ano de 1884. Os vasos de estilo *Yayoi* caracterizam-se por linhas retas, simples e enxutas, em contraste com os do tipo *Jomon* de alguns séculos antes.

Na época da cultura *Yayoi* usavam-se ainda instrumentos de pedra, de mistura com os de metal, introduzidos do continente. A agricultura experimentou considerável impulso, acompanhando o crescimento das populações. Começam então a surgir, aos poucos, propriedades maiores do que as demais. Têm início, assim, as diferenças sociais.

Acentuando-se, com o correr do tempo, as diferenças de nível de vida, alguns passam a viver em casas mais confortáveis, constituindo-se aos poucos em classe distinta, aristocrática. E no outro extremo da escala social ficam os pobres, os deserdados da sorte, muitos deles reduzidos à condição de escravos.

Surgem, assim, os escravos, alguns dos quais eram indivíduos vencidos nas lutas intertribais. Há referências de envio de escravos à China, em livros chineses dos séculos I e II da era cristã. O Japão aparece, então, sob a vaga denominação de Wa. Ao que indicam aquelas fontes, Wa costumava enviar missões ao poderoso país continental, prestando-lhe homenagem e recebendo em troca objetos de valor, tais como espadas, espelhos e pedras preciosas. Também recebia ensinamentos de técnica agrícola.

Com o evoluir da cultura, apareceram homens poderosos que comandavam vários agrupamentos. Em especial, na zona norte de Kyushu e no Yamato (hoje Nara-ken), onde a cultura evoluiu primeiro, apareceram elementos influentes que viajavam até o continente e da China traziam novos elementos culturais. Gradativamente, a tribo mais influente conseguiu, afinal unificar o Japão numa nação primitiva. Assim se constituiu a corte de Yamato, berço da dinastia nipônica.

2. *A corte de Yamato.*

Berço da nacionalidade — Yamato corresponde à região onde fica atualmente a província de Nara (Nara-ken). É uma região plana cercada de montes. A tribo mais poderosa e influente dessa zona dominou, paulatinamente, o resto do país. Jimmu-Tenno foi quem primeiro ascendeu ao trono, no Palácio de Kashihara, no sopé do monte Unebi.

Não há nenhum documento comprobatório deste acontecimento. Até 1945 estava oficialmente estabelecido que a fundação da dinastia japonesa datava de 660 anos A. C. Assim, em 1940 se comemorou solenemente o 2.600º aniversário do Império. Contudo, historiadores atuais apontam "fraude" oficial na interpretação de dados históricos, a fim de dar maior duração a uma dinastia que, na realidade, só teria começado pelo século IV da nossa era. Segundo os historiadores mais abalizados, a coroação de Jimmu-Tenno se deu depois do ano 300 A.D.

Expandiu-se, aos poucos, a influência da corte de Yamato no interior, com a submissão gradativa de muitas tribos. Também o chefe da terra de Izumo (Shimane-ken) se rendeu à autoridade do rei de Yamato. Entretanto, nas regiões mais afastadas, havia localidades ainda dominadas por tribos de outras raças, que os japoneses consideravam bárbaras. Na região de Kwantô a Ou viviam os "yezo" e no extremo meri-

dional de Kyushu habitavam os "kumaso", os primeiros, da raça Aino e os últimos, indonésios (também chamados "hayato"). A realeza procurou colocar sob seu domínio todos esses povos, o que conseguiu depois de várias expedições, conforme veremos no decorrer desta história.

Tribos e clãs — Na antigüidade, como durante toda a história do Japão, grande parte da população se dedicava à lavoura. Com o progresso da cultura, apareceram homens mais habilidosos que confeccionavam finos objetos de barro e jóias rústicas, feitas de pedras comuns ou semi-preciosas.

A maioria dos homens não servia diretamente ao trono. Cada localidade tinha um chefe que governava a população local e controlava as terras. As pessoas da mesma linhagem constituíam os clãs ("uji") e algumas delas recebiam o título de "kabane". Clãs havia que desempenhavam determinadas funções na corte. Por exemplo, os Soga eram encarregados do Tesouro, enquanto os Ohtomo e Monobe cuidavam da Guarda Real. Tais funções eram sempre hereditárias, transmitindo-se de geração a geração numa mesma família.

Na antigüidade, não havia diferença entre nome de indivíduo e nome de família. Somente depois de um certo grau de desenvolvimento cultural é que surgiram os sobrenomes.

O "kabane", cuja significação literal, segundo o "kanji" adaptado ao termo, seria nome de família, sobrenome, era conferido pelo imperador como uma distinção a certas pessoas. Além disso, os chefes de tribos adotavam "kabane" por conta própria ou terceiros lhe davam em sinal de consideração. Ocorriam, pois, os seguintes casos para o aparecimento do título-nome:

- 1) Nomes geográficos ou de profissões, indicando que eram chefes locais ou de grupo profissional;
- 2) Nomes dados a pessoas que tinham funções no palácio. Posteriormente, tais nomes se tornaram designativos de estirpe nobre, posição social, etc., e a

zava. Como vimos, o chefe da tribo mais forte é que se tornou, pela conquista das demais, rei de Yamato. Contudo, para compreender o sistema monárquico japonês, em certos aspectos diferente dos europeus, é importante ter em mente a maneira pela qual êle se originou e se manteve através de todas as vicissitudes da história.

Classes sociais — Conforme vimos, os "kabane" e "uji" constituíam a aristocracia primitiva. Abaixo deles ficava a classe intermediária dos "be" ou "be-no-tami", indivíduos semi-escravos, divididos por sua vez em "shimobe", que pertenciam à família imperial e "kakibe", subordinados aos particulares poderosos. E, por último, vinham os "yakko", escravos, constituídos por indivíduos que somente possuíam nomes individuais, sem nome de família. Os "be" adotavam o sobrenome dos seus senhores, os "uji", e eram trabalhadores que prestavam serviço, como servos públicos, ao trono ("shimobe") ou aos senhores particulares ("kakibe").

Como em toda a parte, na sociedade primitiva do Japão havia nítida divisão de classes sociais.

Os elementos livres ou dominantes formavam a aristocracia, os trabalhadores semi-livres constituíam a classe dos "b" e, finalmente, os escravos, "yakko" (3), viviam a sua vida obscura e quase ignorada pela classe alta, autocrática. Os "yakko" ou eram elementos de tribos conquistadas ou indivíduos condenados por crimes.

Entretanto, são muito raros os documentos históricos que fazem referência aos "yakko" da antigüidade. "Provavelmente — diz o professor Eijiro Honjô, em sua magnífica "História Econômico-Social do Japão", da qual extraímos estas notas — esses indivíduos não tinham muita importância naqueles tempos. Parece que a classe mais importante, na organização do tra-

(3) Os escravos homens chamavam-se nu e as mulheres hi.

balho da época, era a dos "be" e não a dos escravos. Porém, esta última se tornou de grande importância depois' da Reforma de Taikwa, e na época de Nara, surgindo, então, um período que se poderia chamar de "economia escravista".

Resumindo, pois, o que vimos no capítulo das tribos e clãs e neste, temos que havia três principais classes sociais nas priscas eras do Japão: a aristocracia (primitiva), os trabalhadores semi-escravos e os escravos.

Vida econômica — Naquelas épocas remotas, a terra e a mão de obra constituíam, naturalmente, os meios mais importantes de produção. Mas, como tais meios pertencessem aos clãs, que constituíam a classe dominante, os "be" e "yakko", na qualidade de classes dominadas, trabalhavam para aquela. Havia passado a idade da pesca e caça e o país havia entrado, francamente, na fase agrícola. Os clãs que se dedicavam hereditariamente a determinados trabalhos de produção, utilizaram para a sua execução os "be" e "yakko". Provavelmente os "be", gente de classe intermediária entre os homens livres e os escravos, dispunham de alguns momentos próprios em que lhes era permitido trabalhar para si, caçando ou plantando. Há quem sustente que os "uji" formavam uma coletividade de tipo comunista, mas nada está provado. As famílias ou casas (*iê*) *constituíam* a unidade econômica. A estrutura econômica estava toda ela baseada na exploração da terra, em função dos interesses dos clãs. Em princípio era uma economia de auto-suficiência, sendo os "be" a classe laboriosa por excelência.

As terras pertenciam, ou ao trono, ou às famílias poderosas do interior. Além do arroz, que era a principal cultura agrícola, já eram cultivados o milho miúdo, *hie*, trigo, soja, *azuki* (feijão indiano), etc.

Já na idade da caça e pesca, os homens faziam instrumentos simples com dentes de animais, madeira, pedras, etc, o que representa o começo do artesanato. Na época em apreço, - primeiros séculos da existência

dinastia, muito embora o seu poder temporal tenha sofrido oscilações violentas, e, algumas vezes, sido reduzido a zero. No entanto, mesmo quando os "bakufu" enfeixavam o poder absoluto em suas mãos, não quizeram ou não tentaram derrubar o trono. Porque., com toda a certeza, os próprios caudilhos militares compreendiam a impossibilidade de destruir uma dinastia que representava o centro do culto religioso nacional, quando não também o supremo órgão político da nação.

Alongamo-nos nesta parte da apreciação das condições sociais e econômicas do Japão, nos primórdios da sua história, porque ela nos auxiliará a compreender a subsequente evolução do país em todos os sentidos.

Túmulos antigos — Quando morria alguém, costumava-se erigir um túmulo, levantando a terra no local onde era enterrado o morto. Desses túmulos antigos ainda se encontram alguns exemplares em várias partes do Japão. Poucos tinham a parte anterior quadrada e a posterior arredondada, formando na superfície da terra um montículó. A maioria apresentava a forma redonda. As tumbas dos imperadores Ojin (falecido em 310), Nintoku (falecido em 399) e Richu (falecido em 405) impressionam pelas suas proporções. O túmulo de Ojin, encontrado em Kawachi, mede aproximadamente 413 metros de comprimento e 800 de largura; o de Nintoku, existente em Sakai, perto de Osaka, apresenta 490 metros de comprimento e 247 de largura e, finalmente, o de Richu tem 366 metros por 248. Nos túmulos antigos foram encontradas imagens de barro, uma espécie de terracota, chamadas "*haniwa*" e que apresentam formas de casas, gente ou animais, ao lado de espelhos (metálicos), objetos de adornos feitos de pedras, espadas, capacetes, etc. Tais objetos são elementos preciosos para o estudo das condições de vida dos homens da época. Também os túmulos constituem importantíssimos "documentos" arqueológicos, não só porque contêm "*haniwas*", como porque datam de épocas anteriores à introdução da escrita chi-

nesa no Japão. Como veremos mais adiante, o primeiro livro de história, o "Kojiki" (Rol das Coisas Antigas), apareceu somente no ano 712 da nossa era.

Os arqueólogos japoneses acreditam que os túmulos com "haniwa" tenham sido construídos pelos séculos III ou IV. Quanto à significação da presença de tais objetos, correm várias interpretações. Parece que, a princípio, havia o costume de se enterrarem vivos os servos mais chegados aos seus senhores. Logo, porém, tal costume foi abolido e, ao invés de criaturas vivas, levavam-se os objetos de terracota ao túmulo dos mortos. Posteriormente, os "haniwa" tiveram apenas função decorativa, sem mais o sentido de sacrifício ou imolação.

3. *Introdução da cultura do continente.*

Relações com a Coréia — A China é um dos países mais antigos do mundo. Há cerca de dois mil anos, surgiu lá a dinastia dos Hang (Kan), cujo domínio alcançou até a parte setentrional da Coréia. Já nessa época, japoneses do norte de Kyushu visitavam a península, esforçando-se por assimilar sua cultura, então mais adiantada do que a do Japão. Mais tarde apareceram os reinos de Kudara (Paikche) e Shiragui (Silla) na parte sul da Coréia, ao passo que ao norte ficava Kokuli ou Koma. O reino de Yamato, depois de unificar o Japão, aliou-se a Mimana, um reino do extremo sul da península, mantendo estreitas relações com o país vizinho. Quando Mimana se viu ameaçado por Shiragui e Kokulii, Yamato enviou forças em seu auxílio. Desde então, as relações entre o Japão e os países da península coreana se tornaram cada vez mais cordiais.

O "kanji" e a doutrina de Confúcio ("Jukyo") — Com a intensificação das relações entre o Japão e a península, foram introduzidos muitos produtos da cultura coreana e chinesa. O movimento de importação

das culturas do continente se incrementou de modo notável no tempo dos imperadores Ojin e Nintoku. Foi nessa época que os "kanji" (ideograma chinês, ou, ao pé da letra, "escrita de Hang") e o confucionismo (*jukiô*) foram introduzidos no Japão. A doutrina do sábio chinês (Confúcio - Koshi, em japonês) teve grande divulgação e seus efeitos foram duradouros. Muitos coreanos e chineses emigraram para o Japão onde fixaram residência e deixaram numerosa descendência. Com eles foram transmitidas as artes da criação do bicho da seda, tecelagem, costura, ferraria, etc. A corte recebia de bom grado os elementos estrangeiros, e dava funções importantes àqueles que tinham real valor, permitindo que os mesmos desenvolvessem plenamente suas faculdades. Muitos se naturalizaram japoneses e contribuíram de modo notável ao progresso cultural do país. Com o acréscimo de novas culturas melhoraram as condições de vida e o país se beneficiou dessa política de introdução e assimilação de estrangeiros.

Budismo — Dos países coreanos, além de Mimana, mantinha estreitas relações com o Japão o reino de Kudara. A cultura chinesa chegava, muitas vezes, por intermédio desse país. O papel mais importante por êle representado na evolução da cultura japonesa foi, certamente, a transmissão do budismo.

O budismo foi pregado há 25 séculos por Shakiamuni, na Índia. Passou à China e, a seguir à Coreia e, por intermédio de Kudara, ao Japão. Isso aconteceu aproximadamente há 1.400 anos.

A propósito da introdução do budismo no Japão, Will Durant, o diligente e culto filósofo e historiador norte-americano, escreve o seguinte em sua "História da Civilização":

"Em 522 o Budismo, que entrara na China quinhentos anos antes, passou-se para o Japão em rápida conquista. Dois elementos confluíram para dar-lhe vitória: as necessidades religiosas do povo e as necessidades políticas do Estado. Porque não foi o verdadeiro

budismo que veio, agnóstico, pessimista e puritano, mas o budismo *mahayana* (4) dos deuses amáveis como Amida e Kwannon, de sedutor cerimonial e de imortalidade pessoal. E, melhor ainda, esse credo inculcava, com irresistível graça, todas as virtudes da piedade, do pacifismo e da obediência, que tanto ajudam aos governos; dava aos oprimidos tais consolações, que os reconciliavam com a vida, e fornecia ao povo aquela unidade de sentimento e fé em que os estadistas vêem a fonte da ordem social e da força nacional".

(4) Daijô, em japonês. "Mahayana" é termo sânscrito. (N. do A.)

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO

1. *Príncipe Shotoku.*

Desenvolveu-se o Japão com a introdução e assimilação da cultura do continente asiático. Na época do genial príncipe Shotok (Shotoku Taishi), que, segundo conta a lenda, era capaz de ouvir e responder a dez pessoas ao mesmo tempo, o progresso do país se tornou rápido, especialmente no terreno político.

Regulamentação do funcionalismo e a Primeira Constituição — Shotoku-Taishi tornou-se príncipe herdeiro, quando a imperatriz Suiko subiu ao trono. Ocupou ao mesmo tempo a regência, que durou vinte e nove anos (592-621).

Muitas e notáveis contribuições para o progresso do país trouxe o príncipe, destacando-se entre elas a reforma política. Clãs poderosos como o dos Soga possuíam muitos subordinados e terras, influenciando, com sua força, na administração do Estado. Na península coreana, Shiragui havia se tornado poderoso; dominara Mimana e atacara Kudara. Consideráveis transformações estavam ocorrendo, tanto dentro como fora do Japão. Ante tal situação, o príncipe resolveu realizar grandes reformas nos hábitos antigos. A fim de tornar possível o aproveitamento de homens realmente competentes na máquina administrativa do país, estabeleceu uma rigorosa hierarquia dos funcionários públicos.

A seguir, redigiu uma Constituição composta de 17 artigos e exigiu que os homens de governo a cumprissem rigorosamente. No preâmbulo da primeira Constituição nipônica expôs a importância da harmonia e cooperação entre os homens. Queria ensinar aos funcionários do palácio que, sem uma cooperação íntima de todos eles, não era possível obter bons resultados na administração dos negócios públicos. A Constituição em apreço, copiada e adaptada, em grande parte, da legislação chinesa, estabelecia entre outras coisas o seguinte: que os poderosos não devem tributar arbitrariamente o povo; que devem ouvir as queixas e reclamações populares; que devem realizar uma administração justa; que devem consultar o maior número possível de pessoas para resolver questões importantes de interesse público. Determinava, ainda, outras medidas úteis à arte de governar.

Relações com Zui (Sui) — Por essa época, a dinastia dos Sui havia dominado a China, que estivera dividida e convulsionada durante muito tempo. Sui era uma dinastia próspera e poderosa. Desejando fortalecer o Japão com a introdução da cultura adiantada do reino continental, o príncipe Shotoku enviou uma missão chefiada por Imoko Ono para restabelecer as relações interrompidas entre os dois países. Na carta dirigida ao imperador chinês, o príncipe escreveu: "O imperador do Levante tem a honra de enviar esta missiva ao imperador do Poente". Era a primeira vez que um soberano nipônico, ou alguém em seu nome, se dirigia de igual para igual ao monarca da China. Até então o Japão pagava tributos ao gigante continental, mas Shotoku decidiu acabar com tal subserviência e inaugurou relações de país independente com o poderoso reino dos Sui.

Desde então, o príncipe enviou, junto com as missões diplomáticas, estudantes e sacerdotes para estudar o regime chinês e suas artes e ciências. Estes estudiosos desempenharam, mais tarde, papel importante na Reforma de Taikwa.

Horyuji — Shotoku-Taishi adotou e adorou o budismo e muito fez para sua divulgação em todo o Japão. Chegou a escrever livros sobre essa religião e mandou construir muitos templos. As belas artes e os estudos clássicos (chineses) tiveram um grande impulso como resultado da adoção da religião de Buda pelo grande estadista.

O Horyuji erguido em 607 na aldeia de Ikaruga, a sudoeste da cidade de Nara, em frente a uma suave colina, é o templo construído pelo príncipe, ao lado do seu palácio residencial. Grossas colunas de madeira, internas, sólida torre dourada, pagode que se eleva alto para o céu, constituem vista magnífica sobre a areia branca. Este templo é hoje a construção de madeira mais antiga do mundo. No seu interior existem, além de imagens de budas, muitas pinturas murais de traços e cores vigorosos, e outros objetos de arte antiga.

2. *Reforma de Taikwa.*

A situação do continente — Entrementes, na China havia desaparecido a dinastia de Sui e em seu lugar surgira, próspera e forte, a dinastia de Tang (*To* ou *Kara*). O Japão enviou emissários ao reino continental ("*kentôshi*"), estabelecendo intenso intercâmbio comercial e cultural. Entre os homens que haviam visitado a China ou tido conhecimento do seu adiantamento, não eram poucos aqueles que desejavam introduzir o sistema político aperfeiçoado do grande império, a fim de reformar o governo do Arquipélago. O príncipe Nakano-Oye foi o planejador e executor dessa idéia.

Nakano-Oye, em cooperação com Nakatomi-no-Kamatari e outros correligionários, derrubou o chefe do clã Soga, que se havia tornado muito poderoso e implantou um novo regime. Numa conspiração palaciana bem planejada, Iruka Soga, o chefe do clã, foi morto e sua residência queimada. Outro clã, o dos

Monobe, também foi eliminado. Com a eliminação dos clãs mais fortes, a família do Tenno conseguiu centralizar o poder em suas mãos.

Política reformista — Subindo ao trono o imperador Kotoku, Nakano-Oye ascendeu a príncipe herdeiro e deu as funções-chaves da máquina estatal a Nakatomi-no-Kamatari e outros elementos que haviam estudado na China. Eliminou os processos velhos e anacrônicos da administração, adotando uma orientação completamente nova. Essa revolução, influenciada pelas idéias importadas da China, ocorreu em 645 da nossa era. E o Japão adotou pela primeira vez o *nome de era* ("nengô"). Taikwa foi o primeiro nome de era oficialmente adotado. Por esse motivo, a renovação política então realizada recebeu o nome de Reforma de Taikwa ("*Taikawa no Kaishin*"). Desde então ficou, para sempre, o hábito de se adotar "nengô".

A partir dessa época, os imperadores adotavam um ou vários "nengô" durante o seu reinado. Costumavam trocar o nome da era sempre que havia algum acontecimento importante, tanto auspicioso como trágico. Assim, quando havia calamidades públicas, como terremoto, incêndio ou epidemias, trocava-se o "nengô" para "mudar a sorte" da nação. Poucos soberanos tiveram um único "nengô", pois fatos de relativa importância política ou social se sucedem com freqüência na vida de uma nação. . . Depois de Meiji é que foi estabelecido que a cada monarca reinante corresponderia um só "nengô".

A lei mais importante, pela sua repercussão e significado, adotada na Reforma de Taikwa, foi a da distribuição de terras ("*Handen-no-hô*"), pela qual todos os homens e mulheres recebiam, ao atingir a idade de seis anos, determinada área de terra para cultivar durante a sua vida. Ao mesmo tempo, foi decretada a medida que tornou todos os homens cidadãos públicos ("komin"). Quer dizer que, a partir dessa época, os senhores poderosos não podiam ter, como suas propriedades, populações que viviam em suas

terras. Passavam todos a ser súditos do imperador. Significava o fim do regime de clãs, já bastante enfraquecido devido à própria evolução do país.

Esta reforma constituiu uma verdadeira revolução social, baseada em grande parte, como dissemos, em ensinamentos trazidos da China. Aboliu-se a posse particular de gente por parte dos "uji", adotou-se a lei da distribuição das terras para os cidadãos livres. Aos poucos se extinguiu a classe aristocrática dos "kabane" e "uji". Em seu lugar surgiram as classes privilegiadas dos altos funcionários e grandes proprietários de terras. E, no tempo de Nara, apareceu uma outra classe, nova e influente: a dos sacerdotes. Continuavam a existir, ainda, as classes dos semi-escravos e a dos escravos, sendo que a última cresceu em número, porque, além dos prisioneiros de guerra, dos dominados à força e filhos de escravos, entrou nos hábitos da época a "compra e venda de gente": indivíduos insolváveis vendiam-se ou vendiam seus filhos como escravos para saldar suas dívidas. Também certos criminosos e estrangeiros parentes de indivíduos tornados servos eram incluídos nessa classe. Entretanto, os escravos podiam ser alforriados.

No terreno político-administrativo, a Reforma de Taikwa traduziu-se na criação do sistema de "gun" (distritos ou municípios) e "ken" ou "kuni" (província, no sentido antigo, diverso do moderno. A mesma palavra "ken", hoje empregada na divisão administrativa do Japão, é traduzida por "prefeitura" ou província, no sentido atual).

Estatuto de Daihō ("Daihō Ritsuryō") — Ao imperador Kotoku sucedeu no trono o imperador Saimei, tendo ainda o príncipe Nakano-Oye como herdeiro da coroa e colaborador imediato. Nesse remado, Abeno Hirabu levou as forças imperiais até Akita e Tsugaru (norte de Honshu) para dominar os "yezo".

Na península coreana, o poderio de Shiragui estava no auge e, em aliança com Tang, havia avançado sobre Kudara. Este pediu o auxílio do Japão, que

enviou forças para socorrer o reino peninsular ameaçado. Mas Tang era muito poderoso e o Japão nada pôde fazer em favor de Kudara. Entrementes, o príncipe Nakano-Oye subia ao trono sob o nome de Tenchi Tenno.

Julgou o novo soberano ser mais importante cuidar da administração interna do país do que intervir nas questões da Coréia e resolveu chamar de volta as forças expedicionárias. Assim o Japão retirava suas mãos da Coréia por um período mais ou menos longo. A península que, pelo menos em parte, estivera subordinada durante séculos ao Japão, causava muitas dificuldades ao governo imperial. Devido à distância e às divergências constantes entre os diversos reinos da península, difícil era exercer um controle satisfatório sobre a mesma. Por isso, Tenchi Tenno, preocupado em aperfeiçoar a administração interna, tomou a grande decisão de abandonar a Coréia.

No tempo de Tenchi Tenno foi promulgada uma lei nova sobre a administração pública, que, após quatro sucessivas reformas, foi completada e publicada sob a denominação de "Estatuto de Daihō" (*Daihō Ritsuryō*), no primeiro ano da Era Daihō (701), cerca, portanto, de sessenta anos depois da Reforma de Taikwa. Pela nova legislação foram criados cargos de ministro-presidente (*Dajo-Daijin*), ministro da Esquerda (*Sa-daijin*), ministro da direita (*U-daijin*) e outros para dividir a tarefa de governar o país. Sa-daijin se encarregava dos negócios da Casa Imperial e U-daijin ficava logo abaixo.

Foram criados os cargos de "*kokashi*" ou "*kunitsukasa*" (governador de província) e "*gunshi*" (governador de distrito ou município).

Conforme já vimos, Kyushu e o norte constituíram regiões rebeldes por muito tempo. Os "*kumaso*" e "*yezo*" deram muito que fazer ao governo de Yamato. Por isso e também porque a ilha de Kyushu estava em posição estratégica na fiscalização do comércio com o exterior (China e Coréia), foi estabelecida na pro-

víncia de Chikuzen um governo regional, que possuía jurisdição sobre todos os "kokushi" da ilha em número de nove. Além da administração interna das províncias da ilha, o "*Dzaifu*" — assim se chamava esse órgão do governo central — tinha as funções especiais de receber embaixadas estrangeiras, fiscalização do comércio exterior, naturalização de estrangeiros, defesa contra a invasão de alienígenas, etc. Tratava-se, pois, de um órgão "sui generis", fruto de circunstâncias históricas e geográficas peculiares ao Japão.

Na metrópole foi fundado o "Daigaku", curso superior para estudo dos clássicos chineses (hoje essa palavra significa Faculdade ou Universidade), e nas províncias, os colégios ("Kokugaku") para estudo dos mesmos clássicos. Ambos os estabelecimentos se destinavam à formação de funcionários, que prestavam exame de habilitação para ingressar na burocracia. O "Daihô Ritsuryô", que foi uma seqüência da Constituição de Taikwa, visou em princípio estabelecer um regime baseado no conceito da igualdade de direito dos homens. Entretanto, na prática predominava o preconceito de classes e castas. Havia hierarquia na nobreza e no povo. O ensino no "Daigaku" e nos "Kokugaku" era limitado a filhos de nobres e latifundiários ricos. A distribuição das terras ficou sujeita a regulamentação minuciosa. Mesmo com a lei de distribuição, as pessoas de posição recebiam terras especiais. Com o aumento da população, tornou-se impossível fornecer terra a todos. Assim, na Época de Nara, foi modificada a lei no sentido de se dar terra somente àqueles que abriam novos arrozais. Quer dizer que somente as pessoas que acrescentavam novas áreas cultivadas podiam ficar com elas. Destarte o "Handen-no-hô" que tornava coletivo o uso da terra não durou muito. Também contribuiu muito para o malogro da lei a sua minuciosa regulamentação, que tornava muito trabalhosa a distribuição das glebas. E exatamente devido às dificuldades burocráticas, houve muitas frau-

des e burlas. A falta de terras não cultivadas para a distribuição constituiu o golpe final contra essa legislação, sob todos os pontos de vista interessantíssima, por ser uma espécie de tentativa de socialização da terra.

Com o fracasso do sistema, desenvolveu-se o regime de propriedade particular que dará lugar, conforme veremos adiante, ao aparecimento dos "shoen", termo que corresponde mais ou menos a "latifúndio", embora nem sempre aquelas terras senhoriais fossem de grande extensão.

A Reforma de Taikwa e o Estatuto de Daihō receberam marcada influência do confucionismo, que pregava o governo justo (*Wangtao* em chinês — "wôdô" em japonês). Houve, por assim dizer, um excesso de idealismo político que não se coadunava com a sociedade conservadora, onde permaneciam poderosos os resíduos do antigo regime de clãs. No período seguinte, verificou-se uma espécie de reação, voltando o governo dos aristocratas.

3. *Nara, capital (710-784).*

A *nova capital* — Os primeiros imperadores, a começar por Jimmu-Tenno, estabeleciam suas residências-palácio, em geral, na planície de Yamato. Sendo as construções, de madeira, simples e primitivas, de pouca durabilidade, freqüentes eram as mudanças de palácio e, portanto, da sede do governo. Porém, com a evolução do país, tornou-se necessário construir-se uma capital político-administrativa apropriada. O imperador Tenchi fundou sua capital em Ohtsu, cidade que fica na extremidade sul do Biwako, o maior lago do Japão, em Omi (Shiga-ken), o imperador Jito em Fujiwara, de Yamato. No terceiro ano da Era Wadô (710), da imperatriz Guemmyô, foi estabelecida a capital na parte oeste da atual cidade de Nara.

Durante 74 anos (sete imperadores), Nara foi a capital do Nipon. Até então, era costume cada soberano trocar de residência, e nem sempre o local onde se erguia o palácio imperial se tornava cidade. Com a fixação da capital em Nara, o Japão pôde orgulhar-se de possuir uma metrópole comparável a Chang-Yang (Cho-an), capital de Tang, que aliás serviu de modelo àquela.

A cidade media cerca de 4.400 metros por 4.000 e tinha os traçados das ruas geomètricamente regulares. Grandes construções como o palácio imperial, templos de parede branca, prédios de colunas vermelhas, de estilo chinês, se erguiam aqui e acolá. Abriu-se a feira, onde o povo vendia seus produtos e comprava gêneros de que necessitava. Para facilitar a compra e venda, foi cunhada, pela primeira vez, a moeda de cobre. Até então fazendas, linho ou arroz faziam a vez do dinheiro. Pouco antes da fundação de Nara, iniciou-se a mineração de cobre na terra de Musashi. Com o minério ali extraído era cunhada a moeda nacional.

Nascimento da literatura nacional: — Para se ter uma rápida visão geral da história da literatura japonesa, vamos resumir, esquemáticamente, toda a sua evolução em sete partes, correspondentes a sete grandes períodos da história do Japão.

Primeiro período ou arcaico: — Começa com as próprias origens do Império e vai até o começo do século VIII (Nara), objeto de estudos do presente capítulo; apenas alguns cantos primitivos e ritos sagrados restam desse período;

Segundo período: — Chamado de Nara (710-784). Caracteriza-se a prosa deste período por éditos solenes, descrições de províncias e pelo importantíssimo "Kojiki" (Rol das Coisas Antigas), seguida do "Nihon-shoki" (Relação do Nipon);

Terceiro período: — Chamado de Heian (794-1192), período áureo da literatura japonesa, destacando-se as escritoras Murasaki Shikibu e Seis Shonagon;

Quarto período: — Kamakura (1192-1333), início do regime feudal, abundam descrições de feitos militares sem grande mérito literário, sobressaindo-se o "Hojoki" de Kamo Chomei;

Quinto período: — Período de Nambokuchô (1333-1393), em que a corte se dividiu entre Kyoto e Yoshino e Período de Muromachi (1393-1603), dos shoguns Ashikaga. Continuaram as descrições de guerras e combates. Aparece o "Tsure-zure-gusa" (Crônicas de Horas Vagas), de Kenkô;

Sexto período: - Dos Tokugawa (1603-1868). Período de paz e grande desenvolvimento literário. Populariza-se a literatura, que, até então, fora privilégio dos grandes e aristocratas;

Sétimo período: — Japão moderno, iniciado com a Restauração de Meiji (1868), sob forte influência ocidental.

Feita esta breve sinopse, apenas para comodidade de apreensão do conjunto, voltemos à nossa história, isto é, ao período de Nara.

Por essa época foram escritos os primeiros livros no Japão. Como se viu, o Japão não possuía alfabeto ou escrita próprios. Coreanos e chineses introduziram, nos primeiros séculos da nossa era, os "kanji". Depois, durante séculos, os japoneses empregaram a escrita ideográfica da China. Um caráter chinês completo tinha de ser empregado para cada sílaba de um termo nipônico, exigindo, portanto, muito dispêndio de energia e paciência no seu aprendizado.

No tempo da imperatriz Guemmyô apareceu o "Kojiki" (Rol das Coisas Antigas), escrito totalmente em caracteres chineses adaptados à fonética japonesa, por Yasumaro (712). É o mais antigo documento histórico-literário escrito em língua japonesa hoje existente. No reinado do imperador Guensho saiu a lume o "Nihon-shoki" (Relação do Nipon), escrito no chinês clássico. Ambos registram lendas mitológicas e fatos históricos relativos ao antigo Japão.

A seguir apareceu o "Man-yô-Shû", ou "Man-nyô-shû" ("Coletânea das Dez Mil Folhas"), no qual foram colecionadas cerca de 4.500 "wakas", principalmente do período de Nara. "Waka" era uma modalidade poética cultivada desde a mais remota antigüidade no Japão, mas o "Man-yô-Shû" constituiu o mais antigo livro de poesias do país. Entre os poemas colecionados figuram produções de vários imperadores, palacianos, nobres, etc, sendo Kakimoto-no-Hitomaro e Akahito, os mais célebres poetas do período Nara.

Ao pé da letra "Man-yô-Shû" significa Coleção de Dez Mil Folhas. Entretanto, o seu verdadeiro sentido foi objeto de várias interpretações e segundo o "Man-yô Shû Kenkyû" de Shinobu Origuchi, o termo "man-yô" ou "man-nyô" deriva de "Yorozu-yo" ou seja dez mil anos ou eternidade. O citado autor supõe que, no início da época de Heian a palavra "man-yô" tenha contido o significado de "augurar eternidade ao trono, à família imperial". Daí o ter sido aplicado ao nome da famosa coletânea, que foi completada na sua forma atual no começo do século IX.

Constava a coleção completa de vinte volumes, com mais de quatro mil poemas, os primeiros datando do tempo do imperador Yuryaku (457-480). Os últimos poemas do último volume foram escritos, segundo Hisataka Sawagata, no terceiro ano da Era Hoji (759). É difícil saber com exatidão quem organizou os primeiros volumes e também difícil indicar com precisão a data em que foram produzidos os primeiros poemas, posteriormente colecionados.

Figuram na coletânea cerca de quatrocentos poetas, contribuindo alguns com apenas um ou dois "wakas", enquanto outros aparecem com mais freqüência. Como se sabe, o "waka" apresenta uma forma métrica, principal, chamada "tanka" que consiste em versos alternados de cinco, sete, cinco e sete sílabas e um verso final de sete sílabas, num total de 31 sílabas. Não há rima na poesia japonesa. "Nunca os japoneses se deram a longas composições poéticas — escreve Wenceslau de Moraes em "Relance da Alma Japonesa"

— não está isto no seu gosto. O poema é, para eles, como que um gorgeio de pássaro, harmonioso e rápido. No "Man-yô-Shû" onde se encontram reunidas mais de quatro mil poesias, deparam-se algumas do gênero a que chamam "nagauta", poemas longos, mas que apenas contêm, os maiores, algumas dezenas de versos; e a grande maioria é representada pelo gênero denominado *tanka*, por trinta e uma sílabas — pouco mais ou menos a grandeza da nossa quadra portuguesa, popular".

Kokubunji e Buda Grande — Nara viu o auge de sua prosperidade na era Tempyô (729-748) do reinado de Shomu. O monarca cultivou o budismo com ardor e para sua divulgação mandou construir "kokubunji" (templos provinciais) nas províncias. Esses templos constituíam, juntamente com a administração local dos "kunitsukasa", o centro cultural regional, por onde se difundia a cultura florescente da metrópole. Ainda hoje encontramos o nome de "Kokubunji" ou, simplesmente, "Kokubu", em várias partes. São também encontradas pedras que serviram de alicerces ao pavilhão ou torre desses templos, juntamente com telhas de cobertura, em meio a arrozais e outras plantações.

Shomu Tenno construiu ainda o Buda grande do Todaiji em Nara. Mede esse monumento cerca de 16 metros de altura e o pavilhão que o abriga tem 45 metros de altura. Com a expansão do budismo, aperfeiçoou-se a técnica de fabricar objetos de arte que adornam os templos. As construções de Shoso-in (museu imperial) e Sangatsudô, ainda existentes em Nara e os tesouros e Budas nelas guardados, mostram como estava adiantada a cultura japonesa daquela época. Na verdade, a arquitetura nipônica da época atingira um nível elevado, mesmo encarada do padrão mundial dos dias de hoje. Tanto na arquitetura como na escultura, de caráter puramente budista, foi enorme a contribuição dos artistas chineses e coreanos ou naturalizados. Já nesta época havia artistas nacionais bastante talentosos, mas ainda se fazia sentir a influência do continente.

Wake-no-Kiyomaro — Entretanto, os benefícios dessa adiantada cultura eram somente gozados pelos palacianos e nobres e pessoas de suas relações. Os pobres e habitantes das regiões afastadas da metrópole continuavam a levar existência obscura.

Por outro lado, o excessivo culto do budismo pela Corte acarretou pesado ônus ao tesouro. Entre os sacerdotes surgiram alguns interessados em política e que nela começaram a interferir. O bonzo Dokyô teve a fortuna de merecer a confiança absoluta do imperador Shotoku. Abusando, porém, da sua posição, tramou tornar-se imperador. Queria usurpar o trono, mas seu plano abortou devido à enérgica oposição de Wake-no-Kiyomaro.

Subindo ao trono o imperador Konin, este procurou corrigir os excessos do budismo e introduziu várias reformas no setor político-administrativo.

4. *Relações com o exterior.*

Emissários a Tang — O Japão e Tang que se hostilizaram por causa de Kudara, restabeleceram suas relações de amizade. Foi reiniciado o envio de emissários à China (*kentô-shi*) e Tang, por sua vez, mandava embaixadores.

As relações com Shiragui continuavam normais. Muitas vezes a comitiva dos emissários compreendia mais de quinhentas pessoas, inclusive estudantes. Eles embarcavam em navios que partiam de Naniwa (atual Osaka), aportavam em Hakata de Chikuzen (Fukuoka-ken) e, atravessando o Mar da China oriental, atingiam o continente. Embora constituísse uma honra o participar de tais embaixadas, as viagens por mar naquela época eram ainda arriscadas. Os viajantes dirigiam-se, antes de embarcar, aos templos para pedir a proteção dos budas de sua devoção. Freqüentes eram os naufrágios e, muitas vezes, os navios voltavam ao porto de partida, devido à impossibilidade de realizar a travessia do mar agitado.

Porém os enviados, grandes admiradores da cultura adiantada de Tanga não temiam arriscar suas próprias vidas.

Tang atingiu o zênite da sua prosperidade na época em que o imperador Shomu (724-748) reinou no Japão. Seu domínio se estendia a oeste até a Ásia Central, ao sul até a península da Indochina. Absorvendo as culturas dos países vizinhos, a China progredia a largos passos.

Mais para o Ocidente ficava a poderosa Arábia, com a qual Tang mantinha intercâmbio cultural e comercial. Desse modo, as culturas avançadas da Arábia e Pérsia também foram introduzidas na China, e, por intermédio desta, no Japão. As indústrias e artes da época de Tempyô tiveram, assim, um colorido todo especial, sob as influências chinesa, indiana, persa, árabe e coreana.

Relações com Pechili — Na época da imperatriz Guemmyô (708-714) surgiu na região da Mandchúria um novo reino denominado Pechili (*Bokkai*). A seguir, no reinado de Shomu, Pechili enviou ao Japão uma missão com peles e outros produtos. Aquele país mandou, desde então até o seu desaparecimento, ou seja, durante cerca de duzentos anos, emissários ao Japão, que, por seu turno, retribuía com enviados àquele reino do continente.

Vinda de estrangeiros — Como vimos, intensificava-se, no período de Nara, as relações com o estrangeiro. Um sacerdote notável, Chien Chen (Ganjin), da China tentou várias vezes atravessar o mar para visitar o Japão e, apesar das dificuldades de navegação e não obstante ter-se tornado cego, conseguiu afinal realizar o seu intento. Indianos e persas também chegaram até as terras do Yamato, atravessando o continente e mares.

Por outro lado, havia japoneses que, tendo ido estudar na grande e deslumbrante corte de Tang, lá ficavam para sempre. Alguns conseguiram galgar posi-

ções de destaque na corte chinesa. Entre eles se destaca o sábio e poeta Abeno-Nakamaro.

Condições econômicas e sociais — Vimos que o período de Nara caracterizou-se por um fulgurante surto cultural na metrópole. Grandes templos e monumentos bem como objetos de arte surgiram em Nara. Com a reforma de Taikwa, desapareceu o regime de clãs e surgiu um estado centralizado. A unidade econômica era a família (*ko*). A coroa, os templos e os proprietários particulares constituíam cada qual um *ko*, unidade econômica estribada no trabalho dos escravos. Continuava, ainda, a economia da terra, e, em princípio, auto-suficiente. O direito de propriedade das terras passou dos clãs para o imperador e, em resultado da lei de distribuição de terras ("Handen-no-hô"), o usufruto passou para as famílias (*ko*).

Foram empregados escravos em grande número, no trabalho produtivo dos campos e da indústria caseira. Compreender-se-á que as suntuosas obras públicas como o Horyuji, o Shoso-in e Sangatsudô tenham exigido, além do trabalho dos arquitetos e outros artistas estrangeiros e nacionais, grande sacrifício anônimo dos servos obreiros. Estes eram os descendentes dos "*yakko*" e parte dos "be" decadentes. Outra parte dos semi-escravos do tempo dos clãs passou para a classe dos cidadãos livres (*ryô-min*), continuando outros na condição de semi-servidão, agora com o nome de "*zakko*".

O período de Nara teve um regime econômico escravagista. Como aconteceu, aliás, com todos os estados antigos (Egito, Grécia, Roma, etc).

CAPÍTULO III

PERÍODO DE HEIAN (794-1192)

1. *Heian, capital.*

Mudança de capital — Kwammu Tenno sucedeu a Konin no poder. Julgou, o novo soberano, necessário transferir a capital para outro ponto, a fim de realizar uma completa reforma política. Seguindo o conselho de Wake-no-Kiyomaro, Kwammu transferiu a corte para Kyoto, na província de Yamashiro. no décimo terceiro ano da Era Enryaku (794). Situava-se a nova capital num sítio aprazível, cercado de montes por três lados, banhado por límpidas águas e gozava de vistas realmente belíssimas. Além disso, ficava no centro de comunicações entre o leste e oeste do país. Pelo rio Yodo saía-se no porto de Naniwa (Osaka). Os homens que subiam à nova capital deram-lhe logo o nome de Heian-kyô, ou Metrópole da Paz. Desde então, até a Restauração de Meiji (1868), Kyoto foi a sede do trono, durante mais de mil anos. Especialmente, até a fundação do *bakufu* de Kamakura, Heian-kyo foi, de fato, o centro político e cultural do país. E' o chamado "Período de Heian" (794-1192).

Assimilação dos yezo — A transferência da Capital acarretou numerosas experiências novas na vida do país. Na política também foram introduzidas várias reformas. A corte esforçou-se, de maneira especial, no aperfeiçoamento

mento dos governos regionais. A parte nordeste do País foi, aos poucos, recebendo a luz da civilização. Assim, na época de Kotoku Tenno, o poderio do governo central se fêz sentir até a atual província de Niigata e, no tempo do imperador Shomu, a civilização atingia a região que corresponde aproximadamente à atual cidade de Sendai. Entretanto, mais ao norte, continuavam os "yezo" a resistir, insubmissos e rebeldes, levantando-se com freqüência contra o governo central. Por isso, na época de Komu Tenno, Sakanoue Muramaro foi nomeado "comandante em chefe das forças expedicionárias contra os bárbaros" ("*Sei-i Taishogun*"). Seus soldados chegaram até a atual província de Iwate. A corte adotou, então, uma política de apaziguamento e assimilação dos "yezo", ensinando-lhes métodos de cultivar a terra, criação do bicho da seda, doando-lhes terras e nomeando os mais capazes, funcionários da administração local. Não poucos foram, também, os homens do leste que se transferiram para o nordeste, a fim de explorar suas terras e orientar os "yezo". Deste modo, os yezo foram assimilados com o decorrer do tempo e afinal se integraram no povo japonês. O nordeste, tanto tempo rebelde e inconquistável, tornou-se, étnica e culturalmente, igual às outras partes do Japão.

Saichô e Kukai — Também o budismo foi se modificando de acordo com a evolução do país. Surgiram as seitas Tendai, de Saicrô e Shingon, de Kukai, dois sacerdotes notáveis pelo caráter e pela cultura. Ambos seguiram para Tang no tempo de Komu (782-805) e lá estudaram com célebres sacerdotes chineses e, regressando com amplos conhecimentos sobre o novo budismo, os divulgaram, a seguir, no Japão. No período de Nara, foram construídos numerosos templos budistas (*terá*) na capital e, como conseqüência da existência de grande número de bonzos, muitos dos quais começaram a se intrometer na política, Saichô fundou o Templo Enryaku no monte Hiyei e Kukai, o Templo Kongobu, no monte Koya, de Kii, para que os sacerdotes se dedicassem, exclusivamente, ao serviço da

religião. Ambos aconselhavam seus discípulos a subirem ao monte e estudarem e meditarem longe dos assuntos terrenos e mesquinhos. Entretanto, Kukai e Saicho não deixaram de manter contacto com o mundo exterior. Viajaram por várias províncias. Kukai construiu tanques para irrigação de arrozais. O Tanque de Mannô, existente em Sanuki, ainda hoje serve à lavoura da região. Depois de morto, Saicho recebeu o nome de Denkyo-Daishi e Kukai, o de Kabô-Daishi. Estes nomes foram-lhes conferidos pelo soberano, como homenagem póstuma.

2. *A influência da família Fujiwara.*

Regente e Conselheiro-Chefe do Imperador ("Sesshō" e "Kwampaku") — Antes da morte do grande estadista da Reforma de Taikwa, Kamatari Nakaomi, o imperador Tenchi lhe deu o sobrenome de Fujiwara, em retribuição aos serviços por êle prestados à coroa e ao país. A família Fujiwara aumentou de influência, atingindo o seu apogeu na época de Heian. Já as normas políticas estabelecidas em sábios estatutos não eram seguidas e, como outrora, membros de uma mesma família ocupavam durante gerações seguidas funções de máxima importância. Foram criados novos cargos não previstos por lei. Entre eles os de maior autoridade eram os de Regente ("Sesshō") e Conselheiro-Chefe da Corte ("Kwampaku"). Ocuparam sucessivamente esses postos membros da família Fujiwara, dirigindo toda a política da corte ao sabor dos interesses do clã. Tornaram-se eles os senhores reais da administração do país.

Michinaga e seu filho — Uda Tenno atribuiu funções de relevo a Michizane Sugawara, porque era este um homem culto e probo, embora de origem modesta. Daigo, monarca seguinte, acompanhou a diretriz do seu antecessor, nomeando Sugawara, Ministro da Di-

reita. A orgulhosa família Fujiwara não gostou que outros, que não de seu clã, viessem ocupar cargos importantes e removeu Michizane para o *Dazaifu* de Kyushu. Conforme já foi exposto, "Dazaifu" constituía o governo geral, destinado a controlar as províncias daquela ilha meridional e fiscalizar o comércio exterior.

Foi crescendo o poderio dos Fujiwara, atingindo o ponto culminante na época de Michinaga e seu filho Yorimichi. De Reizei Tenno a Goreizei Tenno (968-1068), quase todas as imperatrizes saíam da família Fujiwara, que exerceu com exclusividade as funções de "Sesshō" e "Kwampaku". Michinaga ocupou o governo durante trinta anos, levando uma vida de luxo e pompa na corte. Diga-se de passagem que os Fujiwara continuaram exercendo sua influência durante séculos, mesmo depois do período de Heian. (5)

3. *A cultura.*

Evolução cultural — Nobres da corte, como os Fujiwara, gozavam de imenso prestígio e nadavam num mar de prosperidade. Disso resultou uma cultura aristocrática excepcionalmente brilhante.

Por sugestão de Michizane Sugawara, fora suspenso o envio de missões a Tang. Logo depois, desaparecia a dinastia dos Tang. Pechili e Shiragui (Silla) também caíram, a seguir. Romperam-se assim, temporariamente, as relações oficiais entre o Nipon e os países do continente. Em consequência disso, a cultura japonesa entrou numa fase de nacionalização. Deixou aos poucos de depender do continente.

As artes — Graças à prosperidade dos aristocratas, suas residências apresentavam agora um novo estilo arquitetônico, chamado "Shinden-zukuri", que consistia

(5) O príncipe Fumimaro Konoye que foi primeiro ministro por três vezes antes da guerra do Pacífico e que se suicidou depois da rendição do Japão, descendia dessa famosa estirpe.

num certo número de prédios retangulares unidos por longos corredores, com um jardim panorâmico do lado sul, contendo um grande tanque onde havia sempre uma ilha ligada às margens por uma ponte na frente e outra atrás. A ponte anterior apresentava-se arqueada para permitir a passagem de barcos por baixo. No palácio imperial adotou-se também o mesmo estilo de construção. Contrastando com o refinamento dos palácios dos nobres, as residências populares eram simples, cobertas de palha.

O "Yamato-e" (pintura "Yamato"), que foi o precursor da atual pintura nipônica, teve início nessa época. Nos "fussuma" (porta corrediça) e biombos dos palácios "shinden-zukuri" foram fixados lindos quadros da natureza, em policromia.

Difusão dos "kana" — No século IX surgiram o "hiragana" e o "katakana", silabários resultantes, ambos, da extrema simplificação de caracteres chineses. Os "kana" serviram de alfabeto elementar para o povo nipônico, que desde o seu aparecimento (não se sabe ao certo quem os inventou) deixou de ficar sob a dependência absoluta dos complicados "kanji".

Consiste o silabário, tanto do "hiragana" como do "katakana", em 48 sons, com as variações consonantais baseadas nas cinco vogais: *a, i, u, e, o*. Como os ideogramas chineses apresentam-se em duas formas, a uncial ou letra de forma e a cursiva, usada mais na grafia comum, foram também criados dois tipos de "kana".

Realizaram os japoneses do período de Nara uma verdadeira revolução ao inventarem os "kana". Foi um passo decisivo para a independência cultural do Japão e sua posterior evolução. Como se sabe, o ideograma chinês, resultante do desenvolvimento de "escrita de imagens", que a princípio representava em desenho, objetos, seres, fenômenos, etc, da natureza, ou acontecimentos históricos, teve início há cerca de quatro mil anos e nunca atingiu a fase alfabética. A escrita

cuneiforme dos sumerianos e os hieróglifos egípcios — de cuja evolução derivou o nosso alfabeto — datam, segundo os historiadores, dos séculos VII ou VIII antes de Cristo.

Compreende-se, pois, a importância da invenção dos "kana" para o povo japonês. Antes dela, tinha que se servir, exclusivamente, do "kanji" para expressar todos os seus pensamentos. Precisava adaptar o som do ideograma à língua nacional e isso exigia grande esforço, porque a língua chinesa é completamente diferente da nipônica. Portanto, os nipônicos do século IX tornaram possível, com a criação dos "kana", o nascimento de uma literatura nacional característica e riquíssima.

O uso do "kana" foi difundido com grande proveito para a cultura. Embora longamente habituado a escrever somente o difícil "kanji", o japonês aprendeu a empregar o "kana" para expressar-se mais naturalmente no seu idioma. Com o uso do "kana", a linguagem falada pode ser posta sob forma escrita e também os sentimentos e pensamentos encontraram um veículo mais apropriado de expressão. Como decorência natural da divulgação dos "kana", a produção de "waka" se tornou intensa. Até então, mesmo essa modalidade de poesia, genuinamente nacional, era escrita em caracteres chineses adaptados à fonética japonesa. Livros como o "Kokin-Shû" (Coletânea de Poemas Antigos e Modernos), que teve como seu colaborador principal o poeta Tsurayuki, foram publicados uns após outros. Apareceram também as primeiras obras de ficção como o "Taketori Monogatari" (História do Cortador de Bambu). Foram, logo a seguir, escritas crônicas narrando os costumes e aspectos da vida na corte e da aristocracia. A sra. Murasaki Shikibu publicou o "Guenji Monogatari" (História de Guenji), crônica realística da vida de personagens que viveram na época. A autora, da nobre família Fujiwara, escreveu esta grande obra, que constitui um dos cumes da literatura nipônica, por volta do ano 1.000.

"Nenhuma novela posterior mostra as excelências do Guenji, nem exerceu tamanha influência sobre a evolução da literatura e da língua" — diz Will Durant na sua "Nossa Herança Oriental".

Outra notável escritora contemporânea de Murasaki Shikibu foi a sra. Sei Shonagon, também aristocrata, que escreveu "Makura-no-Shoshi" (História de Almofada), crônica da vida refinada e escandalosa da classe alta, traçada em cores vivas.

Atingiu, então, a literatura nacional o píncaro dourado, tendo como expressões máximas as duas ilustres representantes do belo sexo.

"Por que a literatura japonesa foi iniciada por escritoras?" — pergunta Nyozeikan Hasegawa, que, respondendo ele mesmo, explica: "A resposta pode ser encontrada nas circunstâncias abaixo descritas:

Durante o período em questão, o horizonte de estudos dos intelectuais do sexo masculino era limitado aos clássicos — isto é, aos chineses. Todos escreviam em chinês. Entretanto, a ideografia chinesa era por demais inconveniente para a expressão realística e iaturalística do pensamento japonês. Assim, os homens de então não possuíam meios literários adequados para expressar, naturalmente, o seu pensar e sentir.

Entretanto, as mulheres dispunham de um método mais livre de expressão — elas tinham o hábito de usar o "kana", ou seja, as letras fonéticas, para escrever de modo mais simples, mais popular.

Ademais, a cultura daqueles dias não estava monopolizada por nenhum dos sexos, e homens e mulheres da aristocracia tinham igual liberdade de estudar literatura, religião, etc. Os homens se interessavam mais pelos clássicos da Índia e da China, enquanto as mulheres estendiam o seu interesse além dos limites dos clássicos, indo até o campo da literatura popular como os "*monogatari*" e "*soshi*". Isso não significava somente ler, mas também criar. Por esta razão, às mulheres competia escrever histórias e diários, registrar acontecimentos contemporâneos, tanto públicos como

da vida privada. Esta divisão de trabalho era responsável pelo fato de se limitar às mulheres o uso do "kana". Esta diferença entre homens e mulheres foi observada durante dois séculos na formação literária dos escritores e poetas de ambos os sexos, até que a literatura japonesa atingiu a plena pujança na "História de Guenji", no século XI.

Esta obra literária, realizada por uma mulher, é de considerável importância, mesmo julgada sob o mais elevado padrão da literatura de todos os tempos. Ela é particularmente notável pela sua tendência realista, que é a característica da literatura dos tempos modernos. Ela mostra que o naturalismo e o realismo eram a atitude tradicional do nosso povo. Pode-se inferir, também, que as mulheres da alta sociedade gozavam de liberdade de cultura e que elas viviam numa atmosfera francamente "política", embora não participassem ativamente da vida do governo. Destarte, as mulheres daquela época se achavam em posição similar à ocupada hoje pelos intelectuais. Podiam observar e criticar. E é por isso que as crônicas da vida da corte — como os "monogatari" e diários — eram escritas principalmente por mulheres. Elementos femininos da alta sociedade, com educação regular, que não tentassem escrever suas histórias ou diários constituíam casos excepcionais. Mas somente os melhores trabalhos sobreviveram à ação do tempo. O volumoso "Eiga Monogatari" (História de Opulência e Luxo) que também foi obra de uma representante do belo sexo, dos fins do século XII, é considerado, ainda hoje, um suplemento de vital importância dos documentos oficiais" (Nyozeikan Hasegawa: "Educational and Cultural Background of the Japanese People").

"Howô-dô" (Templo Fênix) — Tornou-se o budismo parte da vida, integrou-se nos costumes dos nobres. A arquitetura dos templos, as estátuas e pinturas de budas foram niponizadas. Michinaga Fujiwara construiu "Hojo-ji" em Kyoto, e seu filho Yori-michi, o "Byodô-in" em Uji (1053) e aí passou a velhice.

Desapareceu o Hojo-ji, mas o "Howô-dô", pavilhão principal do "Byodô-in", ainda resiste à voracidade do tempo, como que provando a solidez do prestígio dos Fujiwara. Longos corredores se estendem para a direita e para a esquerda e o conjunto da construção lembra uma fênix de asas abertas cortando o espaço. Daí o nome.

4. *A situação do interior.*

Capital e interior — Atingiu alto grau de esplendor a cultura aristocrática na metrópole (*Miyako*). Divertiam-se os nobres na contemplação das cerejeiras na primavera e do bordo ("*momiji*") no outono, gozavam o canto e a música; sua vida era, enfim, refinada e luxuosa. Resultou dessa existência ociosa grande desenvolvimento das belas artes, como a literatura, pintura, arquitetura, etc. Absortos nas delícias da vida citadina, os aristocratas olvidaram ou deixaram em plano secundário a administração pública. Pouco a pouco surgiram os efeitos da negligência. Havia funcionários regionais que somente pensavam em seus próprios interesses, relegando a planos inferiores os interesses públicos. Devido à frouxidão administrativa, maus elementos começaram a implantar sua influência, com prejuízo para o povo. Em Kyoto funcionavam feiras e lojas, vendedoras percorriam as ruas, o comércio florescia e nas margens do rio Yodo prosperavam os portos de Yodo, Eguchi e Yamazaki. Entretanto, nas isoladas estradas do interior, assaltantes atacavam vianjantes e, no Mar Interior (*Setonai-kai*), piratas pilhavam navios carregados de mercadorias. E até na metrópole apareceram ladrões e incendiários.

Latifúndios ou grandes propriedades ("Shoen") — Esquecida quase por completo a lei das terras, os elementos influentes começaram a tomar posse de grandes glebas ("*shoen*") de terra. O poderio dos Fujiwara

provinha, em parte, da circunstância de eles arrecada-rem vultosos impostos dos arrendatários do seu latifúndio. A realza procurou, por todos os meios, impedir a formação de "shoen" e diminuir a influência perniciosa dos grandes proprietários, mas nada conseguiu devido à força conquistada pela aristocracia. Esta veio como que restabelecer o antigo regime de clãs, sob outra roupagem.

Desenvolvimento dos "shoen" — Originariamente, "shoen" tinha o sentido de casa de campo ou terra abandonada, campo inexplorado, distribuído a príncipes, nobres, cortesãos ou templos para que fossem cultivados. Assim, antigas propriedades da coroa bem como de particulares também se transformavam em "shoen". Os habitantes das terras públicas pagavam impostos mas os "shoen" não. No começo eram eles obrigados a contribuir com seus tributos, mas com o decorrer do tempo e paulatino crescimento do seu poderio foram desobedecendo aos "kokushi" (governadores provinciais), cuja autoridade diminuía, em geral, na razão direta da distância da metrópole. Gozavam os "shoen" de uma espécie de direito de extraterritorialidade. Eram autônomos, econômica e, até certo ponto, politicamente.

Muitos "shoen" pertenciam a nobres residentes na capital (Kyoto), ficando a sua administração a cargo de prepostos que moravam no local.

Dos "shoen" originaram-se as famílias ricas e influentes do interior, cada vez mais auto-suficientes e afastadas do poder central.

Existiam, ainda, muitas espécies de párias, inclusive escravos. Estes, porém, podiam ser alforriados pela vontade dos seus senhores, por lei ou por alguma circunstância fortuita. Passavam muitas vezes a cidadãos livres. E os "shoen" absorveram naturalmente os escravos na lavoura. Assim, já no fim do período Heian, diminuiu muito o número de escravos, embora o hábito de vender e comprar gente ainda continuasse em vigor por muitos séculos.

Entretanto, dos mesmos "shoen" nasceu uma nova e poderosa classe que, mais tarde, substituiria a aristocracia na direção dos negócios de Estado. Eram os *samurai* ou *bushi*, guerreiros de profissão, irmãos dos cavaleiros da Idade Média no Ocidente. O trecho seguinte do já citado livro de Will Durant constitui uma síntese admirável da situação do Japão daquela época:

"Estimulado pela grande nação vizinha, e protegido por um governo estável, o Japão entrou no período Engui (901-922), assinalador do ápice da Idade de Ouro. A riqueza acumulava-se e criava uma vida de luxo, de refinamento e cultura não igualada no mundo antes dos Medicis e dos *salons* da grande época da França. Kyoto fez-se a Paris e a Versalhes, do Japão, o expoente supremo do bom gosto e das artes. Todos os apetites encontravam satisfação: a cozinha inventava novidades para o paladar *gourmant* e *gourmet*; a fornicação e o adultério passaram à categoria de pecados veniais. Com exceção dos pobres, todos andavam vestidos de seda de harmoniosos tons. A música e a dança embelezavam a vida na corte e nos templos; as residências aristocráticas rodeavam-se de lindas paisagens, e, por dentro, tudo eram primores de marfim, bronze e ouro, ou madeira finamente entalhada. Florescia a literatura e a moral decaía.

Tais épocas de alto refinamento costumam ser breves, porque repousam na excessiva concentração da riqueza; uma súbita oscilação econômica pode destruir tudo; a exaltação da cultura acima da capacidade encheu a administração de poetastros incompetentes, que, com o nariz nas nuvens, não percebiam a corrupção em redor de si; por fim, os cargos passaram a ser entregues a quem mais dava. A criminalidade cresceu entre os pobres na mesma proporção em que o luxo avultava entre os ricos; salteadores e piratas infestavam os caminhos e mares e, imparcialmente, preavam tanto a fazenda do povo como a do imperador: os coletores de impostos eram despojados nas estradas... O desdém pelos hábitos e virtudes marciais, ou pela organi-

zação da defesa, deixou o governo exposto aos assaltos de qualquer aventureiro audacioso. As grandes famílias formavam seus próprios exércitos, o que deu origem, a um tempo, a terríveis lutas civis para a disputa do trono. O próprio imperador tornava-se, dia a dia, mais impotente, à proporção que se alteava o poder dos grandes chefes familiares. E, mais uma vez, a história se moveu na sua antiga oscilação entre o poderoso governo central e o regime feudal descentralizado".

5. *Como apareceram os samurais.*

Samurai ou "bushi" — A ausência da proteção policial, especialmente nas zonas rurais, fêz com que os homens do campo cuidassem da sua defesa, organizando-se em grupos e mantendo armas. O mentor da organização era o proprietário, o donatário, o dono do "shoen", cujo poder e influência cresciam cada vez mais. Eles gozavam de privilégios diversos, como isenção de impostos. Depois de certo tempo, os elementos treinados na arte militar, fortes e ágeis no manejo das armas, tornaram-se guardas profissionais, abandonando parcial ou totalmente a lavoura. Eis a origem do samurai, que também é chamado "bushi".

Não dispunham os funcionários da corte de forças para governar o país. Quando havia qualquer agitação ou motim no interior eles precisavam recorrer ao auxílio dos samurais. Estes, que viviam na simplicidade da vida campestre, sem ligar ao luxo e mesmo ao conforto da cidade, eram homens afeitos a todas as durezas da luta e capazes de realizar seus desígnios e cumprir seus deveres. Entre senhores e vassalos existia um inquebrável laço de lealdade. Fácil é, pois, compreender o poderio que a classe dos "bushi" conquistou, embora na hierarquia social ainda ocupasse posição inferior em relação à aristocracia ou ao clero. Os chefes militares mais poderosos eram os Guenji (Minamoto), do leste, e os Heishi (Taira), do oeste. Os

primeiros descendiam de -Seiwa Tenno e ocupavam postos de governança na região de Kwantô e Nordeste (Tohoku), ao passo que os últimos, descendentes de Kwammu Tenno, se distribuíam pela região de Kinki (distritos de Osaka e Kyoto) e Chugoku (províncias centrais). Embora de comum origem, as duas famílias se tornaram rivais e se hostilizaram durante séculos.

"Insei" — Conforme vimos, os Fujiwara haviam chegado a uma posição de absoluta superioridade dentro da classe dominante do país. Gonsajo-Tenno, 71.º imperador do Japão, indignado com o excessivo prestígio dos Fujiwara, assumiu pessoalmente o governo, realizando várias reformas no regime político-administrativo. Mas, abdicou cinco anos após sua ascensão em favor do seu filho Shirakawa Tenno para, assim, levar avante o seu plano de restaurar o poder do trono, prejudicado pela família Fujiwara. Depois da morte de Gosanjo, Shirakawa Tenno também abdicou, entregando o trono a Horikawa Tenno. Shirakawa passou a ser "Jokô" (ex-imperador) ou "hoô" (imperador-monge) e encerrou-se num claustro budista, de onde, porém, governou ainda o país durante cerca de quarenta anos. Chama-se a este sistema anormal de governo de "Insei" (Governo do Imperador Enclausurado), que foi adotado por várias gerações. Motivou este regime especial e anômalo o desejo dos imperadores de restabelecer o poder político da coroa. Como o imperador ficava sobrecarregado de funções rituais na corte, os seus ideadores planejaram exercer o real poder político nos "In" (palácio clausurai onde se retiravam os ex-soberanos). Entretanto, como é fácil de se ver, havia sido criado um estado absurdo: a coexistência de dois monarcas, um atual e outro retirado, este, porém, na prática, com maior autoridade do que aquele (por ser o progenitor e por dispor de meios práticos de governar, como expedir editos, nomear funcionários, etc.) Por isso, o resultado não se fêz esperar. Esfriaram-se as relações entre a corte e o "in", o que se refletiu tam-

bém nos meios aristocráticos e no funcionalismo, dividindo-os em partidários do Tenno e do "Jokô".

Entrementes, rebentaram várias rebeliões, que vieram mostrar, claramente, que os "bushi" dispunham já de força necessária para dominar o país. Sem o seu apoio não seria mais possível exercer a autoridade do governo. E subiram, então, os Heishi, apoiados pelos samurais do seu clã e, depois, os Guenji, vencedores daqueles, como veremos adiante.

Os Guenji no leste — Ficavam longe de Kyoto as terras do levante (as estradas eram más e nelas pululavam assaltantes...) e estavam pouco exploradas. Seus habitantes não haviam sido contaminados pelo luxo da metrópole e, por conseguinte, sua moral continuava elevada. Formavam os bushi uma classe unida e forte nessa região.

Na época em que foi construído o "Byodô-in" verificou-se o levante do clã Abe, na região de Ou no Nordeste. Yoriyoshi Minamoto, que era um Guenji (o ideograma "Minamoto", lê-se também "guen", "Taira", por sua vez, se lê também "hei"; "Ji" ou "shi" é uma espécie de título, dado pela corte em sinal de distinção e, hoje em dia, significa, simplesmente, sobrenome, nome de família ou "senhor" — tratamento de cerimônia), e seu filho Hachimantaro Yoshiie sufocaram a rebelião. É célebre o episódio da luta entre os dois chefes militares: Yoshiie perseguia Sadatô Abe, chefe dos rebeldes, quando, de súbito, lhe ocorreu a metade final de um "waka" e a declamou em voz alta. Sadatô, que, como um bom samurai, era também poeta, respondeu improvisando a primeira metade do poema. Yoshiie admirou a presença de espírito e o estro poético do seu adversário e poupou-lhe a vida.

Verificou-se, ainda, outro levante em Ou, e Yoshiie se encarregou da pacificação, o que conseguiu com muita habilidade. Yoshiie repartiu seus bens com os vassallos, com o que o seu prestígio aumentou consideravelmente. A região de Ou, que estivera agitada

durante 12 anos, foi, afinal, completamente dominada. Kiyohira Fujiwara, que, nessas lutas, auxiliou Yoshiie, também aumentou seu poder. Kiyohira construiu uma cidade à semelhança de Kyoto, em Hiraizumi, da qual ainda hoje se conserva a torre dourada, que pertencera ao Templo Chuson-ji ali erigido.

Domínio dos Heishi — Começaram os Taira a adquirir influência na época do imperador Sutoku (1124-1141), quando Taira-no-Tadamori conseguiu acabar com os piratas do Mar Interior.

Na corte começava a diminuir a influência dos Fujiwara. Shirakawa Teimo abdicou, mas, como vimos, continuou a governar do "Palácio do ex-imperador". Os cargos de regente e conselheiro-chefe do trono tornaram-se apenas nominais. Nessas circunstâncias, a influência dos poderosos "bushi" do interior começou a se fazer sentir também em Kyoto.

Irrompeu um conflito armado na capital devido a dissensões internas da corte, criadas em consequência do "Insei". Kiyomori Taira, que mais contribuiu para dominar a rebelião, cresceu de importância. Yoshitomo Minamoto, desejando derrubar Kiyomori, organizou um levante na era de Heiji ("Heiji-no-ran"), mas foi vencido e os Guenji, desorganizados, se dispersaram por todo o país. Kiyomori foi, a seguir, guindado ao posto de Dajo-Daijin e todos os membros da sua família ocuparam posições importantes. Dizia-se então que "Quem não era Taira não era gente". Kiyomori construiu um porto em Hyogo, estabeleceu relações comerciais com a dinastia Sung (Só) que sucedera à Tang na China, abriu canal de Ondo, no Mar Interior, tornando-o navegável, construiu o Templo Itsukushima, para pedir a proteção divina à sua família e realizou outras obras públicas notáveis. Entretanto, abusou do poder e se tornou odiado por muitos e seu governo não durou. Kiyomori fora um político hábil; soubera aproveitar a crescente influência dos "bushi" e a política do "In". Contudo, o seu excessivo apego ao luxo e à pompa, cedo o levaria à ruína.

Um filho de Yoshitomo, de nome Yoritomo, que se exilara no leste, durante a rebelião de Heiji, resolveu vingar-se dos Taira e pediu a cooperação dos seus partidários. Todos os "samurai" do leste, favoráveis aos Minamoto, vieram em seu auxílio. Yoritomo mandou seu irmão Yoshitsune e outros atacar Kyoto. Os Taira que viviam a vida ociosa dos nobres da corte — incidindo, pois, no mesmo erro dos Fujiwara — não puderam resistir ao impetuoso assalto dos Guenji. Fugiram para o oeste, abandonando a capital, mas, perseguidos por Yoshitsune, pereceram todos na célebre batalha de Danno-ura, perto da atual cidade de Simonoseki, no Setonaikai, travada no dia 24 de março de 1185.

A glória e a prosperidade dos Heishi duraram apenas vinte anos.

CAPÍTULO IV

GOVERNOS MILITARES

1. "Bakufu" de Kamakura (1192-1333).

Origens do "bakufu" — A disputa entre os Guenji e Heishi terminou com a vitória dos Minamoto e, conseqüentemente, o poder político-militar passou para as mãos de Yoritomo. A administração do Estado, até então em mãos da aristocracia da corte ("*kugue*"), transferiu-se para os militares (samurai ou buslii). Tornaram-se necessárias várias repartições públicas para os bushi governarem o país. Apareceram, assim, o "Mandokoro", departamento político e o "Samurai-dokoro", departamento fiscalizador dos samurai. Também se criaram os "Monchû-jo", tribunais. Os serviços do "Samurai-dokoro" e do "Mandokoro" podiam ser executados por samurais, mas as tarefas políticas e forenses precisavam ser entregues a pessoas experientes em tais assuntos. Yoritomo chamou "kugues" de Kyoto, que com ele quisessem colaborar, para dar-lhes essas funções.

De início, as ordens de Yoritomo eram apenas obedecidas em algumas partes do interior, onde senhores poderosos mantinham uma autonomia rebelde. Tornava-se necessária uma organização pela qual o governo central pudesse exercer, com eficácia, sua autoridade. Embora os Heishi tivessem desaparecido, a ordem pública não havia sido restabelecida de modo completo.

Ainda, o irmão de Yoritomo, Yoshitsune, que muito contribuíra para a vitória dos Guenji, desaparecera para fugir às suspeitas e perseguições do primeiro. Sob o pretexto de procurar Yoshitsune e evitar a perturbação da ordem, Yoritomo solicitou ao trono autorização para criar os cargos de comissário militar ("*shugo*") e comissário de terra ("*fito*") em todo o país. Correspondiam os "*shugo*" mais ou menos aos delegados de polícia dos nossos dias e se encarregavam da manutenção da ordem pública. Os "*jitô*" arrecadavam impostos dos latifúndios do interior. Obtida a autorização, Yoritomo nomeou seus vassalos de confiança para os cargos de "*shugo*" e "*jitô*", acabando por controlar totalmente o poder político.

Politicamente, a criação dos cargos de "*shugo*" e "*jitô*" teve grande importância, porque visou, principalmente, controlar o poder e a influência dos governadores das províncias ("*kunitsukasa*"), pertencentes à corrente dos nobres ("*kugue*"), em particular dos Heishi. Yoritomo controlou também a posse das terras, que ainda constituíam as principais fontes de renda e avocou a si o direito da tributação. Estas medidas tiveram, naturalmente, íntima relação com o subsequente desenvolvimento do novo regime, que, na prática, arrebatou os poderes temporais da coroa.

No terceiro ano da Era Kenlcyu (1192) Yoritomo foi feito "Sei-i Taishogun" ou seja comandante em chefe das forças militares. Completava-se, assim, uma nova organização político-social: o feudalismo. Marcava o início dos governos militares chamados "*bakufu*", que quer dizer posto militar. O próprio nome já indicava, claramente, a natureza marcial do novo regime. Por outro lado, "*bakufu*" era o local onde o "Sei-i Taishogun" (de cuja abreviação temos a palavra "*shogun*") exercia suas funções político-militares. O "*bakufu*" ou *shogunato*, inaugurado por Yoritomo Minamoto, tinha sua sede em Kamakura e, por isso, recebeu o nome de "Kamakura-Bakufu". O regime de shogunatos (o que equivale dizer o "feudalismo") durou, desde então até

a Restauração de Meiji, cerca de 700 anos, com períodos alternados de fulgurância extarordinária e de decadência profunda, como veremos nos capítulos seguintes.

Regências ("Shikken-Seiji") — Yoritomo matou todos os seus irmãos sob o pretexto, fundamentado ou não, de que os mesmos planejavam eliminá-lo para subir ao poder. Dessa sua política resultou a completa extinção da linhagem cios Minamoto em três gerações, que duraram apenas 28 anos. Após a morte de Yoritomo, sua esposa Masako, e a família desta, os Hojo, tomaram conta do poder real do "bakufu". O pai de Masako, Tokimasa Hojo, servira com dedicação a Yoritomo desde a insurreição contra os Taira e continuou a prestar seu concurso ao genro depois deste se tornar "shogun". Mais tarde ocupou o cargo de regente ("*Shikken*" — difere do "sesshō" ou "sessei" no fato de governar o país no lugar do "shogun" ao invés de reger no lugar do Tenno) e chefiou o departamento político do governo, posto mais importante da época. Seu filho Yoshitoki também se tornou regente, acumulando o cargo de comissário dos samurais ("*Samurai-dokoro*"). Destarte, todo o poder do "bakufu" passou para a família Hojo. Depois da morte do último representante da estirpe Minamoto, foi trazida de Kyoto a Kamakura uma criança que tinha sangue Guenji e colocada no posto de "shogun". Mas era shogun apenas no nome. Seguiram-se vários shoguns títeres, entre os quais dois "kugue" e quatro príncipes reais. A política do bakufu foi dirigida pela vontade onipotente dos Hojo. Temos então o chamado "governo dos regentes" ("*Shikken Seiji*") que durou até o fim do Kamakura-Bakufu.

Código Joei ("Joei Shikimoku") — A começar de Yoshitoki, filho de Tokimasa Hojo, surgiram regentes capazes que realizaram excelentes governos. Entre eles se destacou Yasutoki, filho de Yoshitoki, que instalou o Supremo Conselho Consultivo ("*Hyōjō-shū*") e administrou o país consultando esse órgão, procurando

fazer sempre um governo justo e equânime. Conseguiu, assim, atrair a simpatia do povo.

Estabelecido por Yasutoki, o Código Joei regulamentava o funcionamento das repartições do bakufu e dos tribunais e constava de 51 artigos. De feição simples e muito prática, essa legislação feudal serviu, por muito tempo, de paradigma aos governos militares.

Tokiyori, neto de Yasutoki, foi, também, um dos bons regentes da família Hojo. Seguindo os ensinamentos de sua mãe, Matsushita Zenni, que era uma freira da seita Zen, levou uma vida simples e frugal. Dirigiu o governo de acordo com os preceitos do Código Joei. Mesmo depois de deixar a regência percorreu as províncias para verificar, pessoalmente, se a administração do "bakufu" estava em ordem.

Agressão dos mongóis — Durante a regência de Tokimune, filho de Tokiyori, os mongóis tentaram invadir e subjugar o Japão.

Por volta de 1220 surgiu na Mongólia um rei chamado Ghen-Gis-Khan, que, em pouco tempo, dominou toda a China e países vizinhos. No tempo do seu neto, Kublai Khan, o império mongol abarcava a península coreana, a leste e, a oeste, ia até a Rússia, Alemanha, Áustria e Itália. E, em 1271, havia mudado o nome da China para Yuan (*Guen*).

Kublai, que se sentia forte, quis dominar o Japão e, com esse fim, enviou emissários com cartas ameaçadoras e descortesias. O Japão não respondeu a tais afrontas do poderoso vizinho. Kublai recorreu, então, à força. Em outubro do 11.º ano da Era Bun-ei (1274) enviou uma força expedicionária de cerca de 40 mil homens distribuídos em 900 navios. Atacaram os agressores a baía de Hakata, em Kyushu. Os bushi lutaram valentemente na defesa do solo pátrio, mas o inimigo conseguiu desembarcar após furiosa luta. Estava iminente a derrota nipônica. Tratava-se da maior crise nacional jamais vista na história do Japão até essa data. Entretanto, antes que os invasores tivessem con-

solidado suas posições em terra, soprou um violento furacão que afundou a maioria dos navios mongóis e os dispersou.

Mas Kublai não desistiu do seu intuito de dominar o Nipon, que julgava muito rico, iludido, segundo parece, por astutos informantes coreanos, temerosos da invasão nipônica. Organizou outra expedição, muito mais poderosa do que a primeira, com 4.400 navios e 140 mil homens, que atacou novamente Hakata, em julho do 4.º ano da Era Koan (1281). Desta vez, também, a poderosa frota mongol foi completamente destruída por furioso vendaval, que assolou as costas de Kyushu. Esses furacões salvadores deram origem à expressão *Kamikaze* — vento divino.

2. *A sociedade e a cultura.*

A vida dos hushi — O poder político fugiu das mãos dos nobres da corte. Continuavam, porém, os "kugue" de Kyoto com a sua vida fútil, luxuosa, não muito diferente da antiga. Agora os bushi conduziam o povo, constituíam o cerne e a alma do país. E havia muitos bushi, não só em Kamakura, como nas províncias.

Originariamente, os bushi eram uma espécie de guardas particulares dos proprietários de terra, que viviam nos "shoen". Não eram poucos os que cultivavam o solo plantando arroz e outros cereais. Sua vida diária não diferia muito, no começo, da do lavrador. Era simples e frugal. Aliás, a frugalidade constituía uma virtude muito estimada pelos samurais, em todas as épocas. Com o correr do tempo aumentou o número e a importância dos samurais na vida do país.

Eram as residências dos bushi cobertas de tábua ou de palha, cercadas de muros ou de madeira. Algumas tinham fossos ao redor. A esse estilo de construção se dava o nome de "Buke-zukuri", muito simples em comparação com o "Sinden-zukuri", dos nobres da corte.

Desenvolvimento do comércio — Vimos que, nas províncias, os bushi viviam com os lavradores e se dedicavam à agricultura. Tanto uns como outros levavam seus produtos a centros comerciais, onde se realizavam as feiras, para troca de produtos da terra com outros artigos necessários à vida. Nas grandes cidades, como Kyoto e Kamakura, existiam casas comerciais que formavam distritos de intenso movimento de compra e venda. O desenvolvimento do comércio acarretou o aparecimento de casas de câmbio e atacadistas, o que possibilitou transações entre localidades afastadas.

O novo budismo — As seitas Tendai e Shingon até então existentes, seguidas quase exclusivamente pela aristocracia, estavam pouco difundidas entre os lavradores e os bushi. No tempo dos Hojo surgiram novas seitas que agradavam ao espírito dos samurais e dos camponeses. Temos assim as seitas "Jodo" (Terra Pura), fundada por Honen, "Shin", por Shinran, "Ji" cujo fundador foi Ippen e "Hokke" "Nichiren-shú", pregada por Nichiren, e outras. Todas estas seitas primavam pela facilidade com que eram assimiladas pelos pacatos homens do campo e valentes samurais. A seita "Zen" foi trazida da China na época dos Sung, e exerceu poderosa influência no espírito do povo, particularmente dos samurais.

Desde a abolição das embaixadas, as relações oficiais com a China haviam sido interrompidas, mas continuavam intensas as viagens de negociantes e sacerdotes budistas, e, desse modo, prosseguiu a introdução de produtos de cultura do continente. Tal intercâmbio continuou tanto sob os Tang como no tempo de Sung. Sub-seitas do Zen como "Rinzai-shû" fundada por Rinzai e "Sodo-shu", de Doguen, discípulo daquele, prosperaram no Japão. Célebres bonzos de Sung e Yuan vieram ao Japão para propagar sua fé. O Zen-shû foi cultivado e difundido especialmente entre os bushi, conforme se viu acima.

"A mesma devoção revelada no patriotismo e no amor, na afeição pelos pais, pelos filhos, pela companheira e pela pátria, inevitavelmente tinha de procurar no universo algum poder central a que pudesse dar-se com suprema lealdade e de que derivasse algum valor e significação para a vida humana" escreve Will Durant. Desse mesmo autor é o seguinte trecho sobre o budismo no Japão:

"O Budismo era, na essência, uma pessimística exortação à morte: mas, ao entrar no Japão, se transformou num culto de deidades protetoras, de agradáveis cerimônias, de festas alegres, de peregrinações à Rousseau, e de consoladoras esperanças num paraíso. Bem verdade que, também, havia infernos no Budismo japonês — na realidade cento e vinte e oito infernos designados a diferentes propósitos e a diferentes categorias de condenados. Havia um mundo de demônios e santos e um diabo pessoal (*Oni*) de chifres, nariz chato e presas agudas; vivia nas trevas de algum reino do norte, para onde, de quando em quando, atraía homens e mulheres, a fim de que lhe proporcionassem prazeres ou lhe fornecessem proteínas para a alimentação. Mas, por outro lado, havia os *Bodhisattwas*, prontos a transferir às criaturas parte da graça acumulada durante muitas encarnações de vida virtuosa; e havia também graciosas deidades como a Nossa Senhora Kwannon e o cristianíssimo Jizo, entidades cheias de divina ternura. A adoração se fazia nos oratórios caseiros e nos altares dos templos; e também em alegres procissões em que a religião se subordinava à alegria e a piedade tomava a forma de exhibições de modas femininas e de festas para os homens. Os devotos mais compenetrados podiam purificar o espírito com alguns minutos de oração sob o jato de uma cachoeira, durante a força do inverno; ou peregrinariam pelos santuários de sua seita, repastando a alma nas belezas da paisagem do caminho. Porque o japonês estava habilitado a escolher entre as muitas variedades do budismo: podia procurar beati-

tude por meio da serena prática do Zen ("meditação"); podia seguir o orgulhoso Nichiren da Seita do Lotus e encontrar a salvação na "Lei do Lotus"; podia ligar-se ao Espírito da Seita, e jejuar e orar, até que Buda lhe aparecesse em carne; podia ser reconfortado pela Seita da Terra Pura ("Jodo") e ser salvo apenas pela fé; ou podia encontrar o Caminho por meio da peregrinação ao mosteiro de Koyasan e alcançar o paraíso com o ser enterrado no chão que os ossos de Kobo Daishi tornavam sagrado. Kobo foi o grande sábio, santo e artista que, no século IX, fundou o Shingon, a Seita da Verdadeira Palavra".

Estudos e Artes — Os nobres e os sacerdotes dedicavam-se, também, aos estudos, cujos horizontes estavam, contudo, limitados, quase exclusivamente, aos clássicos chineses. Entre os samurais havia igualmente alguns estudiosos. Sanetoki Hojo e seu filho Akitoki fundaram a Biblioteca Kanazawa, perto de Yokohama, no templo Shomyô de Musashi, onde colecionaram numerosas obras, muitas das quais ainda se conservam. O regime de Daigaku e Kokugaku desaparecera e o ensino se ministrava, agora, nos templos.

Na literatura continuava intenso o culto do "waka", muito difundido entre os aristocratas e religiosos. Sadaie Fujiwara foi o mais célebre poeta da época. O "ex-imperador" Gotoba ordenou a Sadaie e outros poetas a elaboração da coletânea de poesias "Shin-Kokin-shû" (Nova Coleção de Poemas Antigos e Modernos), antologia essa que se tornou modelo favorito de todos quantos desde então se dedicavam ao culto da Musa no Nipon. Não só nobres e sacerdotes faziam "waka"; também alguns samurais deixaram poemas imortais. Entre eles Sanetomo Minamoto, um shogun de Kamakura, escreveu excelentes "wakas".

Igualmente, a prosa floresceu em livros magníficos. Apareceram muitas obras escritas em "kanji" e "kana" misturados. Em estilos vigorosos e elegantes, narravam os sucessos e os insucessos dos samurais, registravam as batalhas de clãs e os combates individuais. São os

"gunki-mono" ou narrativas militares. Entre eles o mais célebre é o "Heike-Monogatari" (História de Heishi), que foi aproveitado por contadores de história até épocas posteriores, sempre com agrado geral do público.

Na arquitetura e na escultura, aparece o reflexo da vida das classes dominantes da época. Nos templos da seita Zen foram introduzidos estilos de construção de Sung, com influência do estilo nacional. Entre os escultores salientaram-se Unkei e seu filho Tankei. A imagem do rei Deva (*Niô*) do templo Todaiji é obra de Unkei.

O *Yamato-e* dominava o mundo da pintura. Tornaram-se moda as histórias ilustradas, narrando acontecimentos históricos ou as origens dos templos. Os "*Emakimono*" (pergaminhos ilustrados), como eram chamados os rolos de papel contendo narrativas ilustradas, foram publicados em grande quantidade e muitos deles resistiram à ação do tempo até os dias de hoje.

Adquiriu grande impulso o artesanato, particularmente no setor das armas. Couraças, capacetes, arcos, lanças e espadas de excelente qualidade produziam-se na época.

Masamune Okazaki celebrizou-se como o maior e mais hábil confeccionador de catanas. "Masamune" é a marca de qualidade, reconhecida pelos peritos de espadas japonesas.

Classes sociais — Foi no período de Kamakura que se estabeleceram, mais ou menos definitivamente, as quatro classes sociais principais do Japão feudal: os "*kugue*", os "*samurai*", os "*bongue*" (os homens comuns) e os "*senmin*" (párias).

Os "*kugue*" eram os nobres que cercavam o trono e que outrora tiveram em suas mãos a direção suprema do país. Continuavam a ocupar altas posições palacia-
nas e sociais, mas o poder político e militar passou-se para os bushi, conforme vimos.

Os "bongue", também chamados "chigue", constituíam a classe do povo, composta de lavradores, comerciantes, artífices, etc, representando os primeiros a maioria.

Entre os "senmin" figuravam os escravos, os mendigos e os "eta", que, segundo alguns autores, eram os trabalhadores que lidavam com couro de animais. Eram considerados socialmente indesejáveis devido à influência do budismo que condenava a matança de bichos. Parece, entretanto, que os "eta" tiveram várias origens.

Vida econômica — Continuou a agricultura ocupando a posição central na vida econômica do país, mas já se nota, nitidamente, a formação da classe dos artesãos e dos comerciantes. Enquanto que, no período anterior, os artesãos e os comerciantes serviam aos seus senhores, nobres e templos, de cuja proteção dependiam, na época de Kamakura constituem-se em classes autônomas, embora, naturalmente, ainda em sua forma primária.

3. *Feudalismo.*

As convulsões que precederam e sucederam à queda do Império Romano deram nascimento ao regime feudal no ocidente. No Japão houve um longo período de agitações caracterizado pela separação político-administrativa entre a metrópole e o interior, e uma época de lutas entre feudos regionais, antes de chegar-se ao regime feudal centralizado e forte do shogunato Tokugawa. Tanto na Europa como no Japão, o surto das rebeliões seguidas de inquietação social teve como causa política a inércia ou fraqueza do poder central, o que obrigou, por assim dizer, os elementos influentes das regiões afastadas da capital a recorrerem às suas próprias forças. Em outras palavras, a autoridade dos particulares cresceu em detrimento da autoridade

pública. Nessas condições, para organizar uma sociedade estável, tornava-se necessário desenvolver uma relação de mútua proteção entre os particulares. Daí o nascimento da relação entre senhor e vassalo, unidos por um laço moral característico do feudalismo: a absoluta lealdade do cavaleiro para com o seu senhor e a obrigação deste de assegurar a subsistência e posição, social daquele.

Caracteriza-se, portanto, o regime feudal, pela existência da relação de suserano e vassalo, divisão de classes tendo como base a produção da terra, da qual dependem todos: o senhor distribui certas áreas a seus cavaleiros e estes, comandando seus camponeses e outros trabalhadores, contribuem para a manutenção de feudo, além de prestar o serviço das armas.

Nascido com a instalação do Kamakura-Bakufu, o regime feudal nipônico era, de início, descentralizada (não obstante a tentativa de centralização dos Minamoto), sem um governo central suficientemente forte para exercer controle sobre todo o território nacional. Caracteriza-se pelas lutas entre os "kugue" e os "bushi" e posteriormente, na época das "guerras civis", pelas incessantes disputas militares entre os numerosos feudos que se formaram em todo o país. Já o Muromachi-Bakufu, embora tivesse seguido o modelo de Kamakura, na sua forma de governo militar, na realidade tinha retrocedido ao regime misto dos kugue e bushi com decisiva influência dos nobres, como na época dos Fujiwara e dos Taira. Uma vez abalado o prestígio do bakufu, depois da invasão dos mongóis, os bushi, que dispunham de forças próprias, levantaram-se em motins e rebeliões em toda parte, dando origem à época das lutas intestinas. (*Sengoku-jidai* — época do país em guerra ou das guerras civis). Houve muita atrito e antagonismo entre as classes sociais. Verificaram-se levantes de camponeses vergados sob o peso das pesadas tributações e arbitrariedades insuportáveis dos suseranos empenhados em guerras frequentes.

Não pôde a sociedade feudal, criada com o regime de Kamakura, marchar diretamente para a unificação do país. Os antagonismos políticos e sociais acabaram por provocar a cisão e a confusão. Somente depois de quatro séculos de agitações consolidou-se o regime feudal centralizado, com a inauguração do Tokugawa-Bakufu, em 1603, conforme veremos no devido tempo.

CAPÍTULO V

DE KAMAKURA A MUROMACHI

1. *Restauração de Kemmu.*

Côrte e bakufu — Fugira o poder político do trono para as mãos firmes dos militares, como vimos no capítulo precedente.

O ex-imperador Gotoba pensou em reconquistar para a corte o poder real. Depois da derrota dos Guenji, Gotoba planejou a eliminação do regente Yoshitoki, para assumir pessoalmente o controle do poder. Seu plano, porém, fracassou. A essa tentativa frustrada de restauração do governo imperial se chama "Incidente de Shokyu" (*Shokyu no hen*).

Depois do imperador Gosaga, subiram sucessivamente ao trono os imperadores Gofukakusa e Kameyama que eram irmãos. O bakufu estabeleceu que os descendentes dos dois soberanos ocupariam alternadamente o trono. Tratava-se de um ardiloso plano para impedir a repetição de tentativas para derrubar o "bakufu."

Decadência do bakufu — Embora tivessem sido totalmente derrotados, os mongóis de Kublai Khan esgotaram os recursos do governo militar japonês, o qual nem pode premiar devidamente os samurais que se destacaram na luta contra os invasores. Por sua vez, os bushi tinham gasto muito dinheiro na guerra e sua

vida se tornara difícil. Nessa situação, o governo não podia ir em auxílio dos seus colaboradores mais dedicados, quando estes enfrentavam dificuldades financeiras.

Takatoki, o regente, era dado ao luxo e a extravagâncias absurdas como criar cães em quantidade. Chegou a possuir de quatro a cinco mil desses animais, em canis decorados com ouro e prata e alimentava-os com peixes e carne. Os Hojo haviam sido também envenenados pelo vinho do poder e não cuidavam com o zelo necessário das coisas públicas. Foram perdendo as simpatias do povo, que haviam conquistado pela boa administração e clarividência dos seus mais ilustres representantes.

Subindo ao trono, Godaigo Tenno, desejando restaurar o prestígio da corte, planejou um golpe, que malogrou. Possuído, porém, de ânimo inquebrantável o soberano não desistiu do seu intento. Tendo sido também, seu segundo plano descoberto antes de eclodir a revolução, o monarca concentrou suas forças em Kasagui. Takatoki enviou um grande exército e derrotou as forças imperiais no monte Kasagui e exilou o imperador na ilha de Oki. Estes acontecimentos são conhecidos na história nipônica pelo nome de "Incidente de Guenko", por terem acontecido na era desse nome (1331-1333).

Em Kawachi dominava Masashigue Kusunoki, da família Fujiwara, que, ao receber o chamado da corte, lutou corajosamente contra o exército do bakufu, ao qual infligiu pesadas perdas. A notícia dos seus brilhantes feitos militares teve o dom de levantar o entusiasmo dos bushi das províncias, ligados por interesses familiares ou políticos ao trono. Houve um levante geral desses elementos. Sabedor dessa situação auspiciosa, Godaigo escapou de Oki e se dirigiu à província de Hoki.

Receoso ante o poderio crescente do monarca, Takatoki enviou um seu general, Takauji Ashikaga, a Hoki, mas Takauji se rebelou no caminho, aderindo às

forças imperiais. Ato contínuo Takauji atacou Kyoto e eliminou os membros da família Hojo. Em Kwantô, outro general, Yoshisada Nitta (descendente dos Minamoto), atacava com suas forças a sede do bakufu: Kamakura. Takatoki Hojo e centenas de seus generais e vassalos praticaram o "hara-kiri". Acabava assim o bakufu de Kamakura, e extinguiu-se a família Hojo (3.º ano da Era Guenko, 1333 da Era Cristã). O governo militar fundado em Kamakura por Yoritomo Minamoto durou cerca de 140 anos, encerrando sua existência com a morte de Takatoki Hojo.

Reforma política de Kemmu — Sem perda de tempo, o imperador regressou a Kyoto de onde havia sido banido. Assumiu pessoalmente a direção dos negócios de Estado, no "Kirokusho", (Departamento de Arquivo) assistido por fiéis auxiliares como Kusunoki; criou tribunais, "Mushadokoro" (guarda encarregada da defesa da Metrópole) e administrou as províncias por intermédio de governadores e comissários militares. No ano de 1334, mudou o nome da era para Kemmu. Daí o nome de "Restauração de Kemmu".

Godaigo nomeou o príncipe Morinaga "Sei-i Taishogun" e deu cargos de confiança aos nobres e bushi que se salientaram na campanha da restauração. Longamente afastados da política, os aristocratas não possuíam a necessária habilidade para administrar o país. E acresce que, tendo sido derrubado o "bakufu", os aristocratas começaram a fazer pouco dos militares, quando estes julgavam que a grande obra restauradora se devia à dedicação e fidelidade deles, samurais, que haviam lutado com o risco da própria vida, pela causa do imperador. Surgiu daí uma rivalidade de efeitos funestos que foi aumentando com o correr do tempo. Alguns militares começaram a sentir saudades do tempo do shogunato. A Restauração de Kemmu estava, pois, destinada a malograr em consequência do atrito estéril entre militares e nobres da côrte.

Kyoto e Yoshino — Takauji Ashikaga era o bushi mais poderoso e influente. Sendo um descendente da família Guenji, sonhou em restabelecer o bakufu. Nessa época houve uma sublevação da família Hojo, em Kwantô. Takauji solicitou ao imperador a sua indicação para comandante-em-chefe das forças expedicionárias. Não sendo atendido o seu pedido, retirou-se para Kamakura onde se rebelou contra o soberano e atacou Kyoto. Entretanto foi derrotado e fugiu para Kyushu; ali reorganizou suas forças e avançou novamente sobre a capital, desta vez por terra e por mar. Em Minatogawa derrotou Masashigue Kusunoki, que morreu em combate, e entrou em Kyoto à frente de suas vitoriosas forças.

Takauji substituiu Godaigo, o realizador da Restauração de Kemmu, pelo imperador bonifrate Komyô, que descendia de Gofukakusa Tenno. Godaigo entregou um símbolo falso do trono a Komyô e se retirou para Yoshino, onde governou, formando uma corte à parte da de Kyoto. Transcorria o 1.º ano da Era Enguen {1336}, e de então até 1393, durante 57 anos, Yoshino foi sede da monarquia legítima. A corte de Yoshino era chamada Nanchô (Côrte do Sul). Em Kyoto, reinava Komyô Tenno, formando Hokuchô (Corte do Norte) apoiado por Takauji Ashikaga. O país ficou dividido em duas facções, cada qual seguindo o monarca que considerava legítimo mandatário supremo da nação. E os dois partidos continuaram a hostilizar-se durante mais de meio século. Chama-se esse período de Nanpokuchô, ou seja, das cortes do Norte e Sul.

Yoshimitsu, neto de Takauji, convidou o imperador Gokameyama, de Yoshino, a voltar a Kyoto. O soberano atendeu ao pedido, regressou à capital tradicional da corte e entregou o cetro a Gokomatsu Tenno, que então reinava em Kyoto. Fundiram-se, assim, numa só, as duas cortes e acabaram as lutas das duas facções da mesma dinastia, após quase 60 anos de separação.

2. *Muromachi Bakufu ou Ashikaga Bakufu* (1334-1565).

Como se formou o novo "bakufu" — Takauji Ashikaga foi nomeado para o elevado cargo de "Sei-i-Taishogun", em 1338 (3.º ano da Era Enguen), pelo imperador Komyô, que, como se viu, ficara com o símbolo falso da monarquia em Kyoto. Na verdade não passava de um joguete nas mãos do ambicioso caudilho. Takauji organizou o bakufu segundo o modelo do governo militar de Kamakura. Na época de Yoshimitsu, neto daquele, completou-se a organização do novo regime. Yoshimitsu instalou a sede do bakufu na quinta de Muromachi, em Kyoto. Por isso,, o novo regime é conhecido pelo nome de "Muromachi Bakufu".

No bakufu, havia o cargo de "kwanryô", uma espécie de secretário geral do governo e principal conselheiro político do shogun. Três famílias influentes,, Shiba, Hosokawa e Hatakeyama, ocuparam sucessivamente o importante cargo. Sob as ordens do "kwanryô" havia, como no tempo de Kamakura Bakufu, os departamentos: Político ("Mandokoro"), de Tribunais ("Monchujo") e de Fiscalização dos Samurais ("Samurai-Dokoro"). A chefia deste último departamento era de suma importância. O bakufu estabeleceu a sede do governo geral de Kwantô (leste) em Kamakura, sendo o mesmo ocupado por membros da própria família Ashikaga. Nas províncias e nos shoen, existiam os "shugo" e "jitô" para garantir a execução das ordens do governo central.

Desorganização administrativa — Quando Takauji Ashikaga se rebelou contra a coroa, prometeu abundantes recompensas aos samurais que o acompanhassem na aventura. Essa política do shogun foi a causa, posteriormente, do desgoverno em que caiu o país. Muitos dos seus vassalos não lhe obedeciam documente. Alguns deles, que ocupavam o cargo de "shugo" de muitas pro-

víncias, constituíam verdadeiros Estados dentro do Estado, em completa desconsideração à autoridade do shogun. Foi essa a causa da desorganização política do bakufu de Muromachi.

Aliás, o shogunato Ashikaga, que governou o Japão por cerca de 250 anos, foi caracterizado por um caos quase permanente e intermitente guerra civil. "Precisamos acentuar — diz Will Durant — que parte dessa desordem era devida ao que havia de mais nobre nesses governantes — o amor às artes. Yoshimitsu, cansado de lutas, voltou-se para a pintura e tornou-se um dos bons artistas da época; Yoshimasa protegeu muitos pintores, subsidiou todas as artes e tornou-se tão refinado conhecedor, que as obras de arte escolhidas por êle e seus associados são hoje as mais disputadas, pelos modernos".

Entregando-se Yoshimitsu e Yoshimasa a um luxo excessivo, o tesouro cedo se ressentiu da falta de fundos para a administração pública. Não obstante as dificuldades financeiras, Yoshimitsu fez construir uma rica residência em Muromachi que o povo batizou com o nome de Palácio das Flores ("Hana no Goshô"). E erigiu uma luxuosa vila em Kitayama, Kvoto (1397). Suas paredes e colunas eram cobertas de folhas de ouro. E' o Pavilhão de Ouro ("Kinkakuji") que ainda hoje existe, mas sem as coberturas do precioso metal. Yoshimasa mandou também fazer outro prédio semelhante, porém, coberto de prata: o Pavilhão de Prata ("Guinkakuji"), em Higashiyama. Entretanto, por falta de recursos, não chegou a concluir a obra.

Descontentamento popular — Todas as despesas para cobrir a vida de luxo e extravagâncias dos shoguns tinham que sair, naturalmente, da bolsa do povo. Possuía o bakufu muitas terras, mas os impostos arrecadados nelas não bastavam para fazer face aos gastos sempre crescentes. Nem sempre os "shugo" e "jitô" eram leais ao governo central, no tocante ao pagamento de taxas e impostos.

Lembrou-se, então, o shogun de cobrar impostos do povo. Tributação direta. A alma da nação eram ainda os bushi, mas, em número, constituíam maioria os lavradores. Pensou o bakufu em taxar, pesadamente, os homens do campo. Resolveu exigir o pagamento de impostos sobre terras e casas dos camponeses. E instalou postos de fiscalização ("*sekisho*") nas estradas movimentadas e nos portos, para tributar os viajantes, animais, cargas e navios. Não sendo ainda bastante a arrecadação, tributou de modo exagerado os comerciantes ricos de Kyoto. Os homens de negócio procuravam, nessas circunstâncias, combinar com os funcionários do governo maneira de fugir às exigências do fisco. Surgiram, assim, os subornos e outros vícios da administração. E quem sofria com tudo isso era o povo.

Revoltado com tal ordem de coisas, o povo ergueu-se em motins e rebeliões. Registraram-se dezenas de levantes de camponeses, entre os quais o de Yamashiro, (1428), e de Harima, 1429), foram dos mais violentos. O bakufu os sufocava a custo. Êle já não tinha força para dominar as desordens populares. E o caos se fêz no país.

Rebelião de Onin — Ashikaga Bakufu ou Muro-machi Bakufu, que durou treze gerações, quase dois séculos e meio, constituiu o governo mais fraco de toda a história japonesa. Basta dizer que, entre 1358, ano em que morreu Takauji, e 1467, ano da grande rebelião de Onin, verificaram-se mais de vinte levantes contra o shogunato, sem falar em numerosos atentados e assassínatos políticos que ensangüentaram as páginas da história da época.

Em meio à desorganização administrativa do bakufu, rebentou a rebelião de Onin. Aproveitando-se da incapacidade política de Yoshimasa, que, como vimos, se interessava mais pelas artes do que pelo governo, os "kwanryô" Katsumoto Hosokawa e Sozen Yamana disputaram entre si a supremacia do poder. E surgiu

uma luta feroz sobre a questão da sucessão de Yoshimasa. O bakufu ficou dividido em duas correntes: partidários de Hosokawa e de Yamana. Idêntica disputa nasceu entre as famílias Shiba e Hatakeyama. Por causa desses atritos irrompeu a guerra civil em Kyoto. A luta se alastrou por todo o país durante onze anos. Costuma-se mesmo considerar essa guerra civil como o início do "Sengoku-jidai" (Período das Guerras Civis), que durou mais de cem anos, em que os feudos se digladiavam para conquistar o domínio do país. Reduzido quase a zero, o Muromachi Bakufu era obedecido somente na província de Yamashiro (Kyoto). Praticamente, não existia o governo central.

O palácio imperial de Kyoto, residência dos nobres e bushi, numerosos templos e santuários foram incendiados e pilhados. Tesouros antigos e obras de arte perderam-se ou foram roubados. "Heian-Kyô", a capital da paz, outrora próspera e feliz, se transformou num montão de ruínas. Desse tremendo e longo caos surgiria, porém, uma nova época para a história do Japão, conforme veremos no capítulo seguinte. Por ora, vejamos, de relance, alguns dos aspectos mais importantes dessa época de desgoverno e guerras feudais.

3. *Situação econômica e cultural.*

Desenvolvimento econômico — Devido à incapacidade administrativa dos governantes, o período de Muromachi caracterizou-se por permanente intranquilidade. Contudo, a vida do povo prosseguiu sua marcha ascensional. Desenvolveu-se a economia, intensificou-se o comércio exterior e a cultura evoluiu.

Com a introdução do processo de cultivar trigo depois da colheita do arroz, a lavoura ganhou novo impulso. Começou a adquirir fama o chá de Uji (Kyoto-fu), apareceram as uvas de Koshû (Yamashiro-ken) e as apreciadíssimas laranjas de Kishû (Wa-

kayama-ken). Surgiram mercados de peixe em várias localidades como resultado das grandes atividades dos pescadores. Salinas foram instaladas nas praias do Setonai-Kai para produção de sal em grande quantidade. Incrementou-se a produção de ferro, cobre, ouro, prata e outros minerais, com o progresso paralelo da mineração e da indústria manual. Exportavam-se para o estrangeiro instrumentos e objetos fabricados no Japão.

Com a multiplicação dos produtos, desenvolveu-se o comércio. Feiras, que funcionavam em dias determinados da semana ou do mês, tornaram-se diárias. Barracas de feiras transformavam-se em casas comerciais permanentes. E surgiram mercados exclusivos de arroz e peixe em Kyoto e outras cidades. Nessas praças, já não eram simples indivíduos que realizavam transações, mas, sim, comerciantes organizados.

Popularizou-se o uso da moeda nas compras e vendas. A moeda importada da China, chamada "Eiraku-sen", era a mais usada. Aperfeiçoaram-se as organizações cambistas e atacadistas. Já há muito que os comerciantes e artesãos tinham organizado uma espécie de entidade de classe chamada "za", que gozava de direitos monopolísticos e pagava taxas e impostos aos senhores feudais ou aos templos, em troca do privilégio da venda exclusiva dos seus produtos dentro da jurisdição do feudo ou do templo. As "za" tinham o monopólio do comércio dentro da área de ação conferida a cada uma delas. Elas atingiram notável desenvolvimento na época em apreço (século XIV). Aliás este sistema seria muito bom aos desígnios dominadores dos daimyôs.

As "za" se assemelham em sua origem e forma aos "guild" ou gilde ou guilda, nome de associações de comerciantes ou de artífices na Idade Média, constituídas a princípio para o desenvolvimento do comércio e da indústria. O "guild" surgiu espontaneamente do estado social da Idade Média. Tinha, simultaneamente, um caráter religioso nos aniversários, nas festas

patronais, etc; um caráter familiar, que se manifestava na solidariedade que unia seus membros; um caráter comercial e industrial que constituía o fim de tais associações. Na Europa ocidental, as guildas tiveram origem, mais ou menos, no século VIII e já no século X somente os comerciantes faziam parte delas. Os artífices se agruparam nas corporações de artes e ofícios.

As "za", conforme vimos, atingiram o seu apogeu no século XIV, quando os "guild" já estavam em decadência na Europa.

Elas desapareceram, praticamente, com o aparecimento do regime feudal centralizado ou, mais exatamente, na época de Oda e Toyotomi, com a adoção de um sistema de comércio mais livre.

Comércio exterior — Paralelamente ao desenvolvimento econômico interno, intensificou-se o comércio exterior. Após a agressão mongol, muitos comerciantes de Shikoku, Chukoku e Kyushû se dirigiram à China para estabelecer relações econômicas. Quando os negócios não corriam como queriam, recorriam a torça das armas. Os continentais temiam, então, os agressivos japoneses e chamavam-nos "wakô" (piratas japoneses).

Sendo vantajoso o comércio com a China, Takauji enviou navios mercantes ao continente para formar o fundo de construção do Templo Tenryû (Tenryuji). Por essa razão, os navios em apreço eram chamados "Tenryuji-bune".

Desaparecida a dinastia Yuan, os Ming (*Min*) governavam a China. Desejando aumentar os lucros do seu comércio, Yoshimitsu restabeleceu as relações oficiais com o país vizinho. Ming o tratava como "rei do Japão"; nos documentos oficiais e nas cartas que Yoshimitsu escrevia ao monarca chinês assinava "Súdito". No tempo de Yoshimochi, foram interrompidas de novo as relações entre o Japão e a China. Yoshimasa achou, contudo, de bom alvitre restabelecer, mais uma vez, os laços de amizade. Incrementou-se, de modo

considerável, o comércio entre os dois países. O Japão exportava catana, cobre e outros metais e produtos da sua arte industrial. Em troca, recebia moedas de cobre, fio e tecidos de seda, pinturas, etc. Também era intenso o intercâmbio econômico com a Coréia.

Evolução cultural — O fato de ter o bakufu sua sede em Kyoto contribuiu para a aproximação entre os "kugue" e os "bushi". O shogun recebeu da coroa títulos nobiliárquicos e ocupou posições elevadas na hierarquia palaciana. O sistema de vida dos bushi foi, assim, se assemelhando, aos poucos, ao dos "kugue", e as culturas das duas classes se fundiram numa só. Cultuavam os samurais o "Zen", com entusiasmo, o que imprimiu um caráter austero e simples à cultura da época, com reflexo benéfico na vida popular.

Budismo — Difundiu-se e aumentou de prestígio o Zenshü, cultivado com carinho pelos bushi. Sacerdotes dessa seita budista tornaram-se conselheiros do shogun. No tempo de Yoshimitsu, existiam cinco grandes templos, conhecidos por "Go-san" (Cinco Montes), em Kyoto e Kamakura. Por outro lado, continuavam muito populares as seitas Hokke, Jodo, Ikkô, etc.

Literatura e culto dos clássicos — Monges budistas dos mosteiros dos "Cinco Montes" e muitos aristocratas se dedicavam, intensivamente, aos estudos dos clássicos chineses. Nos "Cinco Montes", cultivavam-se, com especial entusiasmo, a prosa e a poesia. É a chamada "Literatura dos Cinco Montes" (*Gosan-Bungaku*). Samurais também estudavam. Na escola Ashikaga de Kwantô (Kanagawa-ken), havia estudantes vindos de províncias longínquas, como Kyushü. Nos templos budistas se difundiu um sistema de ensino elementar que, mais tarde, constituiria o "*terakoya*" (escolas primárias particulares mantidas pelos templos).

Na poesia, continuava o culto do "waka", mas entrou em moda o "renga" (ou "renka"), jogo de versos, que se praticava em grupos de pessoas. Sogui foi o mais exímio poeta de "renga".

Arte — Yoshimasa amava as artes acima de tudo, e, por isso, as artes industriais tiveram grande impulso durante seu governo. A pintura era intensamente cultivada e quadros célebres de pintores de Sung e Yuan, importados da China, eram disputadíssimos e serviam de modelo e estímulo para os artistas nacionais. Entre os pintores se destacou Sesshü (1420-1506), que foi fino paisagista, usando tinta nankin. Seguiu a escola chinesa, ao passo que Motonobu Kanô (1475-1559) inaugurou uma nova escola, conhecida pelo seu nome realizando a fusão da pintura chinesa com a nacional,

Na arte industrial, Yujo Goto se celebrizou pelos trabalhos em ouro e prata, para adorno de catanas.

Produziram-se, também, excelentes porcelanas e "*makie*" (desenho em pó de ouro e prata sobre laça).

Costumes — As residências dos "buke" (samurai) aproximavam-se, em estilo, das atuais casas de moradia japonesas. Chamava-se "Shoinzukuri", o seu estilo, copiado da arquitetura da sala de leitura ("shoin") dos templos Zen. Disponha de *tokonoma* (alcova), armários embutidos na parede, mesa fixa perto da janela, *fusuma* (cortina de papel corrediça), portas de madeira (*suguito*) — estas duas últimas peças em geral decoradas com paisagens em monocromia — teto gradeado e um pequeno hall (*guenkwan*). Os "fusuma" separavam os quartos, cujo soalho era coberto de *tatami* (uma espécie de esteira).

Criaram-se jardins cuidadosamente arranjados, onde uma estudada combinação de água e pedras dava a sensação de tranqüilidade das grandes florestas. Ainda hoje existem jardins dessa época em templos de Kyoto.

Iniciou-se a arte do *cha-no-yu* (cerimônia do chá) e a arte de arranjar flores em vasos (*ikebana*).

O drama "Noh", para os samurais, e o teatro cômico "Kyoguen", para a classe dos comerciantes, atraíam numerosa assistência.

Entrou nos hábitos populares dessa época o "*bon-odori*", dança do dia dos finados (15 de julho), nas zonas rurais.

4. *Palpitação de uma nova era.*

Situação geral. — Depois da revolução de Onin, o bakufu perdeu inteiramente o seu prestígio. Os shoguns haviam perdido toda a sua autoridade. Vassallos mais influentes foram usurpando, aos poucos, o poder do governo de Muromachí. Nas províncias, famílias antigas desapareciam e eram substituídas por novas que gozassem de prestígio na região. "Daimyôs" (senhores feudais), novos e poderosos, disputavam a supremacia regional, com intuito de assumir, depois, o governo central. Era o "Sengoku-Jidai" (período das lutas feudais ou guerras civis), do domínio da força, da «espada, da estratégia militar e política.

Disputas entre daimyôs — Foram incontáveis as guerras travadas entre feudos ou dentro dos feudos. Famílias contra famílias ou elementos da mesma família se digladiavam na disputa do poder.

Em Kwantô, os próprios "kwanryô", que muita influência exerceram durante várias gerações, entraram em decadência. Um dos seus subordinados, Uesugui, aumentara de prestígio, mas, por sua vez, foi derrotado pelos Hojo.

Na região central havia os Uesugui, em Echigo; Takeda dominava em Kai (Yamanashi-ken) e em Suruga prosperava Ouchi, que, posteriormente, foi substituído pelos Moori. Outros lordes influentes eram os Chosokabe de Shikoku, os Ohtomo, Ryuzoji, Shimazu, etc, de Kyushü, sem contar com centenas de feudos menores. Todos os grandes "daimyôs" ambicionavam o domínio dos seus vizinhos pela força das armas visando a conquista do poder central, então inoperante. Lutavam constantemente entre si. Alianças se formavam e se

desfaziam de um dia para outro. Amigos da véspera se defrontavam, no dia seguinte, como inimigos mortais nos campos de batalha. Inimigos se transformavam em aliados de uma hora para outra. Daimyôs subiam e desciam o caminho da glória com rapidez estonteante. Surgiram grandes estrategistas e guerreiros de bravura incomparável, ao lado de traidores covardes e vilões pusilânimes. Os senhores feudais, de modo geral, procuravam fazer um bom governo, dentro das suas fronteiras. Por exemplo, os Hojo e os Takeda realizaram obras administrativas dignas de nota.

Em torno dos castelos-fortaleza, onde viviam os daimyôs, concentravam-se massas de habitantes, formando dinâmicas cidades. As capitais dos feudos transformavam-se, assim, naturalmente, em centros de atividade comercial e industrial. Com o interesse e o carinho dos daimyôs, a lavoura teve um surto notável nessa época convulsionada, e aperfeiçoou-se a técnica da mineração. Os chefes militares precisavam da lavoura para sustentar seus soldados nas constantes guerras e da mineração para o fabrico de armas e armaduras.

Decadência da côrte — Vivia a côrte dos impostos arrecadados em terras de sua propriedade e com o dinheiro fornecido pelo bakufu. Mas, com o desprestígio total do shogun, este deixou de contribuir para as despesas e, por outro lado, os bushi regionais haviam se apossado de terras pertencentes à família imperial. Tremendas dificuldades financeiras suportou a côrte em consequência dessa situação. O próprio palácio, danificado pela ação do tempo, não podia ser reparado por falta de recursos.

Houve daimyôs provinciais que se ofereceram para auxiliar a corte, diminuindo as preocupações de ordem material dos soberanos.

Os primeiros contatos com o mundo ocidental — Enquanto estava dividido em numerosos feudos que se empenhavam em guerras freqüentes, o Japão foi visi-

tado pelos primeiros europeus. Havia progredido muito na Europa a arte náutica. Os lusitanos, especialmente, orientados pela escola de Sagres, tinham feito as descobertas que marcavam época na história da humanidade. Haviam descoberto o caminho das Índias pelo périplo africano e mantinham intenso intercâmbio comercial com os países do Oriente. No 12.º ano da Era Tembun (1543) — quarenta e três anos depois da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral — uma nau lusitana, apossada pela tempestade, chegou à ilha de Tanegashima, no sul de Kyushū.

"Lê-se no *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, de Antônio Galvão, que, no ano de 1542, três nautas, Antônio da Mota, Francisco e Antônio Peixoto, fugiram de uma nau portuguesa ancorada num porto de Sião. Embarcaram num junco que ia para a China, mas deu-lhes uma tal tormenta, que os fêz andar à mercê das ondas durante muitos dias, até que, finalmente, chegaram ao Japão.

Por outro lado, em fontes japonesas, encontramos a seguinte narrativa, que vinha sendo transmitida na família feudal do Senhor de Tanegashima: Que a bordo de uma nau estrangeira ancorada em Tanegashima, em setembro de 1543, onde Francisco e Cristóvão da Mota eram os principais de um grupo de mercadores, havia alguns mosquetes. O Senhor de Tanegashima ficou tão impressionado com a eficácia de um tal instrumento que comprou logo alguns deles e começou o fabrico das espingardas Tanegashima" ("Portugal e Japão", de Naojiro Murakami).

Introduzia-se a arma de fogo no Japão. A espingarda trazida pelos portugueses era de poder incomparavelmente superior a todas as armas até então conhecidas, razão porque foi logo aproveitada pelos lordes feudais de todo o país. Surgiram fábricas de mosquetes em Sakai (perto de Osaka) e outras cidades, e a tática de guerra sofreu profunda modificação.

Posteriormente apareceram naus espanholas que, juntamente com as lusitanas, estabeleceram o comércio

com o Japão. Como todos esses europeus procedessem do sul eram conhecidos pelo nome de "Nanbanjin" (bárbaros do sul). Por intermédio dos ousados navegantes portugueses, entrava o Japão no concerto das nações, naquela promissora fase da história universal, para dele se retirar pouco depois devido ao completo isolamento decretado pelo shogunato Tokugawa (V. cap. VII).

No 18.º ano da Era Tembun (1549) chegava o missionário Francisco Xavier para propagar a fé cristã no Japão. "*Kirishitan-shu*" foi o nome dado à nova religião pelos nipônicos.

Em meio ao caos reinante, palpitavam forças latentes e poderosas que abririam novos horizontes ao país. Os senhores de Suruga (Yoshimoto Imakawa), Echigo (Kenshin Uesugui), Kai (Shinguen Takeda) e outros, pretendiam dirigir-se a Kyoto e estabelecer o governo central, eliminando o bakufu decadente. Todos tinham a intenção de realizar a unidade nacional sob a orientação suprema da coroa. O sentimento de lealdade para com o trono estava se tornando cada vez mais vivo entre o povo, já cansado do desgoverno dos Ashikaga e das guerras civis. Contudo, nenhum dos ambiciosos barões feudais conseguiu realizar o seu intento. Quem deu início brilhante e espetacular à obra de unificação nacional foi Nobunaga Oda, cujos feitos veremos adiante.

CAPÍTULO VI

AZUCHI E MOMOYAMA OU ÉPOCA DE ODA E TOYOTOMI (1573-1600)

1. *Unificação do país.*

Castelo de Azuchi — A família de Nobunaga Oda — descendente dos Taira — servira durante gerações ao "kwanryô" Shiba, em Owari (Aichi-ken). Audacioso e inteligente, Nobunaga tratou de ampliar as fronteiras do seu domínio. Com a vitória sobre o vizinho do leste, Yoshimoto Imakawa, seu poderio cresceu rapidamente.

Tendo conhecimento da fama de Nobunaga, Ohguimachi Tenno ordenou-lhe que restituísse ao trono as terras tomadas pelos bushi, durante o longo período de decadência de Kyoto.

Na metrópole, o shogun Yoshiteru Ashikaga havia sido assassinado e Yoshiaki, seu irmão, pediu o auxílio de Nobunaga para poder dominar a situação. Nobunaga Oda, que era homem perspicaz e decidido, dirigiu-se a Kyoto, à frente de suas forças, e conseguiu colocar Yoshiaki no poder, como sucessor de Yoshiteru.

Sem perda de tempo, Nobunaga iniciou as obras de reparação do palácio imperial, longamente descuidado e abandonado à corrosão do tempo. Interessou-se, pessoalmente, pelos trabalhos da reconstrução e, assim, em pouco mais de dois anos, as obras estavam concluídas, dando novo aspecto à residência dos monarcas. Con-

tinuou Nobunaga a favorecer a coroa, ora mandando usurpadores restituir terras ao soberano, ora contribuindo para as despesas da corte. Aliás havia, como dissemos, um florescimento geral do sentimento de fidelidade e dedicação à coroa, e, Nobunaga, perspicazmente, se colocou à frente da tendência popular.

De início, Yoshiaki confiou totalmente em Nobunaga, mas, vendo crescer rapidamente o prestígio deste., ficou com receio de perder o poder e procurou eliminar o influente general. A tentativa redundou em completo malogro e Yoshiaki foi expulso de Kyoto, no 1.º ano da Era Tenshō (1573). Desaparecia, assim, o bakufu de Muromachi, após quase 240 anos da sua instalação por Takauji Ashikaga.

Nobunaga construiu um grande castelo-fortaleza em Azuchi, Omi (Shiga-ken).

Este castelo-fortaleza tem um significado todo especial, porque, pela primeira vez na história do Japão, um chefe militar feudal visava, com a construção de um baluarte defensivo, o estabelecimento de um centro político do país. Só mesmo um general da visão de Nobunaga poderia ter concebido tal idéia. Nobunaga planejou, pois, a construção simultânea da fortaleza — que seria ao mesmo tempo sua residência — e da cidade anexa ("Joka-machi"). Pretendia Nobunaga construir uma capital digna da nova era que êle estava inaugurando no país.

As grandes proporções do castelo, sua formosura e excelente localização foram objeto de descrição minuciosa da parte dos padres católicos que tiveram oportunidade de observar a construção. Até ao Papa, em Roma, foi enviado um relatório pormenorizado da obra. Outrossim, Nobunaga, que se simpatizara com os missionários estrangeiros, estabeleceu até um "bairro dos padres", e os jesuítas fundaram um seminário para a educação dos filhos de nobres e senhores feudais, além de igrejas para a catequização. Tudo isso contribuiu para que o Castelo de Azuchi fosse conhecido na Europa.

Prosseguindo na obra de unificação, Nobunaga atacou, aliado a Iyeyasu Tokugawa, de Mikawa, o feudo de Kai e derrotou os Takeda. E enviou a seguir um seu general, Hideyoshi Hashiba (mais tarde Toyotomi), a Chukoku para combater os Moori. Quando ia em socorro de Hideyoshi foi traído e morto por outro seu general, Mitsuhide Akechi, no templo Honnô, de Kyoto. Fracassou, assim, a meio caminho, a tentativa de unificação nacional de Nobunaga Oda. Hideyoshi continuou o curso interrompido.

Hideyoshi, filho de um samurai decadente — que se dedicava à lavoura — tinha a alcunha de "Saramen Kwanja" (Cara de Macaco) devido à sua extrema feiúra. Colocado numa escola monástica, foi expulso por indisciplina. Tentou depois a aprendizagem de vários ofícios, conseguindo por fim entrar para o serviço de um samurai, a quem salvou a vida, por isso obtendo permissão para usar espada. Juntou-se a Nobunaga, serviu-o com inteligência e dedicação, prosseguindo, depois de sua morte, na obra de restauração nacional, unificando os feudos.

Unificação nacional — Ao receber a notícia do assassinato de Nobunaga, Hideyoshi fez, imediatamente, as pazes com Moori e voltou-se sem perda de tempo contra o traidor Mitsuhide Akechi, que procurava consolidar sua posição na metrópole para dominar todo o país. A ação de Hideyoshi foi tão rápida que Akechi, apesar de hábil estrategista, não pôde resistir ao assalto das forças do Cara de Macaco. Este mandou exibir a cabeça do general traidor nas ruas de Kyoto.

Tinha chegado a grande oportunidade de Hideyoshi. Sua fulminante ação contra Mitsuhide Akechi deu-lhe grande prestígio entre os generais de Nobunaga.

A seguir, Hideyoshi atacou Iyeyasu Tokugawa em Owari, mas logo se reconciliou com ele. Depois, em sucessivas campanhas, dominou os Chosokabe, de Shikoku, Shimazu, de Kyushu e finalmente Hojo, de Kwantô, completando a obra da unificação. Isso acon-

tecia no ano 18.º da Era Tenshō (1590), pouco mais de 120 anos desde a revolta de Onin, que marcou o início do ciclo de guerras civis.

"Jurakudai" — Depois de derrotar Mitsuhide, Hideyoshi construiu um grande castelo em Osaka, para sede do seu governo. Em torno do castelo formou-se uma próspera cidade. Com o progredir da unificação, Hideyoshi foi recebendo graus nobiliárquicos cada vez mais elevados da coroa. Afinal se tornou "Kwampaku" (Conselheiro principal do imperador) e recebeu o nome de "Toyotomi" como recompensa aos seus serviços. Sua origem era tão modesta que não tinha sobrenome. Hideyoshi Toyotomi, o "Cara de Macaco", um humilde camponês, agora guindado ao posto mais elevado do império era um dedicado servidor da coroa. Não se intitulou "shogun". Governou como alto dignitário da corte e não como uma autoridade à parte daquela. Construiu o palácio "Jurakudai" em Kyoto e ali homenageou o imperador Goyozei. Durante a visita imperial, Hideyoshi acumulou o soberano de toda sorte de gentilezas e homenagens e ainda ofereceu terras à família imperial e aos "kugues".

Renovação administrativa — Nobunaga e Hideyoshi foram reformadores políticos, interessados no bem-estar geral da nação.

Tentaram, em primeiro lugar, estimular a lavoura, elemento de importância vital para a economia do país. Foi realizado um censo das terras agrícolas. Tanto Nobunaga como Hideyoshi mandaram medir as áreas cultiváveis, boas e más, para calcular sua produção. Chamou-se a isso "Kenchi" (Verificação de terras).

Em resultado dessa importante medida, foram padronizadas as unidades de superfície e os métodos de medição que, até então, diferiam de "shoen" para "shoen".

Durante muito tempo, o Japão deixou de cunhar moedas e empregou o "Eiraku-sen", importado de Ming.

Entre as moedas circulantes existiam muitas de qualidade inferior, do que resultavam embaraços e inconveniências para as transações comerciais.

Desenvolvera-se consideravelmente, na época, a mineração, e se havia incrementado a produção de ouro, prata, cobre, etc. Hideyoshi mandou cunhar moedas de ouro, prata e cobre, a fim de eliminar os inconvenientes causados pelo "Eiraku-sen". As moedas de ouro eram divididas, segundo o tamanho, em *ohban* (obang), grandes e *koban* (kobang), pequenas.

Na época de agitações e guerras civis, os daimyôs, receosos de serem atacados por seus adversários, deixavam ao completo abandono as estradas e, ademais estabeleciam postos de fiscalização ("sekisho") em pontos estratégicos das fronteiras para vigiar os viajantes, taxar animais e cargas.

Nobunaga, além de construir estradas e pontes, acabou com os "sekisho", o que constituiu uma medida realmente benéfica para o progresso do país. Hideyoshi mandou medir o comprimento das estradas e colocou marcos em cada *ri* (légua japonesa, que mede 3.927 metros).

Alguns "daimyôs" aboliram o sistema de "za" já no tempo das guerras civis. Nobunaga e Hideyoshi tiveram idêntica orientação, para estimular o comércio e a indústria pela concorrência livre. Com as facilidades de comunicações decorrentes da construção e reparação de estradas e com a liberdade de comércio, prosperaram as cidades formadas em torno dos castelos-fortaleza dos barões feudais.

No "Sengoku-Jidai", qualquer pessoa podia trazer armas, bastando uma licença do feudatário. E, em compensação, era obrigada a lutar pelo seu senhor. Para manter o sistema feudal impunha-se uma divisão definida de classes dos cidadãos. Hideyoshi proibiu, por essa razão, o porte de armas (catanas, lanças, mosquetes, etc.) a pessoas que não pertencessem à classe dos samurais e efetuou a apreensão de armas mantidas ilegalmente. As ordens de Hideyoshi, nesse sentido,

eram severíssimas. Distinguiu-se, assim, o guerreiro do não guerreiro. Os lavradores deveriam, de então em diante, dedicar-se somente à lavoura, e os comerciantes somente aos misteres do seu negócio, etc.

2. *Política exterior e cultura.*

Fracasso da política de conquista — Hideyoshi que foi incontestavelmente um militar de grandes ambições e um político de visão, foi também produto de uma época de convulsões violentas, um herói revolucionário, por assim dizer. Uma vez concluída a obra de unificação nacional, procurou exercer sua influência sobre os países vizinhos. Planejou a anexação da Coréia e a conquista da China. Como primeiro passo, pediu à Coréia permissão para a passagem das tropas nipônicas em demanda do grande império continental. Receosa do poderio da China, a Coréia não concordou com a proposta, do que resultou a guerra.

No primeiro ano da Era Bunroku (1592), um grande exército expedicionário japonês (cerca de 130 mil homens) invadiu a Coréia. Hideyoshi estabeleceu o seu quartel general em Nagoya de Kyushû, de onde dirigiu as operações. Keijô (Seul) caiu em poder das forças japonesas. Tropas chinesas que vieram em socorro dos coreanos foram desbaratadas. Mas o Nipon não dispunha de armada forte bastante para apoiar os expedicionários. Daí resultaram dificuldades na remessa de reforços e víveres. Pouco depois Hideyoshi aceitou a proposta de trégua apresentada por Ming. Por ter acontecido na Era de Bunroku, esta guerra é conhecida na história por "Campanha de Bunroku" (*Bunroku no Eki*).

Entretanto, houve uma divergência no tocante ao compromisso da trégua e Ming enviou uma carta em que dizia nomear Hideyoshi "rei do Japão". O "kwampaku" ficou profundamente ofendido com o tratamento e enviou novas forças expedicionárias no 2.º ano da

Era Keichô (1597) à Coréia. Desta vez, porém, a sorte das armas não foi favorável aos japoneses. Sustentaram batalhas cruentas na parte sul da península. Pouco depois, morria Hideyoshi, e suas forças expedicionárias se retiraram da península, em obediência à vontade do "kwampaku" expressa em seu testamento. Esta aventura militar tem o nome de "Campanha de Keichô"; durou 7 longos anos e custou o sacrifício de muitas vidas e dispêndio de grande soma em dinheiro. O resultado foi um fracasso total.

Comandaram as forças expedicionárias nas duas campanhas Yukinaga Konishi e Kiyomasa Katô, tendo se destacado muito na batalha de Seul — quando as forças nipônicas foram cercadas por um grande exército chinês — o general Takakage Kobayakawa que conseguiu vencer as forças adversárias muitas vezes superiores às suas, em número.

Emissários a Roma — Conforme vimos, Nobunaga permitiu a propagação da fé cristã e, em consequência, surgiram igrejas, colégios e seminários em Kyoto, Azuchi e outras localidades. Nos colégios jesuítas ministrava-se o ensino do português e do latim, além do religioso propriamente dito.

Francisco Xavier permaneceu no Japão cerca de dois anos apenas, mas sua obra catequizadora foi profícua. Em pouco tempo, o número de católicos japoneses atingia cerca de um milhão, espalhados desde Kyushû a Hokkaidô, com maior concentração no sul do país. A nova fé chegava num momento em que o povo nipônico estava descontente com a decadência do budismo, mais exatamente, com a do clero budista. Este Jhavia sofrido uma deterioração geral. Sacerdotes participavam das lutas políticas, não eram capazes, em sua maioria, de se erguer acima da corrupção própria de épocas de convulsão político-social. Em contraste, os missionários católicos que arriscavam suas vidas fazendo viagens perigosas por mar e terra, eram todos homens de alta virtude, cultos e bondosos. Impunham respeito aos nipônicos pelo próprio caráter. Havia padres

iesuitas que se desfaziam de todos os bens pessoais no serviço da fé. Os jesuítas construíram leprosários, santa-casas de misericórdia, orfanatos, asilos, etc. E combatiam os maus costumes como o da venda de filhas, o de abandonar crianças na rua, etc, que a miséria impunha às classes baixas. Curavam doentes, aplicando a ciência médica do Ocidente então desconhecida no país.

Os daimyôs de Kyushû tratavam com especial deferência os sacerdotes jesuítas para conseguirem vantagens comerciais, na importação de mosquetes, pólvora e outros artigos, por intermédio dos portugueses e espanhóis.

Francisco Xavier chegou a Kyoto em 1550. Em 1559, Gaspar Vilela dedicou-se à catequese em Sakai. Em 1587 chegava Luis Froes que, juntamente com Vilela, foi recebido em audiência pelo shogun Yoshiteru Ashikaga. Isso causou o ciúme e o ódio do clero budista, que fez tanta pressão que os dois jesuítas foram obrigados a voltar a Sakai. Quatro anos mais tarde, Froes foi festivamente recebido pelos novos cristãos de Kyoto e avistou-se com Nobunaga e Yoshiteru, obtendo, nessa ocasião, permissão para dedicar-se à catequização e construção de uma igreja na metrópole. Em 1570 Francisco Cabral e em 1571, Organdino Sordi também chegavam a Kyoto. Atingia a cerca de 20 mil o número de fiéis somente na capital.

Os japoneses chamavam as igrejas católicas de "Namban-ji" (Templos dos bárbaros do sul). Três daimyôs de Kyushû se tornaram ardentes adeptos da nova religião: Dom Francisco Otomo-Yoshishigue, senhor de Bungo, Dom Protasio Arima Harunobu, senhor de Arima e Dom Bartolomeu Omura-Sumitada, senhor de Omura. No 10.º ano da Era Tenshō (1582), os três daimyôs cristãos enviaram dois jovens, Mansho (Myncio) Itô e Seizaemon Chijiwa (Miguel Chigiwa) ao Papa, em Roma. Ambos, em companhia de dois outros jovens, Julião Nakaura e Martinho Hara, deve-

riam apresentar suas homenagens ao sumo pontífice e ao rei de Portugal em nome dos seus respectivos daimyôs.

"Desde Nagasaki — diz Naojiro Murakami em seu interessante "Portugal e o Japão" — em companhia do Padre Valignano, fizeram-se de vela em fevereiro de 1582, e, passando por Macau chegaram, finalmente, a Goa. Dali, dirigidos por outros padres, aportaram em Lisboa a 10 de agosto de 1584 onde tiveram conhecimento da morte do rei de Portugal, Dom Henrique, em 1580. Não havendo herdeiro legítimo, o Rei da Espanha, Felipe II, tinha subido ao trono. Nestas condições, seguiu a Embaixada para Madri onde entregou a Felipe II as cartas que os enviados de seus Senhores levavam para El Rei de Portugal. Desta cidade seguiram para Roma".

O Papa Gregório XIII e, após a morte deste, seu sucessor Sixto V, cumularam de gentilezas os jovens emissários vindos de uma terra tão longínqua como o Japão, então completamente desconhecido na Europa. Carregando presentes ricos, depois de verem terras e costumes diferentes e exóticos, os emissários católicos regressaram à pátria no 18.º ano da Era Tensho (1590).

3. *Proibição do Cristianismo.*

Afora uma pequena resistência oposta pelos budistas, o cristianismo se alastrou rapidamente em todo o Japão, favorecido pelas necessidades espirituais dos japoneses. Apesar de já existir, há muito tempo, o "shintoísmo", o budismo e o confucionismo, arraigado na classe culta, os nipônicos estavam dispostos a receber e assimilar a nova religião.

Entretanto, o cristianismo foi proibido, em 1587, por ordem de Hideyoshi Toyotomi, por razões puramente políticas. Hideyoshi julgou que os sacerdotes estrangeiros não somente visavam a conversão do povo japonês à religião católica, como procuravam estabele-

cer o poder político ocidental (português ou espanhol) nas ilhas nipônicas. De fato, antes de Hideyoshi dominar Kyushû, os católicos controlavam o poder político e temporal da região de Nagasaki. E aconteceu que, em 1596, o capitão da nau espanhola "San Felipe", que aportara em Urato, de Tosa, acossada por uma tempestade quando navegava das Filipinas para o México, contou, orgulhoso, a extensão do domínio espanhol em todo o mundo, aos japoneses pouco conhecedores da situação internacional. E, apontando para o mapa mundi, o navegador espanhol disse mais, que a sua pátria havia alargado o horizonte de suas fronteiras graças ao auxílio dos sacerdotes, que seguiam à frente dos seus exércitos. As palavras do capitão continham uma certa dose de verdade, porque, os catequistas da época consideravam a exploração de novas colônias, eliminando os pagãos, uma obra sagrada para alargar os domínios do Papa. Para Toyotomi, entretanto, era uma revelação de suma gravidade, que veio confirmar as informações por êle já obtidas por intermédio dos próprios ocidentais: holandeses que estavam em guerra com Portugal e Espanha e franciscanos que, enciumados do "monopólio" dos jesuítas, faziam suas intrigas... Hideyoshi mandou confiscar o navio e prender os sacerdotes que se achavam a bordo. Em número de seis, os religiosos foram enviados a Nagasaki, e ali executados, juntamente com 20 católicos japoneses. São os primeiros mártires cristãos do Japão.

Semeada, na mente dos governantes, a desconfiança contra a catequização estrangeira, estava praticamente preparado o terreno para a política de isolamento completo que seria adotada na Era de Kwan-ei (1639).

Contudo os cristãos japoneses eram devotos dedicados e numerosos. A ordem de Hideyoshi não conseguiu extirpar de uma vez a grande influência que a nova fé havia conquistado entre o povo. Foi necessário recorrer à repressão sangrenta - o que aconteceu no tempo do Shogun Iemitsu — como verificaremos mais adiante.

Hideyoshi, porém, permitiu o comércio com os países europeus. Escreveu cartas ao governador geral espanhol das Filipinas e ao governador português de Goa sobre assuntos de intercâmbio comercial. Navios lusos, espanhóis e, mais tarde, holandeses realizavam a navegação comercial entre os portos das colônias européias da Ásia e o Japão.

Momoyama — Soprava o vento da renovação em todo o Nipon. Desapareciam as coisas antigas para dar lugar a novas. As guerras civis chegavam ao seu fim e bruxoleava no horizonte a aurora de uma nova era de paz. Animação e amor à vida dominavam todos os espíritos. Nobunaga e Hideyoshi gostavam de obras grandiosas e belas. Esse gosto se refletiu na cultura da época. O castelo de Fushimi, onde Hideyoshi residiu na sua velhice, era conhecido pelo nome de Momoyama e daí o dar-se à cultura da época esse designativo.

Grandes castelos-fortaleza, como os de Azuchi, Osaka, Fushimi, etc, foram construídos na época de Nobunaga e Hideyoshi. O "karamon" (Portão Catai), hoje existente no templo Nishihongwanji, de Kyoto, ficava no Castelo de Fushimi. Dentro da área do castelo, existiam casas de estilo "shoin-zukuri", para residências. Esta modalidade de arquitetura aperfeiçoara-se e fustigava com artísticas pinturas, esculturas devidas ao cinzel de mestres notáveis, adornavam tais residências. A escola Kano predominava na pintura, tendo produzido nessa época insignes artistas como Eitoku e Sanraku, que empregavam cores douradas e verdes carregados em quadros de grande tamanho. A produção de magníficos brocados ("*kínran*") e a famosa seda "*Nishi-jin-ori*" de Kyoto teve desenvolvimento no período Momoyama. Nas campanhas de Bunroku e Keichô, vários daimyôs de Kyushû trouxeram ceramistas coreanos, do que resultou o aparecimento das conhecidas louças Arita ("*Arita-yaki*") e Satsuma ("*Satsuma-yaki*").

A arte do chá (*cha-no-yu*) se espalhou cada vez mais. Sen-no-Rikyú, mestre dessa arte, estabeleceu normas definitivas para a "Cerimônia do Chá".

Características do período Azuchi-Momoyama — O período de Azuchi e Momoyama, ou de Oda e Toyotomi, que focalizamos neste capítulo, constitui o mais curto da história do Japão. Não passou, no conjunto, de pouco mais de 30 anos. Foi, entretanto, uma época de grandes transformações, tanto no terreno político como no cultural.

Vimos que a idade média japonesa — feudalismo — entrou na fase de permanente guerra civil depois da rebelião de Onin, no governo de Yoshimasa, 8.º shogun Ashikaga. Verificou-se uma verdadeira ebulição intestina, de constantes guerras entre feudos, que se dividiam e se subdividiam ao sabor das ambições e conquistas dos chefes guerreiros.

Após mais de um século de sangrentas lutas, o país marchava para a unificação — ou melhor re-unificação. Nobunaga sucumbiu a meio caminho, cabendo a Hideyoshi a tarefa de completar a grande obra. Porém, Hidetada, filho de Hideyoshi, não soube preservar a herança paterna e Iyeyasu Tokugawa assumiu a suprema direção do leme estatal, fundando o shogunato Tokugawa, com sede em Yedo (Tokyo), que governou o Japão durante a idade moderna, até a Restauração de Meiji.

Verifica-se, pois, que o período Azuchi-Momoyama ou Oda-Toyotomi, como é também conhecido, representou a transição entre duas idades de características bem distintas. Encerra, por isso mesmo, muito do período anterior, embora já apresente sinais da nova era, que em breve surgiria no curso da história nipônica.

Continuou, ainda, a onda de destruição e devastação, que atingira o auge no período das guerras civis,

mas, por outro lado, era visível o esforço construtivo. Aboliu-se completamente o regime de "shoen" e estabeleceu-se o sistema de "*chigyô*" (enfeudação), no governo de Hidevoshi, que, consolidando internamente o país, se aventurou até a enviar expedições militares ao estrangeiro.

CAPÍTULO VII

YEDO BAKUFU OU TOKUGAWA BAKUFU 1603-1867)

1. *O castelo de Yedo.*

Iyeyasu Tokugawa — Era natural de Mikawa. Consta que descendia de Yoshisada Nitta. Seu pai, Hirotada Tokugawa, era senhor do castelo de Okazaki. Iyeyasu começou por dominar os feudos vizinhos e chegou mesmo a lutar contra Hideyoshi. Posteriormente, acompanhou-o no ataque a Odahara. Como prêmio aos serviços então prestados, o Kwampaku confiou-lhe a administração da região do Leste (Kwantô), antes em poder dos Hojo. Iyeyasu reconstruiu o castelo de Yedo, originariamente erigido por Dokan Ota (1432-1486), um senhor feudal de fino gosto. Yedo (atual Tókyo) não passava, então, de uma vila na planície de Kwantô. Iyeyasu transformou o castelo no baluarte de seu poderio.

Depois da morte de Hideyoshi, a influência de Iyeyasu entre os daimyôs cresceu de maneira notável. Hideyori, filho de Hideyoshi, ainda era criança, e os senhores feudais que procuravam defender a família Toyotomi, amparando o pequeno shogun, arquitetaram um plano para eliminar Iyeyasu. Os dois grupos rivais mobilizaram forças de todo o país e em 1600 travou-se a batalha decisiva de Sekigahara. (6) O Japão se

(6) Localidade situada na atual província de Guifu.

dividiu em dois grupos e os exércitos do Leste, comandados por Iyeyasu, saíram vitoriosos sobre as forças do Oeste.

Todos os partidários de Toyotomi foram castigados, e, desde então, os daimyôs ficaram devendo obediência ao novo sol todo poderoso que surgia no cenário político-militar do país: Iyeyasu Tokugawa, senhor de fato do Japão.

Contudo, Hideyori conseguiu preservar o castelo de Osaka, construído por seu pai, embora reduzido à condição de simples daimyô. Depois que Hideyori atingiu a maioridade, os homens que desejavam a volta da família Toyotomi ao poder, iniciaram um levante nesse castelo, mas foram derrotados, e a breve dinastia fundada por Toyotomi Hideyoshi desapareceu para sempre.

A *administração do bakufu*. — Iyeyasu Tokugawa foi nomeado "Sei-taishogun" logo depois da batalha de Sekigahara e fundou o seu *bakufu* com sede em Yedo que, daí em diante, se tornou o centro político e cultural do Japão.

Iyeyasu orientou-se, no seu governo, pelo modelo do governo militar de Yoritomo Minamoto. Assim, na época do terceiro shogun Iemitsu, o novo regime já havia consolidado seus alicerces, completando sua organização fundamental.

Havia no bakufu uma espécie de Conselho de Estado formado por quatro ou cinco *rofu* ou *toshiyori* (anciãos). Esse conselho era presidido por um *tairô* ou *ô-doshiyori* (grande ancião).

Contava ainda com a participação de diversos *waka-doshiyori* (anciães-moços), espécie de vice-ministros..

O *rofu* era, principalmente, encarregado da direção política e o *waka-doshiyori* o assistia. Abaixo deles ficavam os delegados (*bugyô*), de várias funções: *Jisha-bugyô*, que fiscalizava os templos e santuários, o

Kaniô-bugyô, que se encarregava de assuntos financeiros e o *Yedo-machi bugyô*, uma espécie de prefeito da capital. Para a fiscalização dos daimyôs — alguns dos quais não eram partidários espontâneos de Tokugawa, enquanto outros mostravam-se inclinados para os Toyotomi ou tinham sido aliados destes — existiam os caro-os de grande superintendente (*ometsuke*) e para fiscalizar os *hotamoto* (vassallos diretos do shogun) havia os *metsuke* (superintendentes). Além destes cargos de natureza político-administrativa, abundavam funcionários de imediata confiança do bakufu, nas cidades importantes, como Kyoto e Osaka.

Uma grande vantagem levava o governo central em relação ao senhores feudais regionais: Nada menos de um quarto do total de terras do Japão pertencia ao bakufu. Esse fato lhe dava uma posição de absoluta supremacia econômica sobre todos os lordes, mesmo os mais ricos. As terras pertencentes ao bakufu se denominavam *Tenryô* e eram administradas por funcionários nomeados pelo poder central.

Controle dos daimyôs — Os senhores feudais administravam seus domínios sob rigorosa fiscalização do bakufu, que, quando não era obedecido, confiscava ou reduzia as terras dos daimyôs. Teve o Bakufu Tokugawa especial cuidado na colocação estratégica dos chefes feudais. Distribuiu membros da família Tokugawa e antigos servidores, de cuja fidelidade não duvidava, na região de Kwantô e Tokaidô (estrada que liga Yedo a Kyoto); a fim de fortalecer a posição de Yedo, enviou os daimyôs que, no começo, eram hostis aos Tokugawa, a regiões afastadas, com o fito de evitar que se levantassem contra o governo central. Outras medidas, como, por exemplo, interpolar *tenryô* entre feudos de elementos estranhos, foram tomadas com idêntica finalidade.

Existia, ainda, o sistema de "*Sankin-kotai*" (serviço por turno na corte do shogun), que consistia em todos os daimyôs terem uma residência em Yedo, onde suas famílias moravam durante um ano, vivendo o ano

seguinte nos respectivos feudos e voltando a Yedo novamente por um ano. As famílias dos pequenos e grandes daimyôs ficavam, assim, detidas periódicamente na capital, como reféns virtuais, enquanto os seus chefes prestavam serviço na corte do shogun. Quando havia, por exemplo, um movimento revolucionário, as famílias dos implicados se transformavam em reféns de fato. Obrigando seus vassallos a essa transferência periódica de residência, o bakufu obtinha um duplo resultado: podia fiscalizar mais de perto os atos dos daimyôs, e, ao mesmo tempo, forçava-os a largas despesas, já nas viagens de ida e volta, feitas com luxo e aparatosos séquitos, já na vida fastigiosa da capital.

A medida produziu, por outro lado, resultados benéficos. A cultura da capital era levada ao interior, e várias cidades, situadas nas estradas principais que ligavam Yedo a capitais provinciais, prosperaram graças aos movimentos dos daimyôs, que demandavam a metrópole ou dela regressavam em companhia de suas famílias e vassallos, criados, etc. Ainda hoje pode-se observar, em algumas localidades do interior, casas que serviram de hospedagem aos senhores feudais ("*honjin*" era o nome dado a tais casas e seus proprietários consideravam uma honra a escolha de sua residência ou propriedade para tal fim).

Samurais, lavradores, artesãos e comerciantes — Além de fiscalizar os daimyôs espalhados em todo o país, o bakufu baixou regulamentos diversos para serem seguidos pelo povo em geral. O regime feudal centralizado se achava em pleno desenvolvimento e as massas populares tinham suas liberdades cerceadas. Inicialmente houve a divisão de classes em samurai (*shi*), lavrador (*no*), artífice (*kô*) e comerciante (*shô*). Os samurais constituíam a classe privilegiada e podiam exercer o seu poder à vontade. A lavoura, considerada o ramo da população mais importante, colocou-se logo abaixo da classe dos guerreiros e acima das demais profissões.

Analisando, mais a fundo, a sociedade japonesa da época, verifica-se a existência de outras classes intermediárias além das quatro principais acima mencionadas. Temos, pois, os sacerdotes shintoístas e budistas, os homens de letras ou estudiosos ("gakusha"). O clero, tanto shintoísta como budista, possuía seus santuários, templos e terras, onde gozavam de certa autonomia. Chegaram, por vezes, a ter grande poder político e até militar.

No tocante à classe dos letrados, pode-se dizer que a grande maioria era composta de cultores do confucionismo, então dominante no país. Bushis e chonins respeitavam muito o saber e não foram poucos os "gakusha" de renome que orientaram a cultura da época. Por aí se verifica que eles constituíam uma classe especial, elevada.

Continuava a existir, ainda, a classe dos "eta" e mendigos. Os "eta" pertenciam congênitamente a essa classe desprezada, cujos membros nunca podiam se unir a elementos de outras classes por meio do casamento. O casamento inter-classes estava terminantemente proibido. Mas os mendigos nem sempre nasciam nessa classe. Indivíduos de classes mais elevadas caíam na miséria e iam aumentar o número dos pedintes, especialmente em épocas de fome e calamidades naturais. Os "eta" dedicavam-se a vários trabalhos, como, por exemplo, a confecção de chapéus de palha (de arroz), "zori", pavios, flexas, etc, sob a proteção do bakufu, que lhes concedia o monopólio dessas "indústrias".

Em resumo, no período Tokugawa, havia as classes dos *kugue*, samurais, sacerdotes, letrados, chonin e párias. Era muito difícil passar de uma classe para outra. Na prática manteve-se rigorosamente a divisão de classes.

O poder do bakufu era forte e seus decretos e regulamentos tinham que ser obedecidos sem discussão. Assim, na vida social, os hábitos arraigados, as tradições antigas e os precedentes tinham importância vital. A própria natureza do regime feudal, conservador por

excelência, não tolerava idéias, planos ou estudos que fossem novidade. Qualquer tentativa de inovação corria o risco de ser considerada ato de rebeldia ou subversão.

2. "*Shu-in sen*" (*Navios de selo vermelho*).

Situação mundial — A situação mundial, na época em que Iyeyasu fundou o seu bakufu, havia sofrido considerável transformação. Na Europa, Espanha e Portugal, que até então eram os países mais poderosos, tinham entrado em decadência. Em seu lugar surgiam as novas potências da Inglaterra e Holanda. Esta, que tinha sido uma possessão espanhola, tornou-se independente e, logo a seguir, começou a competir com a antiga metrópole no palco mundial.

Inglaterra e Holanda desejavam, fazia já algum tempo, enviar navios mercantes ao Extremo Oriente. E agora havia chegado o momento da realização desse sonho. Organizaram companhias de comércio que iniciaram suas atividades com sede em Java, porque na Índia e outras partes da Ásia meridional haviam se estabelecido os lusitanos e espanhóis.

Tanto a Inglaterra como a Holanda instalaram um escritório comercial em Hirado, a cidade que fica na parte leste de Kyushû e que, desde a antigüidade, servira de porto para o intercâmbio com a China. Os dois países ocidentais procuravam estabelecer o comércio com o reino dos Ming (que então governavam a China), através de Hirado. Entretanto, não resistindo à concorrência batava, o escritório comercial inglês cerrou suas portas em pouco tempo. Depois disso, o comércio nipo-holandês progrediu consideravelmente.

Países do Sul — Ming havia proibido o comércio com o exterior. Na época de Hideyoshi, os famosos *wakô* (piratas japoneses), que tinham devastado as costas chinesas desde a época de Muromachi-Bakufu, foram expulsos pela marinha chinesa e, sob a pressão

desta, se dirigiram para o sul, aparecendo nas Filipinas, Anan e outras partes.

Hideyoshi assumiu uma atitude agressiva em relação aos países meridionais, mas Iyeyasu, pelo contrário, procurou seguir uma política de cooperação. Enviou cartas às Filipinas, Anan, Sião, Cambodja, etc, solicitando proteção aos navios mercantes que saíam carregados de mercadorias do Japão.

"*Shuin-sen*" — Assim se chamavam os navios que levavam autorização do bakufu para navegar em mares estrangeiros. Com o documento oficial de autorização ("shuinjô"), os "shin-sen" recebiam a proteção do governo nas suas viagens para o exterior.

Todos os anos, comerciantes de Kyoto, Osaka, Nagasaki, etc, e daimyôs de Kyushû enviavam "shuin-sen" em busca de mercadorias às terras meridionais da Ásia. Segundo os cálculos mais autorizados, durante os primeiros trinta anos do shogunato Tokugawa, nada menos de 350 navios dessa categoria singraram os mares em demanda dos portos do sul.

Tais navios levavam principalmente prata do Japão, e, nos portos de destino, adquiriam fios ou tecidos de seda trazidos pelos comerciantes chineses ou carregavam mercadorias produzidas nos países meridionais: corantes, medicamentos, couro de animais, marfim, etc. Samurais e comerciantes nacionais disputavam avidamente tais artigos importados, sem olhar para o preço, de modo que era rendoso o comércio dos "Shuin-sen".

A embarcação então empregada era de madeira e semelhante ao junco chinês, porém maior no tamanho. Dispunha de mapas e bússola para orientar-se. Os navegantes nipônicos conheciam também a astronomia, de modo que sabiam se orientar pela posição das estrelas e do sol. Na arte náutica e de construção de navios, os japoneses deveram muito aos ensinamentos de portugueses e chineses. Ainda hoje existem pinturas da época, mostrando "shuin-sen" com numerosos tripulantes e passageiros, cantando ou jogando cartas, em viagens alegres e despreocupadas.

"Bairros japoneses" — Nos portos das Filipinas, Anan, Sião, etc, onde se concentravam comerciantes japoneses, formaram-se verdadeiros "bairros nipônicos". Entre os japoneses emigrados figuravam samurais partidários dos Toyotomi, que se exilaram depois da queda de Osaka, e cristãos perseguidos no Japão.

A grande atividade dos "shuin-sen" nos países sulinos, onde adquiriam produtos de que o Japão necessitava, constituiu dentro em pouco uma concorrência para a Holanda. Depois que os Países Baixos instalaram em Formosa uma base de comércio para o intercâmbio com a China, a concorrência se tornou mais intensa, crescendo a rivalidade entre comerciantes batavos e nipônicos.

Tsunenaga Hasekura — Iyeyasu Tokugawa não se limitou a manter o comércio com os países meridionais. Procurou estabelecer relações comerciais com o México, plano esse que chegou a realizar. O daimyô de Sendai, Masamune Date — conhecido pelo luxo de sua vida — enviou, por essa época, o seu vassalo Tsunenaga Hasekura a Roma, em visita ao Papa. A embaixada Hasekura passou pelo México, atravessou a Espanha e chegou finalmente a Roma, onde foi alvo de numerosas homenagens.

Masamune tinha as mesmas idéias de Iyeyasu no tocante às relações com o estrangeiro. Entretanto, com o recrudescimento da perseguição religiosa no Japão, os planos sobre o comércio exterior tiveram que ser abandonados.

3. *Fechamento do país*

"Kirishitan-shû" (Cristianismo) — Iyeyasu unificou o país e, a fim de consolidar os alicerces do novo regime, procurou manter relações amistosas com o estrangeiro e permitiu o culto do cristianismo.

Igrejas que tinham sido fechadas no tempo de Hideyoshi foram reabertas e padres que haviam se ocultado ou refugiado em países estrangeiros reiniciaram suas pregações abertamente. Crescia o número de fiéis.

Ante o grande surto do cristianismo, o bakufu ficou com receio de que os novos cristãos, que adquiriam costumes e hábitos até então desconhecidos no país, viessem a constituir problema para o governo. E resolveu exercer uma fiscalização severíssima sobre os fiéis e sacerdotes da religião importada. De fato, entre os ensinamentos do "kirishitan-shû" havia práticas que não se coadunavam com os costumes tradicionais do Japão. O cristianismo era mais liberal do que as demais religiões, em sua doutrina. A própria concepção de um Deus onipotente parecia uma temeridade, para a mentalidade ultra-feudal do Bakufu. Tal conceito representaria uma ameaça à autoridade absoluta do shogun.

Acresce que, entre os daimyôs da parte ocidental do Japão, havia vários convertidos à religião cristã desde a época de Hideyoshi e, entre eles, as ordens do bakufu nem sempre eram devidamente acatadas. Existiam, portanto, na nova religião, vários fatores de ameaça ao regime shogunal.

Ordem de fechamento do país (1639) — A Holanda era um país protestante, enquanto Portugal e Espanha eram católicos. Devido à rivalidade existente entre as duas correntes do cristianismo, os holandeses aconselharam o bakufu a cortar relações comerciais com os dois países ibéricos. Diziam que seria pernicioso a difusão do catolicismo no Japão.

O bakufu encetou uma severa perseguição aos cristãos, expulsando os sacerdotes e proibindo o culto da sua fé. Porém a fé cristã, uma vez implantada no coração de milhares de japoneses, não pôde ser aniquilada pela força. Japoneses em grande número cultivavam a religião de Cristo às ocultas e sacerdotes corajosos entravam clandestinamente no país.

Em face de tal situação, na época de Iemitsu, terceiro shogun Tokugawa, o bakufu baixou um decreto proibindo comunicações com o exterior. Proibiram-se, rigorosamente, as viagens dos "shuin-sen" e os japoneses que viviam no estrangeiro não puderam mais voltar à Pátria. Foi até proibida a construção de navios de grande calado, capazes de viagens de longo percurso.

No 14.º ano da Era Kwan-ei (1637) verificou-se o levante dos camponeses cristãos da península de Shimabara, no feudo do Hizen, ilha de Kyushu. A revolta teve como causa imediata a taxação exaustiva e o mau governo dos senhores de Shimabara e Amakusa. Os camponeses, em número superior a vinte mil, liderados por Shiro Amakusa e outros chefes, resistiram durante cinco meses ao ataque de mais de cem mil soldados do bakufu. Os holandeses que trabalhavam no escritório comercial de Hirado participaram, sob as ordens do bakufu, do ataque contra os revolucionários.

Depois da Rebelião de Amakusa, o governo Tokugawa intensificou a repressão ao cristianismo e, ao mesmo tempo, tornou mais rigoroso o isolamento do país. Expulsou os portugueses que se dedicavam ao comércio no porto de Nagasaki. A seguir, o escritório comercial holandês de Hirado foi transferido para Nagasaki. Dos ocidentais, somente navios batavos tinham permissão de entrar no Japão e isso no único porto franqueado, Nagasaki.

Navios chineses continuaram a aportar em Nagasaki, todos os anos. Entrementes, a dinastia dos Ming tinha desaparecido, e, em seu lugar, reinavam os Shin (Ching).

Cerca de quarenta anos depois da revolta de Shimabara, quase todas as relações com o estrangeiro foram rompidas, e o Japão entrou num período de completo isolamento. Com tal medida consolidou-se o governo da família Tokugawa, mas o povo japonês perdeu o contacto com o resto do mundo e a sua cultura ficou igualmente isolada.

Iconoclasmo e apostasia — O bakufu usou de todos os meios para exterminar o cristianismo. Havia ainda muita gente que, secretamente, cultuava a doutrina de Cristo. Para descobrir os fiéis ocultos, o governo ofereceu prêmios aos que os denunciassem. Muitos padres e crentes foram, assim, sacrificados. O bakufu adotou também o processo de mandar pisar imagens de santos para descobrir os fiéis. E ordenou que todos os japoneses se convertessem ao budismo, tornando obrigatória a apresentação de uma declaração em que o súdito japonês afirmava não ser cristão. O documento era entregue aos templos budistas. Por todos os meios o governo shogunal procurou incutir o terror do cristianismo no espírito popular. E o conseguiu em grande parte.

Dejima — O escritório comercial holandês ficou instalado em Dejima, Nagasaki. Tratava-se de uma área do mar que fora anteriormente aterrada para estabelecer ali as residências dos negociantes portugueses.

Durante anos, navios holandeses chegavam a Dejima, desembarcavam mercadorias e levavam artigos adquiridos no Japão para portos estrangeiros. Fios e tecidos de seda, bem como tecidos de lã figuravam entre os artigos importados. Na volta o navio carregava ouro, prata, cobre, cânfora, porcelanas, charão e outros produtos nipônicos. Estes artigos de exportação eram enviados à Europa, por intermédio de comerciantes holandeses. Eram igualmente vendidos na China e outros países asiáticos.

Estavam os holandeses de Dejima proibidos de sair desse distrito, mas o seu chefe tinha autorização de visitar, uma vez por ano, o shogun e, para isso, se dirigia a Yedo. Nessas viagens periódicas podia êle observar os costumes dos japoneses e estudar a situação do país. Seus relatos foram os únicos instrumentos pelos quais os europeus vieram a saber da situação japonesa, depois da lei do isolamento. Por sua vez, o bakufu podia ter conhecimento, superficial embora, da

situação mundial, através do relatório anual apresentado pelo diretor do escritório comercial batavo de Dejima.

4. *Relações entre o trono e o bakufu.*

Atitude do shogunato Tokugawa em relação à corte de Kyoto — Eis um assunto interessante. Como tratava o bakufu a corte de Kyoto? Sabemos que o shogunato Ashikaga ignorou praticamente a existência do imperador, que, somente no tempo de Oda e Toyotomi, começou a receber homenagens e tributos dos poderosos chefes guerreiros, que dominavam, de fato, a administração do Japão.

Iyeyasu adotou uma política capciosa e sagaz. Conhecendo a grande ascendência espiritual do trono sobre o povo, procurou intensificar o respeito devido ao imperador. Mas limitou-se ao respeito "espiritual", religioso, e não político. Fêz tudo para diminuir a influência política de Kyoto. Ao invés de ser o trono o supremo centro político-administrativo e espiritual ao mesmo tempo, não passava agora de simples símbolo da unidade espiritual do povo. O perspicaz shogun compreendeu que, depois do longo período de guerras civis, existia uma forte inclinação popular a favor da restauração da autoridade temporal do soberano. Não desejando, porém, entregar-lhe as rédeas do governo, procurou ofuscar o povo com a fulgurância do poder espiritual que se atribuía à coroa. Ao invés de "sumeragui" (imperador), o soberano recebia agora o termo de respeito "amatsukami" (Deus do céu) que lhe atribuía os servidores do bakufu. E Tokugawa concentrou todos os podêres terrestres em suas próprias mãos. Sob o pretexto de defender o palácio imperial, mandou estacionar uma guarnição escolhida em Kyoto para vigiar os movimentos do Tennô. E nomeou um príncipe de sangue real para o cargo de chefe do templo budista de Rinwoji, de Uyeno (Yedo). Na verdade,

o príncipe não passava de refém político à disposição do shogun despótico. E nenhum daimyô podia visitar o imperador sem expressa autorização do shogun.

O imperador ficou, assim, completamente isolado, tomou-se uma figura misteriosa, quase lendária, quase invisível. Considerado altíssimo, nobilíssimo, intocável e sagrado, vivia segregado no palácio semi-oculto de Kyoto.

Posição dos "kugue" — E os "kugue"? Já os conhecemos. São nobres chegados ao trono, muitas vezes ligados a este por laços de parentesco, que gozam de prestígio todo especial na corte. Na época de Heian dirigiram a administração do Japão. Tokugawa adotou em relação a eles a mesma política seguida no tocante ao soberano. Garantiu-lhes a subsistência, mas arrebatou-lhes todo o poder político. Continuavam os kugue a serem designados ministros e dignitários da corte, mas sua influência era nula. Nenhuma relação tinham com o shogunato, que, verdadeiramente, governava todo o Japão.

CAPÍTULO VIII

YEDO E OSAKA

1. *As cidades e os campos.*

Bushi e lavrador — Nesta época, os daimyôs haviam construído seus castelos-fortaleza nas maiores cidades do interior. Os bushi, que serviam aos daimyôs, viviam em redor dos castelos. Os samurais começaram a viver nas cidades depois do sangrento período das guerras civis ("Sengoku-jidai"). Antes, moravam nos campos e também os lavradores lutavam, de armas em punho, em caso de guerra. Depois que os bushi abandonaram os campos, os lavradores não mais precisaram participar das lutas armadas, podendo dedicar-se de corpo e alma ao amanho da terra.

O bakufu considerava a agricultura o mais importante ramo da produção. Tinha especial cuidado com a cultura do arroz, porque a importância das propriedades de um daimyô era aferida pela quantidade de arroz nelas produzida. A essa quantidade se dava o nome de "kokudaka", sendo o "koku" uma unidade de volume equivalente a cerca de 180 litros. O bakufu, por exemplo, possuía 4 a 8 milhões de "koku", enquanto que, mesmo os daimyôs mais abastados, não possuíam mais de um milhão de "koku". Os samurais que estavam a serviço dos daimyôs recebiam, como pagamento, determinada quantidade de arroz, variável conforme a classe ou categoria da função que ocupassem na hierar-

quia de vassalos do shogun. Por isso, a começar pelo próprio bakufu, todos os daimyôs estimulavam a lavoura. Terras abandonadas foram aproveitadas, pantanais das proximidades do mar foram aterrados para a produção rizícola e outras. Da China e outros países vieram novas plantas, aumentando a variedade de culturas. Também os navegantes ibéricos muito contribuíram para o cultivo de novas espécies de vegetais no Extremo Oriente. Assim, a batata doce, a abóbora, o fumo, etc, introduziram-se, pela primeira vez, no Japão, na época em apreço. A batata doce, originária da América do Sul, passou à China, de onde entrou no Japão, através de Ryukyû e Satsuma (Kagoshima), razão porque também é conhecida pelo nome de "Satsuma-imo" (batata de Satsuma). A abóbora, igualmente originária da América, entrou no Nipon por Cambodja, na Indochina, e, por isso, recebeu a denominação de "cabotcha" em japonês. Das Filipinas veio o fumo, no tempo de Iyeyasu.

Situação das zonas rurais — As zonas rurais gozavam de certa autonomia. Cada aldeia possuía o seu chefe ("shoya"). (7)

Os lavradores precisavam cotizar entre si os tributos anuais impostos pelo governo central para a sua aldeia. Havia o sistema do "grupo de cinco", que consistia em reunir, sob um chefe, blocos de cinco famílias para se auxiliarem nos trabalhos cotidianos e dividirem as responsabilidades perante os poderes públicos. Um dos objetivos visados com a organização dos "grupos de cinco" era a vigilância dos cristãos.

Muito embora o agricultor gozasse de um status social elevado, colocado logo depois do samurai, sua vida era consideravelmente mais pobre do que a dos comerciantes e artesãos. Isso porque o bakufu interferia na vida dos lavradores, estabelecendo-lhes regulamentos minuciosos e impondo-lhes medidas restritivas, para impedir que eles se entregassem ao ócio ou se rebelas-

(7) Em Kwantô chamava-se "Nanushi."

sem. As restrições chegavam ao cúmulo de proibir que os camponeses se alimentassem do arroz que eles próprios produziam. Nem lhes era permitido usar roupa de seda ou possuir uma casa confortável. Também lhes proibiam montar a cavalo. Eram obrigados a trabalhar durante o ano inteiro, sem possibilidade de melhorar suas condições econômicas. Por isso, em épocas de crise econômica, verificavam-se com frequência sangrentos levantes e motins de camponeses, sempre sufocados a ferro e fogo. Os que escapavam com vida do combate com as forças do shogun, eram sumariamente executados. Segundo o professor Kuromasa, nada menos de 574 casos de motins de lavradores ocorreram no período Tokugawa, o que mostra como o descontentamento lavrava intenso na classe dos camponeses, considerada a mais pacífica e ordeira do Japão feudal.

Chonin (ao pé da letra, "gente de cidade"). — *Chonin* era o termo com que se designavam os negociantes e artesãos. Os samurais, que consideravam os lavradores elementos preciosos para a produção, desprezavam em geral os "chonin", em particular os negociantes, por considerar que estes ganhavam dinheiro sem despender nenhum esforço. Por essa razão, os homens do comércio, na hierarquia social de então, figuravam na classe baixa. Entretanto, havia comerciantes riquíssimos que, na realidade, levavam vida mais opulenta do que muitos daimyôs. Alguns senhores feudais eram devedores de negociantes ricos, inferiores àqueles na escala social.

Os comerciantes reuniam-se em cidades e portos e organizavam sociedades para a defesa da classe. Tais entidades dispunham de grandes poderes e casas comerciais de renome ocupavam os melhores pontos dos centros urbanos. Realizavam-se igualmente feiras muito movimentadas. Mercadorias eram transportadas de uma cidade a outra e de um porto a outro, em cavalos ou navios. Desaparecido o comércio com o exterior, o movimento comercial interno se intensificou conside-

ravelmente. Foi nessa época que se abriu o comércio de cabotagem entre as costas do Mar do Japão e a costa do Pacífico ou os portos do Setonaikai.

Yedo e Osaka tornaram-se as cidades mais prósperas e adiantadas do Nipon.

2. *Período de Guenroku. (Guenroku-jidai) — (1688-1783).*

Decretado o isolamento e consolidado o regime, o país entrou numa fase de paz interna. O "shogun" e os daimyôs que residiam na metrópole e os samurais, seus vassallos, foram se habituando, aos poucos, à vida luxuosa da cidade.

Luxo e pompa caracterizaram os costumes da época. Vestidos e faixas de lindas cores, penteados caprichosos e pinturas cuidadosas tornavam as mulheres sumamente atraentes. O próprio mobiliário e objetos de uso caseiro assumiram formas e cores vistosas.

O teatro "kabuki" e "joruri" de marionetes tiveram grande desenvolvimento. Monzaemon Chikamatsu, de Osaka, produziu, nessa época, grande número de excelentes "joruri".

A criação do "Joruri" — espécie de balada dramática que consiste em cantos e recitativos com acompanhamento de "shamisen" — veio preencher a lacuna deixada pela decadência do "no" — drama lírico clássico — e foi sua iniciadora Ono-no-Otsu que compôs "História da Senhora Joruri" ("Joruri-hime Monogatari"). Essa balada é inspirada nos amores de Yoshitsune Minamoto com uma dama chamada Joruri. Fez a sua estréia com acompanhamento de shamisen, o que constituiu uma inovação no gênero teatral.

Gidayu Takemoto, cantor de "joruri" que apareceu posteriormente, popularizou esse gênero de balada teatral. Gidayu celebrou-se tanto, que hoje em dia seu nome é sinônimo de "joruri".

Do "joruri de marionetes surgiu a adaptação ao "kabuki", drama cantado e dançado, que, agradando imensamente ao gosto popular da época, absorveu os gêneros teatrais então existentes e desenvolveu-se até adquirir a sua forma atual.

Surgiram romances que pintavam a vida dos "bushi" e "chonin", sendo dignos de especial destaque as obras de Saikaku Ihara.

Em contraste com a vida animada e brilhante da época surgiu o "haikai", que procura a tranqüilidade espiritual, em comunhão com a natureza, cujos segredos sintetiza em versos minúsculos de dezessete sílabas. Bashô Matsuo, considerado o "santo do haikai", deixou inúmeros haikai de estro e lavra inimitáveis.

Além do "haiku" (haikai) existe o "senryú", também de 17 sílabas, e que surgiu bem depois do primeiro. No "senryú" procura-se exprimir humorística e epigramaticamente os hábitos e qualidades do homem e da sociedade ou seus sentimentos.

O "ukiyo-ye", muito conhecido no Ocidente, teve um dos seus períodos mais brilhantes na época de Guenroku. "Ukiyo-ye" significa, originariamente, quadro da sociedade alegre (8). Era muito apreciado pelo povo e as reproduções em xilogravura eram muito procuradas. Mais tarde, apareceram xilogravuras em policromia, muito bonitas. Hiroshigue Ando ou, simplesmente, Hiroshigue, como é mais conhecido, pintou as célebres "53 estalagens do Tokaiodô". Outro artista do mesmo gênero, que se celebrou na época, foi Toyokuni Utagawa.

Dá-se o nome de "moda de Guenroku" ao hábito do luxo, que resultou da vida dos ricos chonins de Yedo e Osaka, nos últimos vinte anos do século XVII e início do século XVIII. Foi um dos períodos de maior desenvolvimento intelectual e artístico da história japonesa. Ainda hoje temos "desenho a Guenroku", "manga

(8) *Ukiyo-ye* — representava, quase sempre, cenas e personagens de Yoshiwara, bairro alegre de Yedo, ou do teatro popular.

Guenroku", que são lembranças da moda daquela época. Consta ainda que o "origami" (trabalho manual para confecção de objetos de papel) e o jogo de "Dochü-Sugoroku" (semelhante ao gamão) entraram nos hábitos japoneses no "Guenroku-jidai".

Minas e moeda — No período das guerras civis, os daimyôs intensificaram a exploração das minas nos seus territórios, com isso ganhando a técnica da mineração. Os conhecimentos técnicos mais adiantados da China e da Europa foram também nessa época introduzidos no Japão. Iyeyasu procurou colocar sob o domínio do bakufu todas as minas importantes, a fim de obter maior quantidade de ouro e prata. Entre as minas mais conhecidas pela sua produção figuram as de Sado e Iwami. Empregando o ouro e prata extraídos das minas, o bakufu cunhava moedas de curso obrigatório em todo o território nacional. O "ohban" e "koban" da época de Keichô eram as moedas mais valiosas e bem feitas.

Entretanto, na época de Guenroku, o bakufu recorreu ao processo de recolher as moedas de boa qualidade, então em circulação, para substituí-las por outras, de qualidade inferior. O esplendor criado pela riqueza dos chonin provocou o aumento das despesas do governo e este não teve outro recurso senão aumentar a emissão. E isso somente era possível à custa da desvalorização da moeda. O crescente esbanjamento do bakufu criou uma situação precária para o Tesouro. No entanto, como é fácil compreender, a desvalorização da moeda provocou a alta dos preços, a inflação, criando uma situação difícil para os pobres.

Posteriormente, o sábio Hakuseki Arai, que servia ao shogunato, apontou o erro do governo e opinou que deveria ser adotada novamente a moeda sadia de outrora para restabelecer a situação financeira do país. Sustentou Arai que uma das causas da crise financeira que afligia o bakufu era proveniente da saída de ouro

e prata para o estrangeiro. Acrescentou que, para controlar a exportação dos minerais, tornava-se necessário fixar o número de navios estrangeiros que vinham anualmente a Nagasaki, bem como reduzir a importação de artigos. Aceitando as sugestões de Arai, o bakufu restringiu o comércio exterior, então realizado através do porto de Nagasaki, único autorizado a permitir a entrada de embarcações alienígenas.

Hakuseki Arai foi um sábio notável, que, não somente estudou as questões econômicas da época, como procurou informar-se, o mais minuciosamente possível, da situação mundial, e pesquisou ainda a história e língua japonesas do passado.

Yoshimune Tokugawa — Yoshimune, oitavo shogun Tokugawa, esforçou-se por restaurar o poderio do bakufu, então em decadência. Começou por acabar com os luxos dispendiosos da corte do shogun e aconselhar o povo a reduzir os gastos, eliminando tudo que fosse supérfluo, a fim de restabelecer as finanças abaladas pelas extravagâncias que haviam-se tornado hábito desde a era de Guenroku. E, no terreno político, adotou uma atitude relativamente liberal. Para que o povo pudesse apresentar suas sugestões e queixas ao próprio shogun, estabeleceu o sistema de caixas receptoras de queixas e reclamações. Yoshimune foi criterioso também na escolha de seus auxiliares. Entre estes, destaca-se o famoso Tadasuke Ooka, prefeito de Yedo. Os prefeitos das cidades principais de então acumulavam também o cargo de juiz. Ooka celebrou-se pelos seus sábios julgamentos e, ainda presentemente, se contam numerosos casos de "justiça de Ooka". Citaremos apenas um exemplo para mostrar o bom senso do juiz Ooka, "prodígio de ciência e de sagacidade," segundo Gowen.

Certa vez duas mulheres apareceram no tribunal presidido por Ooka, reclamando a posse de uma crian-

ça. Ambas sustentavam ser a mãe legítima e de fato do bebê. Ooka ouviu as partes e depois disse: "Pois bem. A criança pertencerá àquela que conseguir ficar com ela, numa disputa à força".

As duas mulheres agarraram, cada qual num braço do garotinho, e puxaram para o seu lado. Como é natural, o pimpolho começou a chorar. Uma das mulheres largou o bracinho que segurava. A outra ia sair, vitoriosa, certa de ter ganho a causa, com a criança em seus braços, quando o juiz ordenou: "Entregue a criança à sua mãe legítima, que largou o braço ao ver que estava machucando o filho".

Yoshimune julgou de vital importância estimular a produção e mandou examinar as terras das províncias e abrir novos arrozais e hortas, empenhando-se particularmente no aumento da cultura de arroz. E para fazer face aos anos de escassez de gêneros alimentícios, determinou o incentivo à plantação de batata doce, o estudo da fabricação do açúcar de cana, etc. Kon-yô Aoki, um estudioso de assuntos agrícolas, foi incumbido de cultivar batata doce no jardim de plantas medicinais pertencente ao bakufu, em Koishikawa. Por isso Kon-yô recebeu o apelido de "professor Batata". A êle se deve a difusão da cultura desse tubérculo no Japão.

Tendo o próprio shogun dado o exemplo, no estímulo à produção, os daimyôs também se esforçaram no sentido de desenvolver as indústrias dos seus domínios. Datam dessa época, por exemplo, a cultura de fumo de Kagoshima-ken, a sericicultura de Gumma-ken e Nagano-ken, a indústria de sal de Shikoku e Chugoku, que hoje constituem importantes fontes de produção do país.

Amante dos esportes, Yoshimune organizou falcoarias, competições de natação e convidou cavaleiros holandeses para ensinar a equitação ocidental aos samurais.

3. Os estudos.

Confucionismo e "tera-koya" — Já vimos que a doutrina de Confúcio teve ampla difusão nos meios cultos nipônicos desde a mais remota antigüidade (século V). Ao inaugurar o seu shogunato, íyeyasu procurou assegurar a ordem pública pelo ensino dessa doutrina. E deu funções importantes ao sábio Razan Hayashi, a fim de orientar a administração pública, colecionou livros e, usando tipos de cobre, mandou imprimir antigas obras de autores chineses. A arte tipográfica fora introduzida no Japão na época de Hideyoshi e coube a íyeyasu difundi-la.

O confucionismo teve um surto digno de nota. Toju Nakae, de Ohmi, Jinsai Ito, de Kyoto, Sorai Oguiu e outros estabeleceram teorias morais interessantes, baseadas, em geral, na doutrina do eminente sábio chinês. Estes estudiosos tinham, entretanto, a tendência de enaltecer a cultura chinesa, com prejuízo da nacional. Havia um predomínio quase absoluto da sinologia, em detrimento dos estudos nacionais. Numa espécie de reação nacionalista contra tal tendência, Ansai Yamasaki e Sokô Yamaga estabeleceram novas teorias baseadas no shintoísmo e no "kangaku" (estudo das letras chinesas).

É interessante observar aqui que, entre as várias escolas formadas pelos principais discípulos de Confúcio, a que mereceu acolhida oficial por parte do bakufu Tokugawa foi a de Chu-Hsi (Shushi). Razan Hayashi e Ansai Yamasaki, já citados, figuram entre os maiores cultores da doutrina de Chu-Hsi.

Em oposição à escola "oficial" do confucionismo, surgiram os seguidores da doutrina de Wang Yang-ming (Wo-Yômei), que exerceu poderosa influência sobre a evolução ideológica e política das classes cultas do país. Não podemos, numa obra limitada como esta, entrar nos pormenores das doutrinas dos maiores discípulos de Confúcio. O que convém adiantar é que, embora originárias de um mesmo tronco, a dou-

trina de Chu-Hsi (1130-1200), adotada por Iyeyasu e seus descendentes, e a de Wang Yang-ming, seguida pelos estudiosos independentes e monarquistas, foram abraçadas por duas correntes antagônicas no Japão: a dos sábios que serviam ao bakufu e a daqueles que, aos poucos, foram reconhecendo, à luz dos ensinamentos da história pátria aliados à doutrina wanguiana, a necessidade de restituir ao trono os seus direitos e prerrogativas.

Resta lembrar, ainda, que o confucionismo havia se refugiado, durante as agitações das épocas de Muro-nachi e das guerras civis, nos templos da seita Zen.

Com o apoio recebido do bakufu de Yedo, teve novo surto o estudo do confucionismo, que foi também aos poucos nacionalizado, tal como aconteceu com o budismo e outras formas de cultura importadas. Diga-se de passagem que o povo japonês mostrou, no decorrer do seu longo passado, inegável tendência para aceitar e assimilar culturas alienígenas, transformando-as aos poucos, dando-lhes caráter próprio. Foi o que aconteceu, notadamente, com o budismo e o confucionismo.

Voltando à época de Yedo, de que estávamos falando, devemos citar Ekken Kaibara que difundiu a doutrina de Confúcio nos meios populares, numa linguagem simples, acessível a todos; Baigan Ishida, que procurou expor uma teoria eclética do confucionismo, shintoísmo e budismo, de modo compreensível aos próprios analfabetos; Sontoku Ninomiya, que explicou a moral dos lavradores e exerceu duradoura influência entre a gente dos campos.

Com o escopo de difundir os estudos do confucionismo, o bakufu instalou um instituto de estudos em Shoheisaka, de Yedo. Também os feudos regionais abriram escolas com idêntica finalidade. Filhos de samurais recebiam ensinamentos de Confúcio em tais estabelecimentos.

Nas vilas e aldeias, as crianças se reuniam nos templos budistas para aprender a ler e escrever. O

mestre ficava numa mesa, na frente da sala, e os alunos, em mesas pequenas, aprendiam a caligrafia ou eram chamados à frente do professor para ler. Tais casas de ensino chamam-se "terakoya".

Estudo dos clássicos nacionais — Com o estudo intensivo da doutrina de Confúcio, abriu-se o caminho para estudos novos, sem se prender às opiniões e orientações traçadas por sábios antigos. Espíritos independentes começaram, então, a surgir, contribuindo para rasgar novas perspectivas aos estudos relativos à literatura nacional.

Surgiram estudiosos da língua e história da antiguidade do Japão. O "Manyô-shû", "Kojiki", etc, foram reexaminados e estudados a fundo, a fim de se conhecer o Japão de antes da introdução do confucionismo e budismo. Este estudo dos clássicos nacionais tinha o nome de "kokugaku". Norinaga Motowori, de Ise, estudou durante toda a sua vida o "Kojiki" e escreveu a "Interpretação do Kojiki", que influiu poderosamente na transformação política do Japão nos anos que antecederam à grande Reforma de Meiji.

Os escritos antigos, quaisquer que sejam, constituem elementos importantes, pelo menos para o estudo da situação social da época em que foram redigidos. Outro estudioso, contemporâneo de Norinaga, chamado Hokichi Hanawa, reuniu uma coleção de livros antigos e os imprimiu de modo a evitar a perda de importantes documentos. Mitsukuni Tokugawa, (9) daimyô de Mito, reuniu velhos livros e documentos relativos à história do Japão, mandou copiar muitos deles e, depois de um longo e paciente trabalho de elaboração, publicou a "Grande História do Japão" ("Dainipon-shi").

Estudos holandeses — Enquanto os portugueses mantinham ativo comércio com o Japão, absorveu este, continuamente, novos conhecimentos da Europa, mas,

(9) Parente próximo do *Shogun*.

depois da ordem de fechamento do país, baixada no tempo do terceiro shogun Iemitsu, o povo nipônico ficou praticamente isolado do resto do mundo. Nenhuma notícia ou informação sobre o que se passava no estrangeiro era divulgada, não havia nenhum meio de comunicação com os países da Ásia ou da Europa.

Mas com a intensificação, entre os estudiosos, do desejo de ampliar e aprofundar seus conhecimentos, surgiram homens instruídos que procuravam entrar em contacto com a civilização européia, através da cultura holandesa. E, para isso, estudavam o idioma batavo.

O governo havia proibido terminantemente a importação de livros europeus que navios chineses traziam a bordo. Yoshimune, porém, abrandou a medida, autorizando a entrada de livros que não tivessem relação com o cristianismo. Êle próprio gostava de estudar as ciências e artes da Europa, interessando-se especialmente pela astronomia. Certa vez, mandou montar um telescópio para observar o sol e as estrelas. Yoshimune ordenou que Kon-yô Aoki estudasse a língua holandesa.

Por essa época, apareceram os primeiros médicos japoneses interessados em estudar a medicina holandesa. Ryotaku Maeno se dirigiu a Nagasaki, onde aprendeu o holandês e obteve livros batavos. Guenpaku Suguita, juntamente com Ryotaku, realizou, pela primeira vez no Japão, a autópsia de um cadáver, num criminoso executado na forca de Kozukahara, Yedo. Ambos tiveram a satisfação de confirmar, experimentalmente, a exatidão das teorias contidas nos livros de medicina europeus. Suguita continuou a estudar o holandês e publicou, depois, um livro de anatomia — o primeiro no país — traduzido do holandês.

Hangaku" era o nome dado ao estudo da língua e assuntos holandeses e seus cultores se chamavam rangakusha". A maioria destes era constituída de médicos que se esforçaram por introduzir os conhecimentos adiantados da Europa no Japão.

Entre os funcionários do escritório comercial batavo havia excelentes médicos, que orientavam e ensinavam os "rangakusha". Destarte, cirurgia e clínica, bem como outros conhecimentos técnicos medicinais, foram difundidos no Japão.

A botânica e a química, que têm íntima relação com a medicina, entraram no país, por intermédio de livros holandeses.

Funcionários do bakufu, encarregados de estudar os fenômenos astronômicos, instruíram-se sobre astronomia em livros batavos e, quando havia dúvidas, procuravam obter esclarecimentos do holandês que se apresentava a Yedo, uma vez por ano, para trazer os cumprimentos de Dejima ao shogun. Paralelamente à astronomia, introduziram-se também no Japão a geografia, cartografia, etc. Tadataka Inô, por ordem do bakufu, percorreu, nessa época, todas as províncias e, não obstante a sua idade avançada, conseguiu fazer um mapa exato do país.

Conhecimentos sobre artilharia e arte militar foram, igualmente, assimilados pelos nipônicos ávidos de saber. Peças de artilharia foram construídas e o sistema de instrução militar europeu foi adotado.

Contudo, o povo em geral ignorava o que se passava fora das fronteiras nacionais. Não tinha conhecimento, igualmente, do progresso científico da Europa. Mas o bakufu procurava introduzir o "rangaku", tratava bem os "rangakusha" e, por intermédio dos holandeses, obtinha conhecimento da situação mundial.

CAPÍTULO IX

QUEDA DO BAKUFU

1. *Tendências do mundo.*

Países europeus — Continuava a reinar paz interna, em resultado do longo isolamento do país. Entremettes, na Europa, a Holanda, que, mantendo comércio com o Oriente, se havia tornado uma grande potência, entrara em decadência e a Inglaterra surgia como nova potência industrial. Estava se processando a "revolução industrial", em consequência da invenção da máquina a vapor, e navios ingleses, com base na Índia, vinham até os portos chineses. Os Estados Unidos da América do Norte, que proclamaram sua independência da Inglaterra, anexaram novos territórios até a costa do Pacífico e, pouco depois, iniciavam o comércio com a China. Nas viagens transpacíficas eram agora empregados navios a vapor em substituição aos barcos de vela. Baleeiras americanas e inglesas, que começaram a entrar em atividade nessa época, surgiam, às vezes, nos mares próximos do Japão.

Da Sibéria à região das Curilas (Chishima), fazia-se sentir a influência do império czarista. Essa região era rica em marta, lontra do mar e outros animais, cujas peles, apreciadíssimas na Europa, alcançavam preços elevados. O avanço dos russos para o oriente era estimulado pelo seu desejo de obter peles.

Para esses países ocidentais, o isolamento do Japão constituía um óbice ao desenvolvimento do seu comércio no Extremo Oriente. E, por outro lado, desejavam estabelecer relações comerciais com o Japão. Por isso propuseram ao bakufu a abertura dos portos japoneses ao comércio exterior. Houve, porém, muita resistência e relutância, no começo, da parte do governo de Yedo.

Terra dos Yezo e russos — Hokkaido pertencia, então, ao feudo de Matsumae e se chamava Terra dos Yezo (*Yezochi*). Poucos eram os japoneses residentes naquela ilha setentrional e pouco conhecida, no resto do país, a sua geografia. No tempo do décimo primeiro shogun, Ienari, ou, mais exatamente, no 4.º ano da Era Kwansei (1792), emissários russos chegaram a Matsumae e propuseram o estabelecimento de relações comerciais, mas o bakufu não concordou com a proposta. Nessa ocasião, o navio russo trouxe alguns naufragos japoneses que haviam sido salvos por embarcações russas e levados ao país do tzar, onde foram muito bem tratados, segundo revelaram depois de repatriados. Trouxeram muitas novidades, que os "gakusha" patrícios logo procuraram saber. E, assim, pela primeira vez, alguns estudiosos nipônicos ficaram de posse de bons conhecimentos sobre a situação da Rússia.

Depois, o bakufu, receando provavelmente uma possível invasão estrangeira, nomeou um interventor para Hokkaido e colocou a ilha sob sua direta fiscalização e administração. Por ordem do governo, Rinzo Mamiya explorou a ilha de Karafuto (Sakalina). Até então, acreditava-se que Karafuto fosse um prolongamento do continente, mas Mamiya esclareceu, pela exploração que realizou, tratar-se de uma ilha de forma alongada. O estreito que separa a ilha do continente recebeu, por isso, o nome de Estreito de Mamiya.

Inglaterra e Holanda — Em vista do freqüente aparecimento de embarcações estrangeiras nas costas nipônicas, o bakufu reforçou a defesa das mesmas. No 8.º ano da Era Bunsei (1825) baixou ordem a todos os daimyôs para que canhoneassem e expulsassem os navios alienígenas que aparecessem nas costas, quaisquer que fossem os motivos e as circunstâncias desse aparecimento. Obsecado ainda pela idéia do isolamento rígido, o bakufu não queria nenhum contacto com o exterior. Posteriormente, os "rangakusha" Kwazan Watanabe e Choei Takano opuseram-se a essa política, declarando que ela resultava da ignorância a respeito da situação mundial. E foram castigados. Ambos se suicidaram, depois de implacavelmente perseguidos pelo governo shogunal. Isso aconteceu em 1839 (10.º da Era Tempô).

No mesmo ano, a China entrou em guerra com a Inglaterra, devido à questão da importação de ópio da Índia. Tendo sido derrotada, firmou um tratado de paz, pelo qual cedia Hong Kong à Inglaterra e abria os portos de Tientsin, Cantão, etc, ao comércio internacional. Ao ter conhecimento do resultado desse conflito armado, chamado "guerra do Ópio", o bakufu ficou seriamente preocupado com a segurança do país e resolveu abrandar um pouco as severas ordens relativas à entrada de navios estrangeiros. Mas, apegado à tradição — característica do regime feudal — e seguindo, sem crítica, os ensinamentos dos antepassados, o shogun não quis modificar a política isolacionista.

Também, quando chegou um emissário do rei Guilherme II da Holanda, para aconselhar a abertura dos portos, o governo de Yedo não aceitou o conselho.

Enquanto o bakufu se mantinha fiel à tradição e a velha política isolacionista, os demais países orientais estreitavam suas relações com as potências ocidentais. Já não era possível ficar somente o Japão afastado da marcha dos acontecimentos mundiais.

A força dos chonin.

Bushi e chonin — Desde que os bushi começaram a viver a vida de ócio e luxo das grandes cidades como Yedo e Osaka, a posição dos chonin melhorou consideravelmente, embora na hierarquia social ocupassem posição inferior à dos primeiros. Originariamente os samurais desprezavam os chonin e o dinheiro. Mas, com o aumento dos gastos provenientes do luxo, os bushi não tiveram outra alternativa senão trocar o arroz, que recebiam dos seus senhores como remuneração do serviço, pelo dinheiro. Assim, tornou-se comum o envio, por daimyôs, de arroz e outros produtos das províncias a Yedo ou Osaka para vendê-los aos chonin. Estes, que dispunham de dinheiro, foram, aos poucos, substituindo os bushi em sua influência na direção real dos negócios do país, embora não aparecessem publicamente. Constituíam já uma verdadeira força no terreno econômico.

O bakufu tentou modificar a situação. Sadanobu Matsudaira, que se tornou "rojû" na era de Kwansei, ordenou uma severa economia nos gastos e aconselhou a frugalidade. Ordenou aos daimyôs que guardassem gêneros para os anos de fome e também instituiu órgãos destinados a socorrer os indigentes. Os asilos dos velhos, hoje existentes, são lembranças das medidas tomadas pelo estadista de Tokugawa.

Entretanto, os esforços de Matsudaira tiveram apenas um resultado limitado. Depois de sua demissão, voltou a reinar a dissipação e os bushi foram obrigados a recorrer, cada vez mais, ao dinheiro dos chonin.

Tadakuni Mizuno, que ocupou o cargo de "rojû" na Era Tempo, tentou oprimir os chonin por métodos drásticos, o que redundou também em estrondoso fracasso.

Posteriormente, devido à necessidade de reforçar a defesa costeira, construir navios de guerra, etc, em face da agravação da situação internacional, o bakufu

teve que arcar com gastos cada vez maiores e suas finanças foram para pior.

Crítica era a situação interna e externa do país. O bakufu mostrava-se impotente para enfrentar a crescente complicação da situação política e econômica. Ante esse estado de coisas, aumentou o número de homens que desejavam a restauração do poder político do trono, longamente afastado, embora não desistido, da suprema direção administrativa do Estado. Samurais descontentes, que haviam deixado o serviço dos daimyôs, começaram a freqüentar os palácios e residências do "kugue" de Kyoto, tramando planos para o restabelecimento do governo da coroa.

Decadência da lavoura — Devido à exaustiva tributação, os agricultores levavam uma vida penosa e miserável. Não eram raros os que, abandonando ou entregando terras herdadas dos antepassados aos credores, fugiam para outros lugares ou iam trabalhar nas cidades, quando não passavam a mendigar. Essa fuga do trabalhador dos campos constituiu uma das causas da crise econômica em que se debatia o país.

Também foram freqüentes as calamidades naturais. Houve muita fome e miséria. Em 1771 um furacão devastou o Japão, destruindo a maior parte das colheitas e, em 1773, uma epidemia de peste causou a morte de 90.000 pessoas, em alguns meses. Pouco depois, em 1782, o Assama entrava em violenta atividade, soterrando grande número de aldeias sob suas lavas. A fome de 1783 tornou-se famosa na história, pois o povo viu-se obrigado a alimentar-se de cães, gatos, ratos, hervas, raízes e cascas de árvores.

O bakufu e os daimyôs das províncias procuraram socorrer os flagelados, por todos os meios, mas não conseguiram impedir a decadência geral da produção agrícola. Esta se agravou mais ainda, em consequência da falta de braços, pois a fome e as calamidades naturais (terremotos, furacões, peste) obrigaram os

camponeses a limitar ao mínimo a natalidade. Estabeleceu-se, mesmo, o costume de eliminar os recém-nascidos ou de provocar o aborto para evitar o aumento de bocas para alimentar. Segundo um estudo realizado pelo professor Honjo, a população japonesa permaneceu praticamente estacionária, de 1726 a 1846. Em 1726 era de 26.548.998 e, em 1846, de 26.907.625. Durante esse longo lapso de tempo, houve um ano em que a população diminuiu para 24.891.441 (1792). Muitos lavradores pobres não queriam conservar mais do que um filho. Os restantes, quando nasciam vivos, ou eram vendidos ou secretamente eliminados. Por aí se pode avaliar como devem ter sido difíceis as condições de vida dos campesinos nessa época atormentada.

Assim, definhou a lavoura, diminuindo a população e ficando abandonadas muitas terras. Acresce que a influência dos chonin, até então limitada às cidades, começou a se fazer sentir também nas zonas rurais. O lavrador, além de labutar de sol a sol, no campo, aproveitava as horas vagas da noite ou dias de chuva para tecer, fazer papel, etc, a fim de aumentar suas magras rendas. Mesmo assim, dentro de pouco tempo, as suas parcas economias passavam para as mãos dos chonin, gananciosos e hábeis no manejo do dinheiro.

O lavrador japonês, como acontece com os lavradores de todas as partes do mundo, era e é pacífico e conservador. Arraigado à terra, não deseja outra coisa senão obter boa colheita, viver decentemente segundo o padrão moral tradicional. Em geral detesta ou teme complicações com as autoridades constituídas, mesmo quando em seu pleno direito.

Entretanto, a situação da lavoura se tornara insustentável devido às exações do fisco e os vários fatores acima mencionados. Irrompiam freqüentes rebeliões de camponeses, quase sempre contra a má administração dos funcionários locais ou os próprios daimyôs.

Geralmente os chefes da revolta acabavam na forca, mas, na maioria dos casos, as reivindicações dos camponeses eram, pelo menos em parte, atendidas. Nos anos de fome verificaram-se também os assaltos aos depósitos de arroz ("kome sodô"). Armazéns de ricos comerciantes, fábricas de "sakê" e depósitos de cereais de latifundiários eram assaltados e saqueados, ou quando não, obrigados os seus proprietários a vender as mercadorias a preços baixos, aos atacantes. Tratava-se, pois, da rebelião dos pobres esfaimados contra ricos egoístas. O governo castigava severamente os chefes de tais movimentos e estabelecia rigorosas medidas de vigilância, ao mesmo tempo que fornecia, em alguns casos, arroz gratuito aos necessitados e mobilizava ricos e voluntários para socorrer os indigentes. Adotaram-se, também, medidas de economia do consumo de arroz, restrição na fabricação de sakê e outras providências.

Com a crescente agitação nos meios rurais, o espírito do camponês sofreu modificações. Tornou-se mais violento, menos comedido na sua conduta. Os samurais, por sua vez, haviam perdido a grande superioridade moral sobre os camponeses. A divisão de classes em samurais, lavradores, artesãos e comerciantes, rigidamente estabelecida pelo bakufu se tornara apenas formal. Não correspondia mais à realidade social da época.

Alguns estudiosos da economia preconizaram a reabilitação da lavoura como meio de solucionar a crise e imprimir uma nova orientação à vida econômica do país. Shinyen Sato foi um deles. Estudou a situação das províncias e pregou a necessidade da reforma da agricultura, citando exemplos do estrangeiro. Sustentou que, para enriquecer a nação, era preciso estimular a produção e ativar o comércio estrangeiro.

3. *Abertura dos portos.*

Tratado de Kanagawa — Logo depois de concluir o tratado de comércio com a China, os Estados Unidos propuseram, em 1853 (6.º da Era Kaei), a abertura dos portos nipônicos para estabelecer relações comerciais entre os dois países. Foi portador da proposta, assinada pelo presidente Millard Fillmore (1800-1874), o comodoro Matthew Calbaith Perry (1794-1858), que entregou a mensagem do seu governo ao bakufu, no porto de Uraga, de Sagami (Kanagawa-ken). As fragatas da Esquadra de Perry equipadas com armamentos modernos impressionaram os japoneses, que as denominaram *kurobune* (navios pretos). O governo de Yedo pediu que os Estados Unidos esperassem a resposta nípônica até o ano seguinte. Perry voltou à sua terra, prometendo tornar ao Japão dentro de um ano. A intenção dos americanos consistia em estabelecer depósitos de carvão em portos japoneses para abastecer os navios que atravessavam o Pacífico, nas suas viagens de ida e volta à China.

O bakufu comunicou a proposta estadunidense à corte de Kyoto e também decidiu ouvir a opinião dos dainiyôs das províncias. Quebrava o precedente de tudo resolver por si, o que redundou na perda do prestígio do governo shogunal. Vários daimyôs sustentaram que devia ser combatido o estrangeiro que ousava forçar a abertura dos portos nacionais. Nariaki Tokugawa, de Mito, parente próximo do shogun, foi um dos cabeças do movimento contrário ao franqueamento dos portos do país aos estrangeiros.

Contudo, o bakufu firmou um tratado de amizade com Perry, no ano seguinte, em Kanagawa, prometendo, ao mesmo tempo, abrir os portos de Shimoda e Hakodate.

Entre os vários presentes oferecidos por Perry ao shogun havia modelos de telégrafo e trem. Os japo-

nêses que nunca tinham visto tais máquinas ficaram realmente admirados com o progresso técnico-científico do ocidente.

Tratado de comércio nipo-americano — Depois de concluir, em 1854, o Tratado de Kanagawa com os Estados Unidos, o bakufu firmou tratados idênticos com a Inglaterra, Rússia e Holanda. Por essa época, chegou o primeiro côsul geral americano no Japão, Townsend Harris, que aconselhou o governo de Yedo a abrir os portos e estabelecer relações comerciais com o estrangeiro. Masayoshi Hotta, que ocupava o cargo de "rojû", depois de consultar Harris, elaborou um projeto de tratado e dirigiu-se a Kyoto para obter a autorização imperial. Entretanto, havia muitos elementos contrários ao franqueamento do país e a própria corte estava mais inclinada ao fechamento dos portos. Assim, Hotta não conseguiu a autorização imperial para os acordos comerciais.

Naosuke Ii, que se tornou "tairô" (regente), firmou em 1858, sem licença imperial, um tratado com os Estados Unidos, comprometendo-se a abrir os portos de Kanagawa, Hyogo, Nagasaki e Niigata ao comércio com aquele país. A seguir concluiu tratados semelhantes com a Holanda, Rússia, Inglaterra e França. Depois de cerca de 220 anos, desde a ordem de fechamento do país, baixada na Era de Kwan-ei, o Japão restabelecia o comércio internacional, abrindo suas portas a potências ocidentais.

Ii foi, porém, assassinado à porta do palácio de Yedo, por elementos xenófobos e monarquistas que o odiavam por ter desrespeitado uma determinação do imperador (1860).

Conseqüências da abertura dos portos — Decidida a abertura dos portos, estes adquiriram grande animação. Seda, chá, ouro e outros produtos nacionais começaram a escoar para o além mar. Do exterior comprava-se muito pouco: tecidos de algodão e lã e alguns outros artigos de menor importância. Por isso,

os exportadores e importadores auferiram grandes lucros. Entretanto, em conseqüência do incremento da exportação, os preços subiram no mercado interno, causando maiores dificuldades de vida aos bushi e ao povo em geral. Alguns julgaram que o bakufu, com a sua política de franquear o mercado interno ao estrangeiro, era culpado dessa elevação do custo de vida. E sonhavam em derrubar o shogunato e impedir a entrada de navios estrangeiros. Iniciou-se, assim, um movimento em prol do combate ao alienígena e ao bakufu. Este, já bastante enfraquecido, não dispunha de forças para impor a ordem no país, nem de firme determinação no tocante à sua política externa. E por isso pediu instruções à corte.

Os feudos de Sashû, Choshû, Doshû, etc, do Japão ocidental, pouca ligação tinham, desde o início, com o Tokugawa Bakufu. Com o decréscimo do poderio shogunal, esses feudos começaram a conspirar com Sanemi Sanjô e outros "kugue" de Kyoto, que planejavam derrubar o bakufu. Queriam, em suma, uma radical transformação do regime político.

Canhonicio de Shimonoseki — O feudo de Choshû procurou e obteve uma ordem do imperador para o bakufu expulsar os estrangeiros do país. De acordo com a ordem imperial, o bakufu marcou a data em que deveria ser iniciada a expulsão de estrangeiros. No mesmo dia, Choshû começou a canhonear todos os navios estrangeiros que atravessavam o estreito de Shimonoseki. Tal ato originou logo um grave caso diplomático, e no ano seguinte (1864), uma esquadra combinada da marinha americana, inglesa, francesa e holandesa bombardeou a cidade de Shimonoseki, infligindo pesada derrota ao feudo de Choshû. Na mesma época, o feudo de Satsuma (Kagoshima) foi igualmente atacado por navios de guerra ingleses, por causa do assassinio de um súdito de sua majestade britânica, ocorrido ali. Depois dessas amargas experiências, tanto o feudo de Satsuma (Sasshû) como o

de Choshû mudaram de atitude e tornaram-se defensores da idéia do franqueamento dos portos para o comércio exterior.

A Inglaterra era, entre as potências ocidentais, a que maior intercâmbio comercial mantinha com o Tapão. Percebendo que o bakufu havia perdido o poderio real, procurou aproximar-se dos feudos de Satsuma e Choshû, então líderes do movimento de restauração do poder monárquico.

Expedição punitiva a Choshû — Inicialmente, o feudo de Choshû possuía grande influência dentro da corte de Kyoto, mas Komei Tenno não gostou muito do seu extremismo e optou pela atitude mais moderada de Satsuma. Em 1864, o imperador afastou os elementos de Choshû da capital e proibiu a entrada de Sanemi Sanjô e outros nobres partidários daquele feudo no palácio imperial. Esses elementos procuraram, então, entrar à força em Kyoto e travaram combate com os soldados de Satsuma, Aizu, etc, fiéis ao trono.

Com o fito de punir Choshû, o bakufu enviou suas forças, que nada conseguiram devido à sua própria fraqueza e, principalmente, à existência de outros feudos, como o de Satsuma, que não mais obedeciam às ordens do governo de Yedo. Quando a guerra civil estava no auge (1868), faleceu o shogun Iemochi e, pouco depois, o imperador Komei. Subiu ao trono, então, o jovem imperador Meiji, com 16 anos de idade, que iria dirigir os destinos do Japão num dos períodos mais brilhantes da sua história.

Debandaram as forças punitivas enviadas contra Choshû. Nessa luta patenteou-se a fraqueza do bakufu. E o movimento em prol da abolição do shogunato, a fim de restaurar o pleno funcionamento da monarquia, adquiriu novo impulso.

Queda do bakufu — O feudo de Satsuma procurara, no começo, conciliar os interesses da coroa e do bakufu, mas compreendendo que o último já não

dispunha de nenhuma força moral ou política capaz de orientar a opinião nacional, dedicou-se à obra da destruição do regime shogunal. Foram líderes principais do movimento: Takamori Saigo e Toshimichi Okubo. Dentro da corte, trabalhavam com o mesmo objetivo vários "kugue", destacando-se entre eles Tomoni Iwakura. Também Takayoshi Kido, de Choshú, desempenhou papel saliente no movimento restaurador.

Não podia mais o bakufu ir contra a correnteza. Shojiro Goto, de Tosa (Doshú, hoje Kochi-ken) aconselhava, por esse tempo, a transferência do poder político das mãos do shogun para o imperador. Mas Yoshinobu Tokugawa, que subiu ao poder como 15.º shogun da sua família, ofereceu-se espontaneamente, a conselho do ex-feudatário de Tosa, Toyoshigue Yamauchi, para entregar as rédeas governamentais ao soberano. A oferta, naturalmente, foi aceita, e o poder político voltou às mãos do imperador. Terminava assim o shogunato Tokugawa, estabelecido por Iyeyasu 260 anos antes. Era também o fim do regime militarista (bakufu), inaugurado, cerca de 700 anos antes, por Yoritomo Minamoto.

Vimos, nestes três últimos capítulos, como Iyeyasu fundou o shogunato Tokugawa e consolidou o regime feudal centralizado. Seus descendentes aperfeiçoaram a organização do governo — uma autarquia política, econômica e cultural *sui generis*, sem precedente na História. Reforçando o sistema feudal centralizado, o bakufu assegurou a ordem interna e livrou-se da intromissão de influências estrangeiras. Durante mais de dois séculos, o país gozou de uma paz contínua, sem guerras intestinas nem dispendiosas aventuras no exterior. As artes e culturas tipicamente nacionais encontraram clima propício para o seu pleno florescimento, isentas de influência alienígena. A consciên-

cia nacional se firmou definitivamente no espírito do povo.

Se é verdade que, com o isolamento prolongado, o povo japonês ficou atrasado, afastado do progresso mundial — em particular no terreno da evolução científica — deixando, por exemplo, de participar do movimento da expansão colonial das potências marítimas ocidentais, não menos verdade é que o Japão teve um longo período de concentração e auto-aperfeiçoamento, que permitiu o "salto" realizado na era de Meiji, ante os olhos espantados do mundo, que via o império insular, até então ignorado e insignificante, transformar-se, em algumas décadas, numa das maiores potências do primeiro quartel do século XX.

Completado o ciclo feudal centralizado, o regime começou a entrar em decadência. Internamente, novas idéias fermentavam nos cérebros mais avançados, que, instintivamente, percebiam a aproximação de uma outra era e procuravam pôr em equação a política de isolamento em função do "mundo exterior", vislumbrado através da estreita janela dos livros holandeses. Externamente, os tentáculos das nações em plena ascensão industrial e capitalista sondavam os mares próximos do Japão, para uma possível conquista de novos mercados.

Desintegração da sociedade feudal — Apesar de se dar, genericamente, o nome de regime feudal centralizado ao sistema político-econômico do período Tokugawa, seus aspectos variaram com o tempo. Não houve, na realidade, uma rigidez absoluta.

Inicialmente o regime feudal predominante tinha a terra como principal meio de produção econômica e os camponeses constituíam a única classe produtora. Os "bushf formavam a classe dominante, privilegiada. Afastados da terra, os samurais do Yedo-jidai diferiam ti aqueles da época de Kamakura, que participavam dos trabalhos da lavoura. Eram alimentados pelos agricultores. Economicamente estavam na dependência

destes. Com a prolongada paz, a vida do povo tornou-se mais luxuosa e dispendiosa. Aumentou o gasto do erário. Produziu-se o desequilíbrio entre a receita e a despesa. Tanto o bakufu como os "han" (feudos) começaram a sentir dificuldades financeiras.

O governo, por seu turno, julgava necessário manter os camponeses em estado de penúria e ignorância tais que não haveria para eles, propriamente, a vida ou a morte. "Não os matar nem lhes permitir viver", era o slogan da política agrária da época.

Contudo, a taxação pesada tornou a existência do lavrador cada vez mais penosa. Como já vimos, para fugir à vida de miséria, muitos camponeses se dirigiam para as cidades ou mudavam de profissão, dedicando-se, por exemplo, ao comércio no interior. Limitavam a natalidade ou faziam o "desbaste" dos filhos. A falta de braços nos campos aumentou o desnível entre ricos e pobres. Os levantes de camponeses constituíram métodos violentos para solucionar a crise.

Esta atingiu a própria estrutura do regime, porque já se tornava impossível sustentar os "bushi" com a produção dos homens do campo. Acresce que, além da terra, desenvolveram-se outros meios de produção, como o comércio e o artesanato, difundiu-se o uso da moeda, cresceram as cidades, os chonins adquiriram influência econômica. Estava se processando, evidentemente, a desintegração da "economia da terra", surgindo, em seu lugar, a economia monetária e comercial.

Em consequência dessa profunda transformação no sistema econômico, os "bushi" já não podiam manter a sua vida e os lavradores, por sua vez, se achavam na impossibilidade de alimentar os samurais. Muitos destes agora dependiam mais dos chonins e alguns se transformavam em artesãos ou negociantes. A classe dos "chonin" estava em franca ascensão, com detrimento do prestígio dos bushi e camponeses. Os chonin chegaram até a invadir os campos, escorados no seu poderio econômico. E estas transformações

econômicas modificaram as características das várias classes. Já se tornava possível passar de uma classe para outra, o que provocou confusão na divisão de classes, que constituía um apanágio do regime feudal.

As transformações econômicas e a confusão das classes sociais tornavam impossível a manutenção da economia de terra e da disciplina de classes. Perdia assim, aos poucos, o regime feudal a sua razão de ser.

E, no terreno puramente político, surgiu o movimento restaurador que, paulatinamente, foi ganhando terreno até afinal dar o tiro de misericórdia no decrepito regime shogunal, símbolo do feudalismo centralizado.

CAPÍTULO X

RESTAURAÇÃO DE MEIJI

1. Implantação do novo regime.

Novo governo — Derrubado o bakufu, o eixo político transferiu-se, naturalmente, para a corte. Entretanto, o novo regime enfrentava, como era natural, numerosas dificuldades, umas herdadas do shogunato e outras criadas pela nova situação. Tomomi Iwakura e outros líderes monarquistas ortodoxos desejavam eliminar completamente a influência do bakufu e introduzir reformas radicais também na própria corte. E, em dezembro do 3.º ano da Era Keio (1867), levaram a efeito as modificações principais.

Inicialmente, foi abolido o sistema de "sesshō" e "kwampaku". A seguir o cargo de "sei-i taishōgun" foi eliminado, a fim de impedir o restabelecimento de governos militares. Foram criados os cargos de "sosai" (presidente), "guijō" (conselheiro deliberador) e "San-yō" (conselheiro), seguindo-se o de "dajokan" (gabinete) e outras funções para assegurar a autoridade da monarquia. Chama-se a esta revolução política de "Restauração Monárquica de Meiji".

Juramento dos Cinco Artigos — Estabelecidas assim as bases da nova administração, o imperador Meiji prestou, em março de 1868 (1.º da Era Meiji),

o seguinte juramento, que serviu de diretriz fundamental da nova orientação política:

1. — Convocar assembléias deliberativas para resolver os assuntos de interesse geral, de acordo com a opinião pública
2. — União de todas as classes sociais para a ativa administração do país.
3. — Fazer com que funcionários públicos, militares e o povo em geral realizem plenamente suas aspirações; impedir o relaxamento do espirito popular.
4. — Destruir os costumes obsoletos para fazer imperar o senso de equilíbrio e justiça.
5. — Procurar o saber em todas as partes do mundo, a fim de alevantar as glórias do regime imperial.

Este importante documento, que constituiu o marco inicial de uma nova era, é chamado "Pacto ou juramento dos Cinco Artigos". Foi ele o ponto de partida para o desenvolvimento democrático do Japão no florescente período de Meiji.

O governo imperial comunicou a restauração da monarquia aos países amigos, declarando, ao mesmo tempo, a intenção de estreitar cada vez mais suas relações com todas as nações do globo. Aconselhou o povo a seguir a política de boa vontade para com o estrangeiro. Até então, devido à falta de uma orientação diplomática firme, houve muitos incidentes desagradáveis com países estrangeiros. O governo resolveu manter relações externas amistosas, para introduzir no país o que havia de bom no exterior, com o fito de estimular o progresso do novo Japão.

Transferência da capital — Kyoto havia sido sede do trono durante mais de mil anos. Entretanto, para infundir o espírito da renovação no povo era necessário

transferir a capital. Houve quem propusesse Osaka para a sede do governo monárquico. Depois de algumas discussões, ficou definitivamente escolhida a cidade de Yedo, cujo nome foi mudado para Tokyo (Capital do Leste). O imperador realizou a sua primeira viagem à nova capital e, logo em seguida, transferiu-se a coroa para Tokyo.

Em agosto de 1868 foi realizada a cerimônia oficial de ascensão do imperador ao trono no Palácio Shishin, de Kyoto. Nessa ocasião o soberano escolheu o nome de Era "Meiji", inaugurando assim o sistema de levarem os períodos de governo o nome do imperador. Até então podia haver vários nomes de eras sob um reinado.

Entrega do Castelo de Yedo. — Quando o bakufu entregou as rédeas do governo, o imperador ordenou que Yoshinobu Tokugawa, o último shogun, desistisse também dos seus cargos oficiais e das terras pertencentes ao shogunato. Mas, antigos vassallos do bakufu e daimyôs de Aizu (Fukushima-Ken), Kuwana (Mie-ken), etc, não concordaram com a medida e, em janeiro de 1868, se rebelaram contra o novo regime. Travaram violentas batalhas com as forças monarquistas em Toba e Fushimi. A guerra civil se estendeu de Yedo à região do nordeste. Em Hakodate (Hokkaido) os rebeldes ficaram resistindo juntamente com parte da esquadra. Contudo, Yoshinobu recolheu-se ao seu castelo de Yedo e, respeitosamente, entregou o mesmo ao soberano. Ante o ato de obediência do shogun, o imperador perdoou Yoshinobu e deu-lhe o feudo de Shizuoka, com 700 mil "koku".

Administração do novo governo — Embora o bakufu tivesse sido derrubado, continuavam ainda os feudos do interior sob o domínio dos daimyôs. Era necessário acabar com tal estado de coisas, para unificar o país. Takayoshi Kido em combinação com Toshimichi Okubo procurou e obteve a devolução das terras dos daimyôs ao trono. Na verdade, a maioria

dos daimyôs estava desejando oferecer seus domínios à coroa, de maneira que a operação se realizou sem maiores abalos. Em janeiro de 1869, os daimyôs de Sasshû (Satsuma), Choshû, Doshu e Saga ofereceram-se coletivamente para entregar seus domínios ao soberano. Outros feudatários seguiram o exemplo e, em junho, a corte atendia aos pedidos. Os próprios daimyôs foram nomeados, provisoriamente, governadores dos seus feudos.

Em julho de 1871, os feudos (*han*) foram abolidos e criadas as províncias (*ken*) — também chamadas prefeituras — como unidades administrativas regionais do Japão. Os daimyôs tiveram, assim, que desistir do governo de seus feudos para sempre.

Com a abolição dos hans, o governo imperial conseguiu, de fato, unificar administrativamente o país. Formava-se um governo centralizado moderno, inspirado nos modelos ocidentais.

Estava realizado o objetivo da Restauração.

Foi criado o cargo de "dajo-daijin", equivalente ao de primeiro ministro. Sanemi Sanjo foi o primeiro a ocupar o cargo. Abaixo dele ficavam os secretários dos Templos e Santuários, do Exterior, das Finanças, da Defesa, da Educação, das Indústrias, da Justiça e da Casa Imperial.

Desaparecera a classe dos bushi. Para atender às necessidades da defesa nacional, foi decretada a lei do serviço militar, em 1872. Desde então, todos os japoneses tinham o dever de prestar serviço militar. Foram igualmente criados os "chindai" (guarnições militares) e a guarda imperial.

2. *A nova organização social.*

Reformas — No período de Yedo havia uma distinta separação de classes do povo, de acordo com a profissão e a posição social. Tal discriminação foi abolida na Restauração. Nominalmente, ficaram as

classes dos aristocratas (*kwazoku*), os descendentes dos antigos samurais (*shizoku*) e o povo (*heimin*). Apesar dessa distinção, que constava no registro civil, todos eram iguais perante a lei, na qualidade de súditos do imperador. Não havia mais restrições quanto à escolha da profissão ou carreiras.

O governo procurou, assim, dar liberdade ao povo. Contudo, em virtude das transformações sociais, houve, ao lado de indivíduos que conseguiram melhorar sua posição, os fracassados e derrotados. Mesmo entre os "shizoku" não eram poucos os que perderam seu meio de vida e ficaram na miséria.

Outras reformas foram realizadas, umas após outras. Na época dos Tokugawa não se podia vender livremente as terras agrícolas, por ser a lavoura considerada base da economia nacional. Agora, porém, o governo permitia sua venda livre e os impostos eram cobrados em dinheiro e não em arroz, como se fazia outrora. Os arrendamentos eram, todavia, pagos em espécie aos proprietários de terra. Sendo os impostos territoriais fontes importantes da receita nacional, esta reforma veio facilitar muito o tesouro.

Reinava confusão também no setor das moedas. Os antigos "ohban" e "koban" e as moedas de cobre apresentavam vários inconvenientes. Por isso foram todos eles recolhidos e, em seu lugar, emitido o "yen", ouro e papel. A nova unidade monetária facilitou as transações e o comércio exterior.

Na época de Yedo, as comunicações eram difíceis. Cavalos e palanquins constituíam os únicos meios de transporte, de maneira que as viagens costumavam ser demoradas. Logo no início da Era Meiji, surgiram os primeiros trens, navios a vapor, "jinrikisha", carruagens, etc, que tornaram as viagens mais cômodas e rápidas.

A estrada de ferro Tokyo-Yokohama foi inaugurada em 1872. Trata-se da primeira ferrovia instalada no Japão. A Estrada de Ferro Tokaido (Tokyo-Kyoto) foi completada em 1889 (22.º de Meiji).

Conforme vimos, na época do isolamento não se podia construir navios de grande calado, mas tal restrição desapareceu com a abertura dos portos. Navios a vapor começaram a sulcar as águas japonesas e surgiram companhias de navegação que, em pouco tempo, fariam concorrência às similares dos países mais adiantados.

O governo instalou os correios, o que tornou muito fácil e simples a remessa e entrega de correspondência. Selos e cartões postais apareceram nessa época, Telégrafo e telefone também começaram a funcionar, causando verdadeiro espanto ao público que ficava boquiaberto com invenções tão maravilhosas.

Firmas comerciais e industriais, bancos, etc, se instalaram acompanhando o ritmo acelerado do desenvolvimento nacional e dele fazendo parte.

Novas indústrias — Para enriquecer o país é necessário desenvolver suas indústrias. Ao enviar uma missão, chefiada por Tomomi Iwakura, à Europa e América, o governo ordenou-lhe que estudasse atentamente a organização industrial do estrangeiro.

Além do ministério das Indústrias, foram criados os ministérios do Interior, Agricultura e Comércio, para estimular o desenvolvimento econômico do país, O próprio governo tomou a iniciativa no estímulo à lavoura, à pecuária, às indústrias de fiação e tecelagem, à mineração, etc.

Foram introduzidas técnicas adiantadas do Ocidente para o desenvolvimento das indústrias. Muitos técnicos foram enviados à Europa e à América com a missão de adquirir novos conhecimentos técnico-científicos. Técnicos e cientistas estrangeiros foram contratados para ensinar os japoneses.

Igualmente, importaram-se novas técnicas de lavoura. Todas as formas de produção receberam novo estímulo, devido à proteção oficial. Os particulares seguiam a iniciativa do governo. À medida que progrediam as indústrias do país, seu comércio

com o estrangeiro aumentava. O Japão exportava principalmente seda e chá, e importava algodão, açúcar, etc.

3. *Tendências da cultura.*

Instrução — Além das transformações políticas e econômicas, ocorreram verdadeiras revoluções no terreno da instrução e da cultura. Vimos que, mesmo na época do isolamento de Yedo, livros holandeses serviram de veículo de transmissão das ciências e cultura do Ocidente. Com o franqueamento do país, a difusão dos conhecimentos ocidentais se processou com rapidez e em grande amplitude. No início de Meiji a maior influência cultural provinha dos Estados Unidos e Inglaterra, e depois, da França, Alemanha e outros países.

O governo muito se esforçou na difusão da instrução. Em 1872 estabeleceu o "Regime de Instrução", criando as escolas primárias, secundárias e superiores. Explicou ao povo a necessidade e a importância da instrução. Para a educação da mulher foram criados colégios femininos. Começou-se, assim, a corrigir o erro do costume antigo de relegar a mulher a plano inferior, tanto na vida pública como privada. A instrução se tornava igual para ambos os sexos e para todas as classes.

Em Tokyo fundou-se a primeira universidade, de feição e características modernas, e, nas províncias, numerosos estabelecimentos de ensino primário e secundário surgiram com o correr dos anos. Dentro de pouco tempo, o analfabetismo deixava praticamente de existir em todo o Japão, tal foi o entusiasmo com que o povo acompanhou e secundou a campanha oficial em prol da instrução.

Entre os japoneses que mais contribuíram para a difusão do ensino e da cultura moderna, destacou-se

Yukichi Fukuzawa, que fundou a Universidade de Keiô e escreveu dezenas de livros sobre vários assuntos. Fukuzawa foi, na verdade, o mentor da nova época — do desenvolvimento do capitalismo nativo — não só no terreno prático como no teórico. Pela influência que exerceu sobre a mentalidade do Japão moderno, é comparado a Adam Smith da Inglaterra.

Ciência e religião — A introdução da ciência ocidental constituiu a base do progresso dos estudos no Japão. Desde a literatura, direito e medicina até a agronomia, todos os ramos do conhecimento humano ganharam considerável impulso nessa época.

Muitos cientistas ocidentais foram contratados pelas universidades japonesas. Também o estudo dos clássicos nacionais e chineses, que havia decaído durante certo tempo, teve grande incremento.

Além do budismo e do shintoísmo, o culto do cristianismo se difundiu amplamente. Vieram missionários estrangeiros, especialmente americanos, em grande número, para a difusão da doutrina de Cristo. Surgiram igrejas e templos cristãos em várias partes do país. Entre os líderes cristãos japoneses se destacou Jo Niijima.

Ocidentalização — Com a evolução da nova cultura, os costumes sofreram, naturalmente, sua influência e se modificaram radicalmente. Desapareceu o hábito de trazer catana à cintura, os homens começaram a cortar o cabelo à ocidental, vestiram o traje europeu. Jornais e revistas surgiram, a luz elétrica e lâmpadas a gás passaram a iluminar as ruas das cidades, prédios de estilo ocidental foram erguidos. Até a alimentação sofreu modificação sob o influxo da arte culinária ocidental. A carne de vaca, que era praticamente desconhecida, se tornou prato muito apreciado, e restaurantes de comida ocidental apareceram nas cidades, com grande afluência de público. A influência ocidental atingia o próprio meio e o próprio

modo de vida dos japoneses que, durante tanto tempo, estiveram isolados do mundo. A ocidentalização do Japão era um fato.

4. *Governo constitucional.*

Promulgação da Constituição — Desde a abolição dos "hans", o governo central de Tokyo introduziu inovações em todos os setores da administração. Entretanto, tais inovações provocaram descontentamentos em algumas camadas sociais. Em consequência disso verificaram-se levantes em Saga, Satsuma (*Seinan no yeki*), etc. A rebelião de Seinan, que irrompeu em 1877, (10.º da Era Meiji), foi a mais importante, tendo dela participado, entre outros, Takamori Saigo, um dos líderes do movimento da Restauração.

A revolta teve caráter reacionário: samurais descontentes com a nova situação tentaram, em vão, restabelecer certos privilégios da classe, propondo até a invasão da Coréia como um recurso para atingir seus objetivos. Sufocada a rebelião, depois de sangrentas batalhas, o país voltou à normalidade e o governo pôde prosseguir na obra da renovação e constitucionalização, prevista no "Pacto dos Cinco Artigos". Um dos artigos do aludido documento declarava que seriam convocadas assembléias deliberativas para se tomar decisões por maioria. Outro estabelecia que se devia procurar conhecimentos em todo o mundo. Os países civilizados possuem constituição, e o povo participa do governo por intermédio do parlamento. O Japão procurou seguir o exemplo dos Estados mais adiantados, na elaboração da sua própria Carta Magna.

Quando o governo se preparava para elaborar a Constituição, líderes populares, entre os quais se salientou Taisuke Itagaki, se movimentaram para pleitear uma Carta democrática e um Parlamento real-

mente representativo. O movimento popular assumiu tal intensidade, que chegou a provocar tumultos em várias localidades.

Em 1875, foram criados o Conselho dos Estadistas Veteranos ("Guenro-in") e a Conferência dos Governadores Provinciais e, em 1878, instalaram-se as assembléias legislativas das províncias. Todas estas medidas constituíam a parte preparatória da Assembléia Nacional ou Dieta. Em 1881, foi baixado um rescrito convocando a Dieta para o ano de 1890.

Tratando-se da primeira experiência no Japão, a tarefa de elaborar a Constituição exigia muito trabalho e tempo. Na Magna Carta era preciso definir-se, em termos jurídicos, os direitos e deveres do povo, bem como o funcionamento da Dieta e outros organismos da máquina estatal. O governo enviou Hirobumi Ito à Europa, a fim de estudar as constituições de vários países. Em consequência do esforço de Ito e outros, o ante-projeto da Constituição ficou pronto em 1888. A 11 de fevereiro (data da fundação do Império) de 1889 foram solenemente promulgados a Constituição Japonesa e o Estatuto Imperial.

Regime de gabinete e Dieta imperial — Anteriormente, em 1885, fora estabelecido o regime do governo ministerial. Aboliram-se os cargos de "dajo-daijin", "sa-daijin", "u-daijin", etc. — estabelecidos no período feudal — e criados os de presidente do Conselho de Ministros (primeiro ministro), ministros do Interior, Exterior, Finanças, Guerra, Marinha, Justiça, Educação, Agricultura e Comércio, Comunicações, etc. Hirobumi Ito foi o primeiro a ocupar as funções de presidente do Conselho de Ministros.

A Constituição estabelecia claramente as funções da Dieta. De acordo com o que estipulava a Magna Carta, realizaram-se as eleições para a Câmara dos Representantes em, 1890, sendo a Dieta convocada em

novembro desse ano. A partir dessa data, o governo administra o país juntamente com a Dieta. Até a época de Yedo o Japão tinha um governo de bushi; no início da Era Meiji, de funcionários. Em 1890 inaugurou-se o regime constitucional.

Foram, a seguir, promulgados os Códigos civil, comercial, etc...

CAPÍTULO XI

O JAPÃO E O MUNDO

1. A política exterior de Meiji.

Após dois séculos de isolamento quase completo, o Japão retomava seu lugar no concerto das nações mundiais. Já não era mais o país insular separado do resto do orbe por uma verdadeira cortina de aço. O progresso científico alcançado pelo Ocidente atingia a terra do Fujiyama, abalando-a desde os seus alicerces. Em uma palavra, o Japão entrava nas águas agitadas do oceano da política internacional. Fazia parte deste universo eternamente agitado e em luta. Não mais o sono tranqüilo e inconsciente do shogunato Tokugawa. Era chegado o momento de despertar, trabalhar e progredir. Caso contrário, teria de perecer, transformar-se em simples colônia ocidental, compartilhar da sorte de vários povos orientais que, somente hoje, 70 a 80 anos depois do Japão, estão se libertando do jugo imperialista e colonizador das potências do oeste.

Numerosos incidentes, negociações diplomáticas, conflitos e mesmo guerras teve o Japão de sustentar desde os fins do século 19 até nossos dias.

Vejamos, de relance, alguns incidentes diplomáticos e militares dessa agitada época.

China e Coréia — Com a abertura dos portos japoneses, as relações entre o Oriente e os países

européus e americanos se tornaram cada vez mais estreitas. Mantinham relações diplomáticas com o Japão e a China, entre outros, os seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, França e Alemanha.

Numerosas dificuldades tinham que vencer os diplomatas nipônicos para conduzir as relações do império com o resto do mundo. Em primeiro lugar, havia a questão das fronteiras, até então, ainda não estabelecidas em definitivo. Depois de negociações com os países interessados, o território nipônico ficou demarcado, ao norte pelas Curilas, inclusive, e ao sul pelas ilhas Ogasawara e Ryukyû, inclusive.

Conforme se viu no curso da história, o Japão manteve relações com a China e a Coréia desde épocas remotas. Depois de concluídos os tratados com países europeus e os Estados Unidos, o governo de Tokyo procurou estreitar as relações com a Coréia e a China, por meio de acordos idênticos. Enviou primeiramente emissários à Coréia, mas as negociações não puderam ser concluídas devido a divergências surgidas entre as duas partes.

Nessa época, dentro do próprio governo nipônico, existiam desacordos no tocante à atitude do Japão em relação ao vizinho peninsular. Havia, na realidade, duas correntes. Uma sustentava que se devia dedicar todos os esforços para a organização e o progresso internos do Japão, antes de cuidar de assuntos diplomáticos delicados como o caso da Coréia. Outra corrente, porém, sustentava ponto de vista diametralmente oposto, declarando que deveria o governo japonês intervir na Coréia. A primeira corrente saiu vitoriosa e Takamori Saigo e outros estadistas, que haviam colaborado na Restauração, deixaram o governo. Essa divergência se agravou com o crescente descontentamento de certos samurais e provocou a rebelião de Seinan, da qual já falamos. Takamori morreu lutando, juntamente com seus principais colaboradores e discípulos, em Kagoshima.

Em 1876 foi possível, contudo, concluir um tratado com a Coréia, dando-se início, então, ao comércio regular entre os dois países.

Em 1871 foram enviados emissários à China, então sob a dinastia dos Shin (Ching) e, depois de várias negociações, firmou-se, igualmente, um tratado de amizade e comércio. Devido, entretanto, à questão de Formosa, surgiram novas dificuldades entre o Japão e a China. O enviado especial do Japão, Toshimichi Okubo negociou um acordo sobre a questão com o representante chinês Li Hung-chang (Rikoshô), solucionando-a.

Revisão dos tratados — Como não podia deixar de ser, os primitivos tratados com as potências ocidentais, concluídos na era de Ansei, durante a confusão reinante dentro do país a respeito da abertura dos portos, caracterizavam-se pela sua unilateralidade. Em outras palavras, constituíram acordos que favoreciam os países ocidentais, com prejuízo do Japão. Urgia, pois, proceder à revisão dos ditos tratados. O Japão queria, principalmente, abolir o direito de extraterritorialidade concedido a potências estrangeiras. Desde 1871, o governo imperial vinha consultando e sondando as potências interessadas no problema. Quando, no referido ano, a missão Tomomi Iwakura esteve nos Estados Unidos, foi realizada a primeira consulta. Seguiram-se depois várias conversações, mas obstáculos vários impediram fosse levado a cabo o empreendimento.

Para a reforma dos tratados era necessário, preliminarmente, completar a organização, interna do país, estabelecer lei e melhorar os costumes do povo, conforme o padrão ocidental. Assim, o governo, enquanto prosseguia nas negociações com as potências do poente, procurava aparelhar a nação para a nova situação. Leis copiadas de modelos estrangeiros e costumes e hábitos ocidentais foram introduzidos com a maior rapidez possível. Pela primeira vez na história do

Japão, altas autoridades governamentais estimulavam contactos sociais com estrangeiros e participavam de bailes e outras festas organizadas à maneira européia.

Vencendo dificuldades e óbices de toda espécie, o governo conseguiu, por intermédio dos extraordinários esforços do ministro do Exterior, Munemitsu Mutsu, a primeira revisão do tratado, com a Inglaterra, em 1894. Seguiram-se acordos idênticos com outros países e, afinal, ficou concluída a importante obra da diplomacia nípônica. Entretanto, a igualdade conseguida limitava-se ao terreno jurídico. A igualdade no campo econômico somente foi conseguida em 1911 (44.º da Era Meiji). Estabeleceu-se, então, o equilíbrio entre as potências ocidentais e o Japão.

2. *Complicações no Oriente Asiático.*

Guerra nipo-chinesa — No ano de 1882 verificou-se um tumulto popular em Seul (Keijô), capital da Coréia. Dois anos mais tarde, outro incidente semelhante ocorreu naquela capital. Influências russas, chinesas e japonesas achavam-se em choque.

O Japão enviou Hirobumi Ito, como embaixador especial, a Tien-Tsin, para negociar, com o ministro chinês Li Hung-chang (Rikoshô), um acordo sobre a questão coreana. Concluiu-se um tratado que recebeu o nome de Tratado de Tien-Tsin. Uma paz precária foi estabelecida.

Em 1894 novo distúrbio foi provocado por elementos xenófobos na Coréia. O Japão e a China tinham interesses antagônicos, e as negociações realizadas entre representantes dos dois países não chegaram a termo feliz e a guerra foi declarada.

Em agosto de 1894 (27.º da Era Meiji) foi baixado o rescrito imperial relativo à declaração de guerra. Hiroshima (a cidade destruída pela primeira bomba atômica na segunda guerra mundial) foi esco-

Ihicía como sede do grande quartel general, para onde se transferiu o imperador a fim de dirigir as operações bélicas.

O exército japonês tomou logo de início a cidade de Heijô (Pyongyang) na Coréia e a marinha destruiu a esquadra chinesa no Mar Amarelo. A seguir caíram em poder dos japoneses as cidades de Ryojun (Port Arthur) e Ikaiei (Weihaiwei). A península de Liaotung também caiu nas mãos das forças nipônicas.

Em 1895 a China pediu a paz e enviou Li Hung-chang para negociar o armistício. Hirobumi Ito e Munemitsu Mutsu representaram o Japão nas negociações realizadas em Shimonoseki. Em abril foi concluído o tratado de paz, em consequência do qual a China comprometeu-se a respeitar a independência da Coréia, entregar Formosa, Bôkotô (Pescadores) e a península de Liaotung ao Japão, além de pagar uma reparação de 200 milhões de "taels". É o chamado Tratado de Shimonoseki.

Entretanto, verificou-se uma intervenção diplomática da Rússia, França e Alemanha que, considerando a entrega da península de Liaotung uma ameaça à paz do Oriente, exigiram a sua devolução. Era uma manobra para elas próprias ficarem com aquela posição estratégica.

Esgotado com a guerra da China, e sem recursos para reagir contra a imposição das três grandes potências, o Japão curvou-se ante a pressão diplomática e devolveu a referida península à China.

Transcorria o ano 1900 da Era Cristã (33.º de Meiji). Começava o século XX, cheio de promessas tentadoras e ameaças terríveis.

Em consequência da vitória japonesa sobre a China, a situação do Extremo Oriente sofreu radical modificação. Entrementes, as potências ocidentais aumentavam seus interesses naquela parte do globo, e, por isso, numerosos e freqüentes se tornaram os atritos diplomáticos. Em 1900 verificou-se o levante

xenófobo dos Boxers ("Hokushin ien"), em Pequim, que foi sufocado pelas forças estrangeiras, inclusive japonesas.

Aliança anglo-nipônica — Agindo com inteligência, a diplomacia japonesa concluiu uma aliança com a Inglaterra, em 1902. Tratava-se de um pacto de defesa mútua, com vantagens para ambas as partes signatárias.

Guerra nipo-russa — A Rússia, que havia enviado forças à Mandchúria por ocasião do levante dos Boxers, não as retirou mesmo depois de pacificada a capital chinesa. A China exigiu, debalde, a evacuação das tropas moscovitas. A política expansionista do Tzar estava em plena execução. Moscou concentrou forças nas proximidades da fronteira com a Coréia. O Japão protestou e várias negociações foram realizadas sem resultado. Em fevereiro de 1904, irrompeu a guerra entre o Japão e a Rússia czarista.

As forças de terra nipônicas desembarcaram na Coréia e na península de Liaotung, avançando para a Mandchúria. Liaoyang (*Ryoyô*), e Shaho (Shaka) foram cenários de violentas batalhas. Em Port Arthur os russos haviam construído uma poderosa fortaleza e, à custa de muito sacrifício, os japoneses tomaram esse ponto estratégico.

Em março de 1905, as forças imperiais ocupavam Mukden (Hoten). A esquadra russa do Báltico deu a volta pela África e se dirigia à base naval de Vladivostock, quando foi interceptada pela esquadra combinada sob o comando do almirante Togo. Trouvou-se uma feroz batalha que durou dois dias e duas noites. A esquadra eslava foi destroçada, sendo aprisionado o seu comandante, almirante Rojienstowsky. Esta é a Batalha do Mar do Japão ou de Tsushima, em que a esquadra nipônica conquistou uma vitória comparada à de Nelson, em Trafalgar.

Em junho do mesmo ano, o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, propôs o armistício entre os beligerantes para o bem da paz mundial. Em agosto, realizou-se em Portsmouth, nos Estados Unidos, a conferência da paz. Representaram o Japão os embaixadores Jutaro Komura e Kogoro Takahira e a Rússia, a delegação chefiada por Serge Julievich Witte.

Como resultado do tratado de paz então concluído, o Japão e a Rússia comprometeram-se a retirar suas forças da Mandchúria. A Rússia entregava ao Japão a estrada de ferro Changchun-Port Arthur, o direito de arrendamento do território de Kwantung e metade da ilha de Karafuto (Sakalina). Os signatários comprometeram-se ainda a não mais interferir nos assuntos mandchus.

Depois de longas disputas e conflitos violentos, a situação do Extremo Oriente acalmou-se. A paz voltou a reinar e, entre o Japão e a Rússia, foi concluído um tratado de amizade. O Japão, por sua vez, firmou um tratado com a Coréia e, depois de novas negociações, resolveu anexar a península, com o consentimento do seu governo (1910).

3. *Desenvolvimento das indústrias.*

Capital e máquinas — Desde a mais remota antigüidade, a lavoura constituía a principal fonte de produção do Japão. Ela representou sempre o centro de todas as atividades produtoras. Também no período de Meiji a agricultura continuou a ocupar a posição principal, mas, ao lado dela, desenvolveram-se as indústrias, como as de tecelagem, fiação, etc.

Antigamente, os tecidos eram obtidos por processos manuais, mas agora foram adotadas máquinas, que produziam muito mais, em menor espaço de tempo. As indústrias ganhavam, assim, vigor novo, e, para atender às necessidades do consumo, precisavam de

mão de obra e capital. O Japão entrava, embora tardiamente, na era do capitalismo. Participava, não obstante o "handicap" causado pela política isolacionista, da evolução capitalística da economia. E, dentro em pouco, fazia concorrência aos países mais altamente industrializados, como a Inglaterra, Estados Unidos, etc.

Devido à introdução da máquina, o aspecto social do país sofreu profundas transformações. O desenvolvimento industrial enriqueceu o país, especialmente seus centros fabris e sua cultura. Incrementou-se notavelmente a produção nipônica em todos os setores.

Após a guerra nipo-chinesa, a indústria nipônica progrediu a passos largos. Produtos japoneses inundavam os mercados coreanos e chineses. Animava-se, igualmente, o comércio com os países ocidentais.

A indústria siderúrgica acompanhou e estimulou o progresso industrial do país. Máquinas, navios, locomotivas, etc, de fabricação genuinamente nacional, começaram a aparecer. E, com a aplicação da eletricidade como força motriz, o desenvolvimento industrial se acentuou mais ainda.

Com o desenvolvimento da indústria, a lavoura perdeu, aos poucos, a importância de outros tempos. Numerosos jovens de ambos os sexos eram recrutados da lavoura para as fábricas. Os lavradores se transformavam gradualmente em operários citadinos. Concomitantemente, formavam-se as grandes fortunas dos "zaibatsu", trustes de capitais que, praticamente, monopolizavam vários ramos da indústria. E, com o correr dos tempos, aproveitando-se principalmente de guerras, os "zaibatsu" tornaram-se a força propulsora da economia capitalista do Japão, aliando-se, mais tarde, aos elementos imperialistas e militaristas.

Desenvolvimento das ferrovias — Já vimos que a primeira ferrovia foi construída em 1872. Era a linha Tokyo-Yokohama de apenas 25 km. de extensão. Desde então, todos os anos, abriam-se novas estradas no país. Constituiu o desenvolvimento da rede ferroviária um

dos aspectos mais impressionantes da modernização do Japão. A maioria das ferrovias pertencia a particulares, mas surgiu a idéia da sua nacionalização e, em 1908, a maior parte delas foi encampada pelo Estado. Naturalmente, o desenvolvimento das ferrovias que, em 1964, atinge quase 28 mil km. muito contribuiu para o progresso das indústrias e outros ramos de produção.

4. *Cultura de Meiji.*

Instrução e ciências — Em outubro de 1890, o imperador baixou o "Rescrito Imperial sobre a Educação", que, desde então, durante mais de meio século, serviu de guia à formação moral e cívica do povo japonês, uma espécie de bíblia para a vida dos súditos de sua majestade nipônica. Preconizava a absoluta fidelidade ao trono, obediência aos pais, harmonia entre cônjuges, compreensão entre amigos, amor à pátria, etc, enfim, normas de conduta, práticas, apropriadas para a existência e o desenvolvimento de um estado monárquico centralizado, tendo o imperador como figura suprema da Nação.

No início da Era de Meiji introduziram-se, com grande rapidez, culturas e costumes ocidentais. Porém, por outro lado, renovou-se o interesse pelas coisas do passado e a literatura clássica e a história japonesa tiveram cultores entusiastas.

Em 1886, estabeleceram-se os regimes escolares da Universidade Imperial e outros estabelecimentos de ensino superior. O número de alunos aumentou com rapidez, e a instrução se difundiu amplamente em todas as camadas sociais.

Intensificaram-se os estudos e as pesquisas científicas. A criação de universidades imperiais facilitou a realização dessas pesquisas. Já não se limitavam a aprender as coisas do ocidente. Estudos novos e descobertas originais se realizavam em gabinetes e labora-

tórios japoneses. Invenções e aperfeiçoamentos técnicos e científicos realizavam-se, também, no Japão. Os estudos sobre sismologia de Fusakichi Ohmori e as pesquisas sobre os bacilos da tuberculose e da peste, de Shibasaburo Kitazato, tornaram-se mundialmente famosos.

Também no campo da astronomia, física, geologia, zoologia, botânica, etc, surgiram cientistas e trabalhos notáveis.

Literatura e artes — Com o avanço da instrução, multiplicaram-se as atividades literárias. Romance, drama, waka, haikai, poesia moderna, etc, foram escritos em elevada quantidade. Obras literárias estrangeiras foram traduzidas e apresentadas ao público japonês com enorme êxito, contribuindo grandemente para a evolução da literatura nacional.

O já citado Yukichi Fukuzawa escreveu "Seiyo Jijô" (Aspectos do Ocidente), que exerceu poderosa influência sobre a mentalidade nacional, despertada, havia pouco, do longo letargo feudal.

Traduções dos mais conhecidos autores europeus apareceram, umas após outras, sempre com geral aceitação do público. Entre as primeiras publicadas, podemos citar "Ajuda-te", de Smiles, "Liberdade" de Mill e obra de Bentham, Tyndal, Spencer, Huxley, Bacon, Walter Sott, Charles Dickens, Gibbon, Macaulay, Carlyle e outros, que foram usados como livros escolares.

Na formação do novo Japão, os livros exerceram maior influência do que qualquer outro fator. Os grandes escritores japoneses eram, ao mesmo tempo, os pioneiros da reforma.

A influência dos estudos ingleses e das traduções de obras escritas no idioma de Shakespeare continuou até a germanização do ensino elementar e militar, alguns anos depois da Restauração. A ciência médica e a arte militar ficaram sob orientação alemã. E

filósofos e cientistas germânicos tornaram-se os autores preferidos pelos tradutores japoneses .

Veiu depois — por volta da guerra russo-japonêsa — o gosto pelas coisas russas. Tolstoi, Dostoievsky, Checov, Gogol, Turgenev e outros escritores russos eram muito procurados. Chegou, mesmo, um momento em que a influência da literatura de ficção eslava sobre o romance nipônico se tornou maior do que qualquer outra. Segundo Ingram Bryan, os russos se aproximam, mais do que qualquer outro povo, da mentalidade japonêsa, em sua tendência para o fatalismo pessimista.

Contudo, a língua e literatura inglesas — e americana — dominaram as demais, com exceção, naturalmente, da nacional. A influência latina — mormente francesa e italiana — fez-se sentir, mais tarde, por intermédio das obras de Balzac, Zola, Maupassant, Flaubert, Anatole France, Victor Hugo, D'Anunzio, Pirandello e outros.

Numerosos semanários e mensários literários foram publicados, exercendo, por sua vez, profunda influência sobre a mentalidade do povo. Entre as revistas mensais, da cultura geral e literária, que maior repercussão tiveram no mundo intelectual japonês, citam-se "Taiyô" (O Sol), "Chuo Koron" (Revista Central) e outras menos importantes. Em geral, os autores japoneses escrevem mais sobre assuntos puramente literários ou científicos. A mente nipônica parece não apreciar muito as especulações metafísicas.

Não se pode, também, olvidar a existência de grandes periódicos, cujas colunas literárias são avidamente procuradas pelo público. O "Yomiuri", "Hochi", "Asahi", "Mainichi" e outros jornais de grande tiragem, desempenharam papéis decisivos na direção da opinião pública nacional, durante os agitados anos que se seguiram à modernização do país.

Shoyo Tsubouchi traduziu Shakespeare e influenciou sobre a arte dramática japonesa, introduzindo inovações inspiradas no teatro europeu. Além disso, escreveu romances de cunho realista como "Shosei Katagi" (Vida de Estudante), "Saikun" (A Esposa), etc. Shimei Futabatei, autor de "Ukigumo" (Nuvens Flutuantes) mostrou um grande talento literário. São, ainda, escritores da escola realista, embora pertencentes a sub-correntes diversas: Kovo Ozaki, Rohan Koda, Hasegawa, etc.

Da escola clássica, o expoente máximo foi Ogai Mori, que estudou, acuradamente, as literaturas francesa, alemã e italiana, traduzindo alguns autores dessas línguas para o japonês.

Doppo Kunikida, Toson Shimazaki, Hakucho Masamune e outros podem ser incluídos na escola naturalista, por suas histórias em estilo ousado e fascinante, que encantavam, sobretudo, os leitores jovens. Toson Shimazaki notabilizou-se igualmente como poeta, cuja influência se faz sentir ainda hoje.

Entre as escritoras da nova geração, salientou-se Ichiyo Higuchi, que escreveu principalmente sobre a vida dos pobres e oprimidos, num estilo cheio de brilho e elegância.

Em 1900 apareceu "Hototogisu" (O Cuco), novela sentimental de autoria de Roka Toúutomi, que foi traduzido para o inglês com o título de "Namiko". Novas traduções surgiram, entre as quais, obras de Ibsen e Hauptmann, e, posteriormente, de Goethe e outros autores germânicos. Katai Tayama escreveu o seu conhecido romance "Futon" (A Colcha). O mundo da ficção se tornou cada vez mais complexo, como em toda parte. Novelas de toda espécie começaram a aparecer: de caráter social, político, histórico, psicológico, popular, representando todas as facetas da vida.

Soseki Natsume, que estudou na Inglaterra e sofreu influência de George Meredith, escreveu, entre outras obras de ficção, "Wagahaiwa neko de aru" (Eu

sou um gato) em que retrata cenas domésticas, conforme seriam observadas por um felino inteligente. Jun-ichiro Tanizaki revelou-se escritor de fecunda imaginação; Kafu Nagai satirizou a sociedade contemporânea; Takeo Arishima que se suicidou em companhia de uma mulher casada, publicou, entre outros, o romance "Kain no Matsuei" (Os Descendentes de Caim) e "Aru Onna" (Uma Mulher); Ton Satomi escreveu novelas de profunda penetração psicológica; Kan Kikuchi, Ryunosuke Akutagawa e Masao Kume firmaram-se, no mundo das letras, através da revista "Shinshichô" (Novas Correntes do Pensamento). Kikuchi, que foi também exímio dramaturgo, viveu até 1948. E' considerado o escritor que maior influência exerceu sobre a atual geração de prosadores nipônicos. Fundou a revista mensal *Bungei Shunju*.

Na poesia, que permaneceu mais fiel à tradição, destacam-se o imperador Meiji que deixou milhares de "waka" de fino lavor e a imperatriz Shoken, que escreveu poemas delicados, versando, principalmente, sobre a interpretação da natureza e da vida cotidiana.

O número de poetas e poetisas é enorme. No "tanka" destacaram-se as poetisas Akiko Yosano, Takeko Kujo, Kanoko Okamoto e outras, sem falar nos representantes masculinos como Takuboku Ishikawa, Naobumi Ochiai, Hiroshi Yosano, Shiki Masaoka e Nobutsuna Sasaki, os grandes mestres modernos dessa modalidade de poesia genuinamente japonesa.

O "haikai" — que foi "exportado" aos países do Ocidente — a poesia modernista, o "senryú" e outras formas de poesia tiveram, igualmente, inúmeros cultores.

No teatro — também muito tradicionalista — continuaram com suas feições características e peculiares o "pruri", "kabuki" e o "no", os dois primeiros mais populares e o último mais apreciado pela elite intelectual e a aristocracia. Desenvolveu-se também o teatro moderno, sob influências ocidentais. Temos, por exemplo, Toyochiro Nogami que traduziu peças de

Bernard Shaw. Ibsen e outros dramaturgos ocidentais foram, também, apresentados com êxito ao público das cidades japonesas.

As belas artes, contudo, tiveram um período de decadência. Somente quando Fenelosa, Tenshin Okakura e outros mostraram e provaram a excelência das artes japonesas, estas encontraram maior número de cultores. E apareceram pintores famosos como Hogai Kano, Gaho Hashimoto e outros. Na pintura ocidental salientou-se Kivoteru Kuroda.

5. *Sinopse econômico-social.*

A grande obra de Meiji consistiu na restauração do govêrao monárquico e, ao mesmo tempo, significou uma revolução social, econômica e política. Abolidos os domínios do bakufu e dos hans, o poder temporal voltou ao trono; instalaram-se os governos provinciais e unificou-se o país em bases mais amplas e modernas, sob a suprema direção do imperador. Com o "Pacto Imperial" de cinco artigos, estabeleceram-se os princípios do governo constitucional. Foram inauguradas as relações com os países ocidentais, o que equívale ao início dos contactos do Japão com o capitalismo euro-americano. E, pela introdução e transplantação do capitalismo ocidental, fundou-se o capitalismo nipônico. Desenvolveram-se, assim, as novas organizações políticas e sociais do país.

Não são raros os autores que comparam a nova política de Meiji à Reforma de Taikwa. É preciso, porém, observar que, na Reforma de Taikwa, os potentados regionais entregaram suas terras e habitantes ao trono, estabelecendo o governo pessoal do imperador. E essa reforma não durou muito, pois que nova classe de poderosos se formou, dentro de poucas dezenas de anos, constituindo os "shoen" (latifúndios). Também a Restauração de Kemmu foi de natureza efêmera,

voltando o poder político — que havia sido devolvido ao trono — às mãos dos bushi.

No entanto, no caso da Revolução de Meiji, a obra restauradora teve caráter definitivo, sem possibilidade de ressurgir o bakufu, no que reside a diferença fundamental entre ela e a Reforma de Taikwa e o Restabelecimento de Kemmu.

Poderíamos encontrar várias causas para essa diferenciação. Mas, a mais importante foi, sem dúvida, o fato de ter a Restauração interessado todo o povo e não determinada classe ou classes, como sucedeu nas reformas políticas anteriores.

Vimos que a Reforma de Taikwa constituiu uma revolução social, porque aboliu o sistema de clãs e abriu o caminho para o início do regime feudal. Mas a transformação se processou, por assim dizer, na superfície, sem atingir a profundidade, sem alterar a vida das classes baixas. A Restauração de Kemmu, por sua vez, não passou de uma espécie de reação de elementos cultos e nobres, com apoio de uma parte da nova e poderosa classe dos bushi — reação contra o domínio crescente dos samurais em todos os setores da vida da nação. Invocaram o princípio das prerrogativas do imperador, mas não puderam contar com o apoio geral do povo. E o movimento restaurador não teve efeito duradouro.

Entretanto, na Restauração de Meiji, verificou-se um fato sem precedentes. A idéia mesma da restauração infiltrou-se em todas as camadas sociais e a revolução se realizou com o apoio da opinião pública. Eis porque a obra restauradora teve um êxito completo e não parcial ou temporário.

Em suma, o regime feudal centralizado do período Tokugawa havia atingido uma fase de decomposição interna, tornando-se imperiosa sua destruição. Sabemos que a obra revolucionária foi executada, principalmente, pelos "bushi" de baixa categoria, aqueles cuja existência se tornara insustentável, devido exatamente às transformações econômico-sociais ocorridas

no longo shogunato. Politicamente, a Reforma de Meiji representou o fim do feudalismo e o início do capitalismo industrial, com a abertura dos portos à navegação e comércio estrangeiros. Economicamente, significou a passagem da economia de terra para a economia monetária, capitalista.

Classes sociais — No terreno social, a Reforma de Meiji constituiu, também, uma verdadeira revolução. Caiu por terra o regime feudal e um novo sistema de governo centralizado foi estabelecido. Aboliu-se a rígida divisão de classes e quase nada sobrou do antigo regime.

Em 1870, foi autorizado o uso de sobrenome aos lavradores e chonin que, até então, somente tinham prenome. No ano seguinte foram libertados os "eta", que não eram considerados gente. Desde essa data, os "eta" ficaram em pé de igualdade com os "heimin". No registro civil, manteve-se a distinção de "nobres" (*kwazoku*), "descendentes de samurais" (*shizoku*) e "povo comum" (*heimin*), mas todos tornaram-se iguais perante a lei.

Antigos kugues, daimyôs e homens que prestaram relevantes serviços ao país, vieram a constituir a nova aristocracia com títulos de nobreza (príncipe, marquês, conde, visconde e barão). Socialmente, ainda gozavam de certas regalias, pois, que, tendo eles pertencido à classe dominante, o povo em geral lhes votava respeito. Também os "shizoku" mantinham certa superioridade moral, devido à força da tradição que, somente aos poucos, se reduziu.

A sociedade capitalista — Foi na época de Guenroku que o uso da moeda se difundiu em todo o país. Contudo, a fonte de rendas do bakufu, organizado sobre bases feudais, eram os produtos da terra, exclusivamente. A riqueza representada pela moeda circulante se concentrava nas mãos dos chonin e, com a evolução da economia monetária, foi decaindo o poderio econômico dos samurais. No terreno econô-

mico, a Restauração de Meiji se realizou graças ao dinheiro dos chonins, habilmente aproveitado pelos bushi de Choshú e outros feudos monarquistas. As emissões fiduciárias e de títulos públicos a que recorreu o governo de Meiji foram possíveis, também, graças à enorme reserva de ouro dos grandes comerciantes, especialmente de Osaka, onde, segundo se dizia, estavam acumulados setenta por cento de toda a riqueza nacional.

A transformação política e social teve maior repercussão dentro da classe dos samurais. Houve, por assim dizer, a transferência do poder político das mãos de bushi de alta categoria (daimyôs, altos funcionários do bakufu, etc.) para as de samurais menos categorizados. Pelo menos no início da Era Meiji, as rédeas do governo estavam em poder dos samurais. Só aos poucos, elementos do povo começaram a participar ativamente dos vários ramos da administração.

Apesar de haver o poder político passado para as mãos dos samurais de categoria inferior, não era possível arranjar colocação para os milhões de samurais desempregados em consequência da abolição dos feudos. Em lugar de receber arroz do seu senhor como pagamento dos serviços, eram agora obrigados a arranjar dinheiro para a sua subsistência. Muitos fracassaram no comércio, pois embora fossem hábeis no manejo do catana, não podiam competir com os chonins na gestão dos negócios... Mas o governo tinha necessidade de encontrar um meio de vida para os samurais desempregados. Caso contrário, eles constituiriam elementos descontentes (como de fato constituíram aqueles que participaram da rebelião de Seinan), capazes de provocar novos distúrbios político-sociais. Assim, o governo auxiliou-os na formação de companhias exploradoras de terras, agricultura, bancos, ferrovias, etc. Ensinou-lhes os métodos europeus de empreendimento comercial e industrial. Desse modo, os bushi se tornaram a classe de elite do mundo econômico do Japão. De resíduos do velho regime

passavam a elementos inovadores e precursores da nova sociedade capitalista. Num dos seus inúmeros paradoxos, a história transformava em líderes industriais e comerciais os samurais, cujos antepassados desprezavam os chonin. . .

Por aí se vê o importantíssimo papel desempenhado pelos bushi de classe modesta na Restauração de Meiji. Como elementos descontentes, provocaram a queda do shogunato e, para não se constituírem novamente em classe rebelde, tornaram-se líderes do regime capitalista recém-introduzido. Naturalmente, a grande maioria deles desapareceu no turbilhão da reforma, mudando o rumo de suas vidas. Mas o fato é que, parte deles veio a manejar o poder político, transformando-se em funcionários públicos ou políticos militantes e, outra parte, em capitalistas.

Vejamos como.

A classe dos chonin, que se desenvolveu durante a época Tokugawa, perdeu seus privilégios e proteção oficiais e teve de enfrentar um mundo de concorrência livre. Os chonin tinham o espírito de poupança e sabiam entesourar com avidez, mas, em geral, não dispunham de espírito empreendedor. Grandes capitalistas, que surgiram no decorrer da Era Meiji, eram todos "descendentes de samurais": Shibuzawa, Iwasaki, Fujita, etc. As próprias famílias Mitsui e Sumitomo, que descendiam de tradicionais e abastados chonin, puderam desenvolver-se, graças a ligações de parentesco com samurais, por meio de casamentos. (Estas grandes famílias constituíram mais tarde os chamados "zaibatsu" — trustes econômicos — que os aliados aniquilaram logo depois da ocupação do Japão em 1945).

Como não podia deixar de ser, a economia japonesa dos primeiros anos de Meiji foi de transição e confusão. Somente com a consolidação do novo regime, o sistema capitalista firmou pé no Arquitépago e, com as guerras nipo-chinesa e nipo-russa, realizou um rápido progresso. Um verdadeiro sistema capitalista

moderno se implantou no Japão, chegando, na Era Taisho, a fazer concorrência às maiores potências econômicas mundiais.

Questões sociais — Surgiu a sociedade capitalista, onde predominavam os "jitsugyoka" (homens de negócios — industriais e comerciantes). Do lado oposto, ficavam as massas de trabalhadores e proletários, donde resultou o aparecimento de complicadas relações entre o capital e o trabalho. Entre as classes dos capitalistas e proletários ficavam os pequenos proprietários de terras, pequenos industriais e comerciantes e assalariados de colarinho, constituindo a classe média. E, naturalmente, surgiram questões várias em resultado do choque de interesses das três classes.

Especialmente depois da primeira guerra mundial, novas idéias de justiça social introduziram-se no Japão. Os livros de Marx, Engels, Lenin e outros líderes socialistas e comunistas foram traduzidos e amplamente lidos pelos intelectuais e operários.

Os operários das cidades, compreendendo a força da união, começaram a defender seus interesses por meio de organizações de classe. Nas primeiras eleições realizadas sob o sistema de sufrágio universal, em 1925, os elementos socialistas conquistaram algumas cadeiras na Dieta.

Mas o movimento de carácter socialista sofreu um grave retrocesso durante o período de ascensão do militarismo e nacionalismo, na década 1930-40, e, afinal, ficou completamente submerso durante a guerra do Pacífico.

Com a derrocada do regime militarista e sob o signo de liberdade da nova Constituição, promulgada em 1946, o proletariado japonês voltou a organizar-se em sindicatos e uniões bastante fortes.

CAPÍTULO XII

DE TAISHO A SHOWA

1. A guerra européia e o Japão.

O imperador Meiji, que foi inquestionavelmente um dos mais preclaros soberanos da história japonesa, adoeceu em julho de 1912 (45.º da Era Meiji). Todo o povo orou pelo restabelecimento do monarca, mas seu estado se agravou e, a 30 do mesmo mês, veio a falecer, encerrando o seu longo e profícuo remado de quase meio século. Seu filho, o príncipe Yoshihito, subiu ao trono e iniciou-se com o nome de "Taisho" o novo remado.

Guerra Européia — Por essa época complicava-se a situação mundial, agravada pela rivalidade entre os Impérios Centrais de um lado e a França, Rússia e Inglaterra de outro. Em julho de 1914 morreu, assassinado por um estudante sérvio, o príncipe herdeiro da Áustria. Foi o fogo no barril de pólvora. A Áustria declarou guerra à Sérvia e, a seguir, a Alemanha à Rússia. A Inglaterra e a França lançaram-se contra o império do Kaiser. A Europa se dividiu em dois grupos antagônicos, tendo, de um lado, os Impérios Centrais liderados pela Alemanha e Áustria e, de outro, os Aliados cujas cabeças eram a Inglaterra, França e Rússia. Depois entraram, do lado aliado, os Estados Unidos, a Itália, a República Chinesa (em

1912 a China adotou a forma republicana de governo, abolindo a monarquia), Brasil, Portugal e outros países. A conflagração tomou vulto mundial. Respeitando o compromisso assumido na aliança anglo-nipônica, o Japão declarou guerra à Alemanha em agosto de 1915.

Esta guerra durou mais de quatro anos e terminou em novembro de 1918, com a vitória dos aliados. Em 1919, realizou-se a Conferência da Paz em Versalhes, França. Como delegados japoneses participaram do conclave* Kinmochi Saionji, Nobuaki Makino e outros diplomatas. Compareceram à conferência os grandes estadistas da guerra: presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos, premier Clemanceau, da França, primeiro ministro Lloyd George, da Inglaterra, etc. Um total de vinte e oito países enviaram representantes. Firmou-se, nessa reunião, o Tratado de Versalhes.

O Japão obteve a baía de Koshü (Kiaochow) e todos os direitos dos alemães da província de Shantung, bem como o direito de administrar as antigas ilhas germânicas situadas ao norte do Equador, no Oceano Pacífico.

A guerra européia foi a maior conflagração jamais havida na história da humanidade. Vencedores e vencidos sofreram gravíssimos danos morais e materiais. Todos os países desejavam ardentemente a paz e sinceramente pensaram em um modo de evitar a repetição de desgraças semelhantes. A própria Conferência de Versalhes tinha por objetivo a construção da paz mundial. E, por isso, resolveu-se aplicar um castigo severo à Alemanha.

Wilson, o presidente dos Estados Unidos, propôs a criação de uma entidade internacional capaz de assegurar a paz. A idéia teve apoio de todas as nações participantes da Conferência e a Liga das Nações foi instalada com sede em Genebra. O Japão foi um dos seus membros fundadores.

Conferência de Washington — Profundas e completas modificações ocorreram no mundo em consequência da guerra. A Rússia czarista tornou-se comunista sob o comando de Lenin; deposto o Kaiser, a república foi proclamada na Alemanha; o Império Austro-Húngaro desmembrou-se; na Itália surgiu o fascismo que, em pouco tempo, tomou o governo, sob a chefia de Benito Mussolini.

A paz não voltou de maneira completa no Extremo-Oriente. Achando-se em choque os interesses das potências — o Japão havia se colocado entre os países mais poderosos do mundo — na China contínuos eram os atritos diplomáticos e econômicos.

Com o objetivo de preservar a paz mundial, procurou-se reduzir os armamentos das potências. Para tal fim, foi convocada a Conferência do Desarmamento, em Washington, no ano de 1921, (10.º da Era Taishô).

Nesse conclave internacional ficou resolvido, primeiramente, diminuir as forças navais, estabelecendo-se a proporção de 5:5:3 para as unidades principais da esquadra inglesa, americana e japonesa, então as mais poderosas do mundo. As potências interessadas combinaram, igualmente, não mais aumentar as defesas militares e navais das ilhas do Pacífico.

Na mesma conferência foram discutidas as questões do Extremo Oriente e do Pacífico, merecendo especial atenção o problema da China, por ser esta um grande mercado consumidor dos países industriais. Para o Japão, a questão chinesa sempre teve uma importância vital. Concordaram as potências interessadas nas questões do Oriente em respeitar a soberania chinesa e estabelecer relações comerciais em pé de igualdade com aquela República, assim como concordaram todas em respeitar os direitos adquiridos nas ilhas do Pacífico e em, caso surgisse qualquer dúvida, resolvê-la por meio de conversações diplomáticas.

Ao mesmo tempo, foi extinta a aliança anglo-nipônica, por considerar-se plenamente atingido o seu objetivo.

2. *Guerra do Pacífico.*

A 25 de dezembro de 1926, faleceu o imperador Taisho e subiu ao trono o príncipe Hirohito que escolheu o nome de Era "Showa" (Paz Luminosa).

Seguiram-se alguns anos de paz, depois da grande guerra européia. Porém, dentro do Japão, estavam ocorrendo transformações importantes. Forças reacionárias e militaristas controlavam, aos poucos, todos os setores da administração. Militares e elementos ligados a eles, de tendências expansionistas, dominavam a política e a economia do país. Verificaram-se vários levantes de guarnições militares, lideradas por jovens oficiais extremistas, instigados por ambiciosos políticos e militares que manobravam por trás da cortina. Estadistas de tendências moderadas como Inukai, Takahashi e outros, foram brutalmente assassinados pelos sequazes da reação.

Conflito da Mandchúria — Como resultado da influência crescente dos elementos militaristas na política japonesa, a atitude do governo de Tokyo tornou-se cada vez mais intransigente em relação à China. A questão da Mandchúria, onde era grande o interesse japonês, provocou, afinal, um conflito armado entre os dois países.

Em setembro de 1931 (6.º da Era Showa), verificou-se uma explosão na ferrovia Sul-Mandchuriana, nas proximidades de Mukden. Forças japonesas estacionadas na Mandchúria atacaram Mukden e a ocuparam. A seguir, lançaram ataques a várias cidades mandchus, provocando uma verdadeira guerra. Assim se iniciou o chamado "Incidente da Mandchúria" ("Manshû Jihen").

A China dirigiu-se à Liga das Nações, acusando o Japão de haver violado a paz do Oriente, mobilizando suas forças na Mandchúria. E exigiu a retirada das forças japonesas do território chinês.

Logo no início do "incidente", o exército japonês estabeleceu um novo governo com capital em Mukden, colocando Henry Pu Yi, antigo imperador da China, no poder, na qualidade de regente. Foi, a seguir, proclamada a independência do Mandchukuo. O Japão reconheceu, sem perda de tempo, o novo Estado e, com ele, concluiu uma aliança.

Por seu turno, a Sociedade da Nações, atendendo ao pedido da China, mandou uma comissão para investigar *in loco* o caso mandchu. E chegou à conclusão de que a ação japonesa era injustificável e que o estabelecimento do Mandchukuo contrariava as normas do direito internacional. Desgostoso com a decisão da Liga, o Japão retirou-se daquele organismo internacional.

Entrementes, as forças japonesas prosseguiram no seu avanço e penetraram na China do Norte. Forças chinesas resistiram tenazmente mas, tendo os nipões atingido as proximidades de Pequim, o governo de Nankin aceitou a proposta de armistício. Mas não passava de uma trégua temporária.

"*Incidente da China*" - Em julho de 1937 (12.º de Showa) irrompeu o chamado "Incidente da China", que, na realidade, constituiu uma guerra violenta e de amplas proporções. A luta começou num choque entre forças chinesas e japonesas, nas proximidades da Ponte Marco Polo (Rokokyo). Pequim caiu, imediatamente, em poder dos japoneses. Seito (Chengtu) e Shanghai renderam-se a seguir; Nankin, a capital da República do Centro, foi violada e dominadas as importantes cidades de Cantão, Bushô (Wuchang), Kankou (Hankow), etc. O generalíssimo Chang Kai Chec transferiu a capital para Chungking onde comandou as forças de resistência. Alastrou-se

o campo da luta do norte ao sul da China e, em face da determinação chinesa de resistir até o fim, o conflito parecia interminável.

A luta acesa na China prejudicava os interesses, não só dos países beligerantes, como das potências interessadas: Estados Unidos, Grã Bretanha, França, etc. O próprio governo japonês, de início, procurou limitar ao mínimo a extensão do conflito, a fim de chegar a um acordo com o governo chinês. Entretanto, os elementos expansionistas do Exército aproveitaram-se da sua posição: por intermédio de forças estacionadas na China e Mandchúria, intensificaram os ataques. A pedra havia rolado da montanha e não existia força capaz de detê-la. Em vista dessa circunstância, o governo de Tokyo declarou que sua finalidade era estabelecer uma nova ordem na Ásia Oriental. E afirmou, também, que não mais trataria com o governo de Chang Kai Chek. Chegou a estabelecer um governo títere com sede em Nankin. Ora, isso significava, claramente, colocar-se em posição contrária à dos Estados Unidos, Grã Bretanha e outras potências que simpatizavam com o governo de Chang Kai Chek. A tensão internacional do Extremo Oriente aumentava de modo ameaçador.

Na Europa, a situação sofrerá completa modificação, vinte anos depois da primeira guerra mundial. Adolf Hitler, que subira ao poder em 1933, à frente dos seus "camisas pardas", transformara a Alemanha numa grande potência militar e industrial. Em 1939 invadiu a Polônia, provocando, com isso, a guerra com a Grã Bretanha, França e, a seguir, muitos outros países europeus.

Tríplice Aliança — O mundo cindiu-se em dois blocos: o das democracias lideradas pelos Estados Unidos, Grã Bretanha, França e, posteriormente, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o do "Eixo" totalitário, formado em torno do Japão, Alemanha e Itália. O Japão concluiu aliança militar com a Alemanha

em 1936 e com a Itália em 1940. Estava formada a tríplice aliança, em contraposição às forças dos Estados Unidos, Grã Bretanha, China, etc. As relações entre o Japão e as potências anglo-americanas foram se agravando dia a dia, com perigo crescente de guerra. Todo o mundo marchava para um grande choque armado, de consequências imprevisíveis.

A Guerra do Pacífico — Por esse tempo, os elementos pacifistas haviam perdido completamente sua força no Japão. Líderes liberais e socialistas haviam sido encarcerados ou condenados ao ostracismo político, quando não mortos na prisão. Alguns conseguiram fugir para o estrangeiro. Impusera-se um regime forte, que controlava a política, economia, cultura e todos os setores da atividade do povo. Não havia mais liberdade de pensamento, muito menos de imprensa ou de palavra. Leis de "segurança" impediam a livre manifestação das opiniões. Em nome da "União Nacional" foram suprimidos os partidos políticos, fundidos na "Associação de Apoio à Política Imperial" ("Taisei Yokusan-kai").

Por outro lado, o governo manteve sucessivas negociações com os Estados Unidos, para encontrar uma solução ao impasse surgido nas relações entre os dois países em face do conflito chinês. Entretanto, produziu-se uma funda divergência entre o governo e as forças armadas, do que resultou a demissão do primeiro ministro Fumimaro Konoye, em outubro de 1941. O então ministro da Guerra, general Hideki Tojo, foi guindado à chefia do governo, acumulando, ao mesmo tempo, o cargo de chefe do Estado Maior. Partidário do expansionismo e da idéia da "Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental", Tojo assumiu atitude firme e intransigente em relação aos Estados Unidos. Fracassaram as negociações diplomáticas, embora o Japão tivesse enviado uma missão especial chefiada pelo embaixador Kurusú a Washington, para conferenciar com o presidente Franklin Roosevelt.

Na madrugada de 8 de dezembro de 1941, a aviação japonesa, com bases em porta-aviões, atacou, sem aviso prévio, a base naval americana de Pearl Harbour e declarou guerra aos Estados Unidos e à Grã Bretanha.

A seguir, forças nipônicas desembarcaram na península da Malaia, Filipinas, etc, tomaram Hong Kong e dominaram o sul do Pacífico. Em janeiro de 1942 ocupavam Manila e, a seguir, Singapura e Rangun. Dominando as ilhas do sul do Pacífico, chegaram a atacar a Austrália. No seu ímpeto inicial, as forças de terra, mar e ar do Japão haviam se expandido ao máximo, o que facilitou a reação anglo-americana. De fato, esta começou em abril de 1942. Nas batalhas do Mar de Coral, Midway e Guadalcanal, a marinha nipônica sofreu perdas tão graves que ficou impossibilitada de prosseguir na ofensiva. As forças aliadas avançaram no Pacífico central, tomaram as ilhas Marshall e Truck. Caíram em seu poder, em seguida, a ilha de Saipan e a cidade de Manila. Por fim, foram conquistadas, após sangrentas batalhas, as ilhas de Iwô e Okinawa. O Japão ficou, assim, completamente cercado pelas forças aliadas. Tendo perdido o domínio do ar, o próprio território metropolitano, considerado inviolável, começou a ser castigado pelos reides aéreos inimigos no outono de 1944. Tokyo, Nagoya, Osaka e outras grandes cidades foram arrasadas. Os aliados decidiram, finalmente, planejar o desembarque no território metropolitano japonês, e o Japão tomou a resolução de travar a última e decisiva batalha em seu próprio solo, mobilizando, para isso, os últimos recursos materiais e humanos.

Em abril de 1945, terminava a guerra na Europa com a rendição da Alemanha. A Itália fascista já havia sido batida em 1943.

Os chefes aliados, reunidos em Potsdam, Alemanha, em julho de 1945, fixaram a sua política em relação ao Japão e aconselharam a rendição deste. Em agosto foi lançada a primeira bomba atômica contra Hiroshima e, a seguir, outra em Nagasaki.

A União Soviética que, até então, respeitara o tratado de neutralidade assinado com o Japão antes do início da guerra, entrou no conflito da Ásia ao lado dos seus aliados ocidentais. Nestas circunstâncias, tornava-se realmente insustentável a posição do Japão.

O imperador, ouvido o Conselho de Estado, resolveu afinal aceitar a "Declaração de Potsdam", baixando um rescrito no qual comunicava ao povo essa suprema decisão. E ordenou ao Estado Maior Imperial, ao governo e ao povo que depusessem as armas e suspendessem a luta. Era o fim da guerra que tantos sacrifícios custara a todos os povos que dela participaram.

O Japão foi derrotado, pela primeira vez na sua história, depois de anos e anos de lutas, penúrias e sacrifícios do seu paciente e laborioso povo. A cegueira das forças armadas dominadas por generais e almirantes ambiciosos levou-o a essa guerra que constituiu uma aventura, por todos os títulos, arriscada e louca.

Forças aliadas — na maior parte americanas — sob o comando do general Douglas Mac Arthur, ocuparam o Japão, com o objetivo de estabelecer a ordem, eliminar as forças maléficas do militarismo, erradicar do espírito do povo as idéias imperialistas e dar-lhe liberdade, para reconstituir democraticamente o país. Com esse fim, levou-se a efeito uma completa revisão da Constituição, e foram grandemente alterados os regimes político, econômico e social, que, não obstante o progresso dos últimos cinquenta anos, conservavam ainda muito do feudalismo antigo. Também foram desmantelados os "zaibatsu", que, durante muito tempo, dominaram a economia japonesa. O sistema econômico tornou-se mais democrático, instituiu-se a liberdade de culto, imprensa e palavra.

3. *O novo Japão.*

Em janeiro de 1946, o imperador Hirohito baixou um rescrito indicando os novos rumos a serem seguidos pelo povo nipônico. Citou inicialmente o "Pacto dos Cinco Artigos" do imperador Meiji e declarou a seguir:

— "Devemos seguir as bases estabelecidas no Pacto, abandonando os velhos hábitos, desenvolvendo a vontade popular, penetrando, tanto o governo como o povo, o espírito pacifista, construindo uma rica cultura, para elevar o nível de vida do povo e estruturar o novo Japão".

Mais adiante, disse:

— "Estamos ao lado do nosso povo e desejamos compartilhar com êle os mesmos interesses e os mesmos momentos de alegria e tristeza. Os laços entre nós e o nosso povo basearam-se sempre na confiança e afeto mútuos e não dependem de meras lendas e mitos. Não se estribam no falso conceito de que o imperador é deus-presente e que o povo nipônico é superior aos demais e, por isso, está destinado a governar o mundo".

Começou uma nova Era — de democracia e liberdade — para o Japão. Como todos os povos, o japonês também ama a liberdade, conforme já têm mostrado numerosos escritores e observadores ocidentais que estudaram longamente o país e seu povo. É, pois, de se esperar que, desta vez, a democratização do Japão seja uma realidade concreta e não apenas um recurso temporário para aplacar as iras do vencedor. Deve ser algo de fundamental, espontâneo e sinceramente desejado, e não uma acomodação oportunista. Acreditamos que assim seja, pois a nova Constituição, promulgada em 3 de novembro de 1946, estabelece entre outras coisas:

1. — Renúncia voluntária, unilateral e inequívoca à guerra, e abolição de todos os armamentos de guerra.

2. — O princípio de que a soberania reside no povo e não no imperador.

3. — O imperador é simples símbolo nominal do Estado, retirando-se-lhe virtualmente todos os poderes políticos.

4. — O primeiro ministro é eleito pela Dieta e não escolhido ou nomeado pelo soberano; e o gabinete é responsável perante a Dieta e, portanto, o povo, e não perante o trono.

5. — A Dieta exerce a soberania como órgão representativo do povo, perante o qual é responsável.

6. — Direitos fundamentais do homem, inclusive o de vida, liberdade e procura de felicidade, garantidos contra possível pressão governamental.

7. — A classe aristocrática foi abolida e todos, independentemente de "raça, credo, sexo, condição social ou origem familiar" são declarados iguais perante a lei.

No preâmbulo da Magna Carta, os representantes do povo japonês declaram haver decidido "confiar nossa segurança e sobrevivência à justiça e boa fé dos povos amantes da paz".

Confiante, assim, num futuro de paz, o Japão, que tantas guerras sustentou nos últimos 70 anos, dá o primeiro passo concreto para a realização do maior sonho de toda a humanidade, desde os primórdios da civilização: um mundo sem lutas armadas, uma sociedade internacional unida e harmoniosa, em que todas as dificuldades nas relações entre nações sejam solucionadas por meios diplomáticos e em que todos os cidadãos possam viver sem a preocupação de pegar no fuzil ou lançar bombas atômicas para massacrar seus semelhantes.

Depois da assinatura do tratado de paz com as potências aliadas (1951-52), que restituiu a soberania

ao Japão, com retirada das forças de ocupação, o governo de Tóquio celebrou um acordo de "segurança mútua", com os Estados Unidos, já então em plena "guerra fria" com a URSS, seu aliado durante a II Guerra Mundial. Por esse documento, os Estados Unidos continuam a manter forças militares em diversas bases do território japonês. Esse acordo resultou da cláusula do tratado de paz que reconhece ao Japão o direito de possuir forças de autodefesa próprias ou "coletivas".

Ainda como consequência dessa cláusula, o Japão criou e vem desenvolvendo suas próprias forças de terra, mar e ar, com assistência americana. Existem poderosos interesses a favor do pleno ressurgimento das forças armadas japonesas, não só dentro do país como nos países do bloco ocidental, desejosos de fortalecer seu sistema de defesa. Intelectuais, estudantes e líderes liberais e esquerdistas, no entanto, vêm se opondo tenazmente à remilitarização, lembrando, não só o artigo 9 da Constituição (que proscree os armamentos e as forças armadas), como os horrores de Hiroshima e Nagasaki.

Todavia, existe a possibilidade de a história assistir à destruição de um regime realmente pacifista, a que aspira o povo japonês, cansado de tantas guerras e sofrimentos inúteis, e também os seus vencedores. A não ser que a humanidade, a começar pelas chamadas grandes potências, chegue a completo acordo sobre o desarmamento total.

GLOSSÁRIO DOS TERMOS JAPONESES EMPREGADOS NO TEXTO.

A

AMATSUKAMI — Deus do céu, imperador.

AZUKI — feijão vermelho, miúdo, chamado também feijão da Índia.

B

BAKUFU — governo de "shogun". Shogunato. Governo militar da época feudal.

BE — classe de servidores semi-escravos pertencentes ou ao trono (*shimobe*) ou a particulares poderosos (*kakibe*).

BE NO TAMI - O mesmo que *be*.

BONGUE — homem comum, gente do povo.

BON-ODORI - dança do dia dos finados (15 de julho).

BUGYÔ — delegado do governo shogumal.

BUKE — família de samurai, ou samurai.

BUKE-ZUKURI — estilo de construção antigo, preferido pelos samurais.

BUNGAKU - literatura.

BUSHI — o mesmo que "samurai", guerreiro.

C

CHA-NO-YU — cerimônia ou arte do chá.

GHIGUE — o mesmo que "bongue".

CHIGYO - enfeudação.

CHINDAI — guarnições militares.

CHONIN — classe dos negociantes e artesãos, "gente da cidade".

D

DAIGAKU — curso superior para estudo dos clássicos chineses. Modernamente significa Faculdade ou Universidade.

DAIMYÔ — senhor feudal.
DAJÔ-DAIJIN — ministro-presidente ou primeiro ministro.
DAJÔKAN — gabinete, membro de gabinete.
DAZAIFU — espécie de governo geral de Kyushû, com jurisdição sobre os "*kokushi*" das províncias da ilha.
DÔ — templo ou pavilhão.
DOCHU-SUGOROKU - jogo semelhante ao gamão.

E

EKI — campanha, guerra.
EMAKIMONO — pergaminho ilustrado.
ETA — párias. Originariamente, elementos considerados de ralé que formavam comunidades segregadas.

F

FUSSUMA — porta corredeira.

G

GAKUSHA — estudioso, cientista ou sábio.
GUENKWAN — vestíbulo, entrada, pequeno hall.
GUENRÔ-IN — conselho dos estadistas velhos.
GUIDAIYU OU GIDAIYU - o mesmo que joruri.
GUIJÔ — conselheiro-deliberador.
GUINKAKUJI - Pavilhão de Prata.
GOSAN — cinco montes.
GOSHO — palácio imperial.
GUN unidade administrativa correspondente ao município.
GUNKI-MONO — narrativas militares.
GUNSHI — governador de município ou distrito.

H

HAIKAI — poemeto de dezessete sílabas.
HAN — feudo do tempo de Tokugawa.
HANA - flor.
HANDEN-NO-HO — lei da distribuição de terras.
HANRWA — espécie de terracota, imagem de barro.
HATAMOTO — samurai que servia diretamente ao shogun.
HAYATO — gente da raça indonésia que povoou parte do sul do Japão.
HEIAN-KYO - "Capital da Paz"
HEIMIN — povo comum.
HEN — incidente, conflito.
HI — escrava.

HIE — nome de um cereal.
HOJOKI - "História de Hojô".
HOKKE — seita budista, fundada por Nichiren, também chamada "Nichiren-shû" (seita do Lotus).
HONJIN — casas que serviam de hospedagem aos senhores feudais que viajavam para Yedo ou de lá regressavam.
HÔWÔ — imperador-monge ou monarca enclausurado. Significa também Papa.
HÔWÔ - fênix.
HYOJÔ-SHU - Supremo Conselho Consultivo.

I

IÊ — casa ou família.
IKEBANA — arte de arranjar flores em vasos.
IMO — batata.
IN — palácio clausal onde se retiravam os soberanos que abdicavam no tempo do "Insei".
INSEI — governo do imperador enclausurado.

J

JI — seita budista, fundada por Ippen.
JIDAI — Era, período, época.
JINRIKISHA — ou "rikishaw" — carro de duas rodas puxado por um homem; serve para transportar um ou dois passageiros.
JISHA-BUGYÔ — delegado do governo shogunal para assuntos religiosos.
JITÔ — comissário de terra.
JITSUGYOKA — homens de negócio, industriais e comerciantes.
JÔDO — seita budista da "Terra Pura", fundada por Honen.
JOKA-MACHI — cidade anexa a um castelo-fortaleza.
JÔKÔ — ex-imperador, imperador que abdicou.
JOMON — marca de esteira; louça de barro com marca de esteira.
JORURI — balada dramática que consiste em cantos e recitativos acompanhados de "shamisen".
JUKYÔ — doutrina de Confúcio, confucionismo.

K

KABANE — título de distinção dado pelo trono a elementos de destaque de alguns clãs.
KABUKI — peça dramática, da Época de Yedo.
KAKIBE — servidores semi-escravos pertencentes a famílias poderosas.

- KAMIKAZE — vento divino; furacão salvador.
- KANA — silabário japonês, do qual existem duas variedades, o HIRAGANA e o KATAKANA, ambos derivados da extrema simplificação do "Kanji".
- KANGAKU — estudo das letras clássicas chinesas.
- KANJI — caracteres ou letras de Han. Caracteres chineses adotados no Japão.
- KANJÔ-BUGYO — delegado shogunal encarregado de fiscalizar assuntos financeiros.
- KEN — província, prefeitura, terra.
- KENCHI — verificação ou exame de terras para efeitos tributários.
- KENTÔSHI — emissários ou embaixadas à China (Tô).
- KINKAKUJI - Pavilhão de Ouro.
- KINRAN - brocados.
- KIRISHITAN - cristão.
- KIRISHITAN-SHU — religião cristã, cristianismo.
- KIROKUSHO — departamento de arquivo.
- KO — significa literalmente "porta". Casa, unidade econômica e social.
- KÔ — classe dos artesãos.
- KOBAN — moeda antiga, de ouro, de forma oval, pequena.
- KOJIKI — "Crônica de Coisas Antigas."
- KOKIN-SHU — "Coletânea de Poemas Antigos e Modernos".
- KOKU — unidade de medida de volume, cerca de 180 litros.
- KOKUBUNJI — templo provincial construído por ordem do imperador Shomu.
- KOKUGAKU — colégios para estudo dos clássicos nacionais. Primitivamente significava colégios para estudo dos clássicos chineses.
- KOKUSHI — governador de província (antiga).
- SvOME — arroz.
- KOME SODÔ — assalto aos armazéns de arroz; conflitos causados por escassez de arroz.
- KÔMIN — cidadão no gozo de direitos civis e políticos.
- KUGUE — aristocratas da corte, geralmente residentes em Kyoto.
- KUMASO — primitivos habitantes de Kyushû, de raça indonésia.
- KUNI — unidade administrativa, composta de vários *gun*, correspondente à província (*ken*). País, terra,
- KUNI-NO-AYUMI — ao pé da letra significa: o caminho do país, ou a rota percorrida pelo país; passado da nação — História-Pátria.
- KUNITSUKASA — o mesmo que *kokushi*.
- KUROBUNE — navios negros (nome dado aos vasos de guerra do comodoro Perry).

KWAMPAKU — principal conselheiro do imperador. Cargo mais elevado ocupado por um súdito nipônico junto ao soberano.
KWANRYŌ — espécie de secretário geral de governo, principal conselheiro político do *shogun*.
KWAZOKU — aristocrata, fidalgo. Aristocracia.
KYŌGUEN - teatro cômico.

M

MAKIE — desenho dourado e prateado sobre laça.
MANDOKORO — departamento político fiscalizador dos funcionários.
MAN-YŌ-SHU - "Coleção de Dez Mil Folhas".
METSUKE — superintendente, fiscal.
MIYAKO — metrópole, capital, sede do trono ou do governo.
MONCHU-JO - tribunais.
MOMIJI — bordo. Em geral, a coloração pardacenta ou amarelada das folhas de outono.
MONOGATARI — narrativa, história, crônica.
MUSHADOKORO — guarda encarregada da defesa da capital (Kyoto).

N

NAGAUTA — poemas ou cantos longos.
NANBAN-JI — templo dos bárbaros do sul.
NANBAN-JIN - bárbaros do sul.
NANPOKU-CHŌ - cortes do sul e norte (a de Kyoto e Yoshino).
NANUSHI — chefe de aldeia, na região de Kwantô.
NENGŌ - Nome de Era.
NIHON SHOKI - "Relação do Nipon".
NIŌ — Rei Deva.
NŌ — agricultores, agricultura.
NOH ou NŌ — drama lírico clássico, peculiar ao Japão
NU — escravo (homem).

O

ŌBAN — "ohbang", moeda de ouro de forma oval, maior do que o *koban*.
ŌMETSUKE — grande superintendente, fiscal-chefe.
ONI — diabo, demônio. Criatura horrenda com chifres.
ORIGAMI — trabalho manual para confecção de objetos de papel.

RANGAKU — estudo da língua e cultura holandesas.
RANGAKUSHA — estudioso da língua e cultura holandesas.
RENGA — jogo de versos com a participação de várias pessoas.
RENKA — o mesmo que "renga".
RI — légua japonesa, mede 3.927 metros.
RINZAI-SHU — seita budista, fundada por Doguen.
RITSURYÔ - estatuto legal.
RÔJU — ministro do shogunato Tokugawa.
RYÔMIN — povo bom, povo pacífico ou cidadão livre.

S

SA-DAIJIN — ministro da Esquerda — encarregado dos assuntos da Casa Imperial.
SAISEI-ITCHI - unidade político-religiosa.
SAKÊ — bebida alcoólica feita pela fermentação do arroz, bebidas alcoólicas em geral.
SAMURAI — guerreiros antigos japoneses.
SAMURAI-DOKORO — departamento fiscalizador dos samurais.
SANKIN KOTAI — sistema de servir por turno ao shogun, na corte deste (Yedo).
SAN-YO — conselheiro.
SEI-I-TAISHOGUN — ao pé da letra: comandante em chefe das forças expedicionárias contra os bárbaros. Genérrimo. Desta palavra origina-se o termo "Shogun".
SEKISHO — posto de fiscalização.
SENGOKU — país ou nação em estado de guerra, estado de guerra civil.
SENGOKU-JIDAI — período ou época de guerras civis, ou do país em guerra.
SENMEN - - párias.
SENYU — poemeto epigramático de 17 sílabas.
SESSHÔ - regente.
SHAMISEN — espécie de guitarra, instrumento musical de três cordas.
SHI — classe dos samurais, descendente de samurais, também chamada *shizoku*.
SHIKIMOKU - código (antigo).
SHIKKEN — regente, no shogunato Ashikaga. *Shikken* difere de *sesshô* pelo fato de reger em nome do shogun, ao passo que o segundo o faz em nome do imperador.
SHIKKEN-SEIJI — administração ou governo dos regentes.
SHIMOBÉ — servidores semi-escravos pertencentes à família imperial.
SHINDEN ZUKURI — um antigo estilo arquitetônico japonês.
SHINGON — seita budista, da "Verdadeira Palavra", fundada por Kobo.

SHIZOKU — classe dos samurais ou descendentes de samurais.
 SHOEN — terras originariamente doadas a nobres pelo trono.
 Latifúndios, donatárias.
 SHOGUN — generalíssimo; chefe do governo militar (bakufu).
 SHOGUNATO — governo de shogun. Bakufu.
 SHOIN — sala de leitura ou biblioteca particular.
 SHOIN ZUKURI — estilo de construção muito semelhante ao
 atualmente empregado nas residências nipônicas.
 SHOYA — chefe de aldeia, no tempo de Tokugawa.
 SHUGO — comissário militar.
 SHUIN-JÔ — Carta oficial de autorização, com selo vermelho.
 SHUIN-SEN — navios de selo vermelho, que tinham autoriza-
 ção para navegar em mares estrangeiros.
 SÔDÔ — tumulto, motim, revolta, confusão.
 SÔDO-SHU — seita budista fundada por Doguen.
 SOSHI — originariamente denominação dada a um caderno
 para exercício de caligrafia. História, narrativa.
 SOSAI — presidente.
 SUGUITO — porta de madeira.
 SUMERAGUI — imperador, soberano, monarca (antigo).

T

TAIRÔ — uma espécie de regente, no shogunato Tokugawa.
 TAISEI YOKUSAN-KAI - Associação de Apoio à Política
 Imperial; partido de caráter totalitário que dirigiu a
 política japonesa durante a II Guerra Mundial.
 TANKA — poesia de trinta e uma sílabas, caracteristicamente
 japonesa no espírito e na forma.
 TATAMI — espécie de esteira.
 TENNÔ — imperador, soberano do céu, monarca divino. Na
 antigüidade houve vários tennô-mulher.
 TERÁ — templo budista.
 TERAKOYA — templos budistas onde se ministrava o ensino
 das primeiras letras.
 TENRYÔ — terras pertencentes ao *bakufu* (Tokugawa).
 TO - Tang.
 TOKONOMA — alcova. Hodiernamente lugar elevado da sala
 principal de uma residência japonesa formado numa
 reentrância de parede, onde se colocam objetos de arte,
 como o "kakemono", etc.
 TSUREZURE-GUSA - "Crônica de Horas Vagas".

U

UJI — clã, gente, nome de família.
 UKIYO-YE — originariamente significa quadro de sociedade
 alegre.
 U-DAIJIN — ministro da Direita, inferior a Sa-daijin.

W

- WA — nome dado ao Japão era antigos livros chineses.
- WAKA — poesia do Y^ramato, poesia japonesa na qual se inclui o "tanka".
- WAKADOSHIYORI — espécie de vice-ministro. auxiliar do rojú.
- WAKÔ — denominação dada aos comerciantes-navegantes niponicos que recorriam à força para conseguir as mercadorias desejadas. Piratas japoneses.
- WODÔ — "wangtao" em chmês. Doutrina do governo justo, pregada por Confúcio.
-
- YAKI — queima ou cozedura de louças, donde indicar também louça ou porcelana de determinada região.
- YAKKO — escravos (antigos)
- YÁYOI — nome de bairro de Tóquio; louça de barro decoberta nesse bairro.
- YEDO MACHI BUGYÔ - prefeito de Yedo (capital do shogunato Tokugawa).
- YERI — campanha, guerra; o mesmo que Eki.
- YEZO — aino, raça que habita o Norte do Japão (Hokkaidô).
- YAMATO-E — Pintura de Yamato, em oposição a "Kara-e" pintura originária da China.
-
- ZA — associação primitiva de comerciantes ou artífices que procurava defender os interesses da classe.
- ZAIBATZU — plutocracia econômica; famílias ou grupos econômicos.
- ZAKKO — semi-escravos, ralé.
- ZORI — sandália de palha.

NOTA — Há palavras que, com o correr do tempo, mudaram de sentido e outras que caíram no desuso.

BIBLIOGRAFIA

- "*Kuni-no-Ayumi*", Ministério da Educação, Tokyo, 1946.
- "*Yamato Minzoku no Bunka*", Zoroku Miyakawa, Tokyo, 1932.
- "*A Glimpse of Japanese Ideals*", Jiro Harada, Tokyo, 1938.
- "*The Literature of Japan*", J. Ingram Bryan, Londres, 1929.
- "*A Historical Sketch of Japanese Customs and Costumes*", Tsutomu Ema, Tokyo, 1938.
- "*História da Civilização (Nossa Herança Oriental)*", Will Durant, Trad. de Monteiro Lobato, São Paulo, 1944.
- "*Portugal e Japão*", Naojiro Murakami, Tokyo, 1940.
- "*Educational and Cultural Background of the Japanese People*", Nyozekan Hasegawa, Tokyo, 1939.
- "*Nippon Shakai Keizai Shi*", Eijiro Honjô, Tokyo, 1928.
- "*Shin Nippon Gaishi*", Kan Kikuchi, Tokyo, 1940.
- "*O Japão Moderno*", Ryuichi Kaji, Tokyo, 1940.
- "*Man-yô Shû Kenkyû*", Shinobu Origuchi, Hisataka Sawagata e Yoshimaro Doki, Tokyo, 1938.
- "*Relance da Alma Japonesa*", Wenceslau de Moraes, Lisboa, 1925.
- "*Oda Toyotomi Jidai Shi*", Shin-nosuke Makino, Tokyo, 1936.
- "*Nippon Shisô Juroku-kô*", Yoshijiro Takasu, Tokyo, 1939.
- "*História do Japão*" (Resumo), Alexandre Konder, Rio, 1939.
- "*History of Japan*", Saburo Ienaga, Tokyo, 1945.
- "*Sekai no Rekishi*" (Nippon) Mainichi Shimbun Tokyo, 1950.
- "*Nippon no Rekishi*", Kiyoshi Youye Tokyo, 1951.
- "*Nippon Rekishi*", Hajime Tamashiro, Tokyo 1949.

A Filosofia na Editora Herder:

- DE RAEYMAEKER, L., *Introdução à Filosofia*. Tradução de Alexandre Correia. 2.^a edição, 1964, 288 pgs.
- SOLAGES, B. DE, *Iniciação Metafísica*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos, 1964, 412 pgs.
- HIRSCHBERGER, J., *História da Filosofia na Antigüidade*. Tradução e prefácio do Prof. Alexandre Correia. 2.^a edição revista, no prelo.
- HIRSCHBERGER, J., *História da Filosofia na Idade Média*. Tradução e prefácio do Prof. Alexandre Correia. 2.^a edição em preparo.
- HIRSCHBERGER, J., *História da Filosofia Moderna*. Tradução e prefácio do Prof. Alexandre Correia. 2.^a edição em preparo.
- HIRSCHBERGER, J., *História da Filosofia Contemporânea*. Tradução do Prof. Alexandre Correia. Com um apêndice do Prof. G. Pinheiro Machado: *A Filosofia no Brasil*. 1963. 325 pgs.
- BOCHENSKI, J. M., *A Filosofia Contemporânea Ocidental*. Tradução do Prof. Antônio Pinto de Carvalho. 1962, 304 pgs.
- BOCHENSKI, J. M., *Diretrizes do Pensamento Filosófico*. Trad. do Prof. Alfred Simon. 2.^a edição, 1964, 120 dgs.
- MARITAIN, J., *Sobre a Filosofia da História*. Tradução do Prof. Edgar de Godói da Mata Machado. 1961, 304 pgs.
- BRUGGER, W., *Dicionário de Filosofia*. Tradução e prefácio do Prof. Antônio Pinto de Carvalho. 1961, 706 pgs.
- WETTER, G. A., *O Materialismo Dialético*. Tradução do Prof. Helmut A. Simon. Em preparo.
- FLUSSER, Vilem, *Língua e Realidade. Filosofia da Linguagem*.
- HEGENBERG, L., *Introdução à Filosofia das Ciências*. No prelo-

Coleção Cairoscópio:

- ALLPORT, G. W., *Desenvolvimento da Personalidade*. Tradução de Helmuth A. Simon. 1962, 136 pgs.
- BOCHENSKI, J. M., *-Diretrizes do Pensamento Filosófico*. Tradução de Helmuth A. Simon. 2.^a edição, 1964, 120 pgs.
- ROER, N., *Alemanha na Encruzilhada*. 1962, 396 pgs.
- CHAUCHARD, P., *Equilíbrio e Domínio Sexual*. Tradução de Afonso Zimmermann. 1962, 118 pgs.
- CHAUCHARD, P., *O Homem em Teilhard de Chardin*. Tradução de João Ecsodi. 1963, 200 pgs.
- COMBLIN, J., *Educação e Fé*. 1962, 192 pgs.
- DÉCHANET, J. M., *loga para Cristãos*. Tradução de Alfonso Zimmermann. 2.^a edição, 1964, 224 pgs.
- FOERSTER, F. W., *A Questão Judaica*. Tradução de Helmuth A. Simon. 1961, 192 pgs.
- GOLDBRUNNER, J., *Individuação*. Tradução de Odilon Jaeger. 1961, 240 pgs.
- JEDIN, H., *Concílio Ecumênicos*. Tradução de Nicolas Bôer. 1961, 204 pgs.
- LEPP, I., *Higiene da Alma*. Tradução de Boaventura de Pouso Alto. 1962, 216 pgs.
- MARITAIN, J., *Sobre a Filosofia da História*. Tradução de Edgar de Godói da Mata Machado. 1962, 176 pgs.
- NELL-BREUNING, O. VON, *Capitalismo e Salário Justo*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. 1964, 216 pgs.
- ORAISON, M., *Ilusão e Angústia*. Tradução de Jairo C. de Moura. 1961, 208 pgs.
- OVERHAGE, P., *OS Primeiros Homens. Formç, Corporal e Evolução*. Tradução de Helmuth A. Simon. 1962, 128 pgs.
- PIEPER, J., *O Acadêmico; Que é Filosofar?* Dois ensaios. Tradução de Helmuth A. Simon. No prelo.
- , *Lazer e Culto; Felicidade e Contemplação*. Dois ensaios. Tradução de Helmuth A. Simon. No prelo.
- RAHNER, K., *Trevas e Luz na Oração*. Tradução das Monjas Beneditinas da Abadia de Santa Maria. 1961, 144 pgs.
- STRAUSS, E. B., *Psiquiatria no Mundo Moderno*. Tradução de Lauro Bretones. 1962, 176 pgs.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" S.A., À RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO.

PARA A
EDITORA HERDER
EM 1964.



O autor serviu-se dessas novas circunstâncias para encontrar, na História objetivamente exposta, a resposta para as indagações que, de há muito, espicaçavam a sua mente. Em livros de autores vários, inclusive japoneses, a sua curiosidade foi sendo satisfeita. E em 1950 editou, por conta própria, a *Pequena História do Japão*. "Meu objetivo consiste em traçar um resumo geral, tanto quanto possível fiel, da história do Japão, para que nós brasileiros possamos melhor compreender e apreciar o povo nipônico, possuidor, como tantos outros, de boas e más qualidades, e que, entretanto, à primeira vista, se apresenta enigmático e misterioso, quando não perigoso e hostil..." dizia o autor no prefácio da primeira edição.

Lançando agora a segunda edição da obra, a Herder; tem a certeza de que está contribuindo para uma aproximação cultural é mais íntima entre brasileiros e japoneses, hoje ligados por sólidos laços de amizade.

Capa de SUISHEM TAKAHASHI